

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília - SP
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

LUCIANA CASTRO DE PAULA

**A VOCAÇÃO AUTO-REFLEXIVA DA ANTROPOLOGIA NO
BRASIL: UM RETRATO DE SUA HISTORIOGRAFIA A
PARTIR DA DÉCADA DE OITENTA**



Marília – SP
2005

LUCIANA CASTRO DE PAULA

**A VOCAÇÃO AUTO-REFLEXIVA DA ANTROPOLOGIA NO
BRASIL: UM RETRATO DE SUA HISTORIOGRAFIA A
PARTIR DA DÉCADA DE OITENTA**

Dissertação de Mestrado apresentado como requisito para defesa de titulação no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Marília.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Memória.

Orientador (a): Prof^a Dr^a Christina de Rezende Rubim

Marília – SP
2005

LUCIANA CASTRO DE PAULA

**A VOCAÇÃO AUTO-REFLEXIVA DA ANTROPOLOGIA NO
BRASIL: UM RETRATO DE SUA HISTORIOGRAFIA A
PARTIR DA DÉCADA DE OITENTA**

Dissertação de Mestrado apresentado como requisito
para defesa de titulação no Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de
Filosofia e Ciências – Marília.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Memória.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Christina de Rezende Rubim – Unesp/Marília

Prof^a. Dr^a. Regina Coeli Machado e Silva – Unioeste/PR

Prof^a. Dr^a. Lídia Maria Viana Possas – Unesp/Marília

Data de defesa: Marília, 30/ 06/ 2005.

Local: Universidade Estadual Paulista - UNESP
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília

Dedico este trabalho à minha mãe,
Margarida e à minha orientadora,
Christina Rubim.

Mulheres de muita força e luta!

Agradecimentos

Agradeço a meus pais pelo esforço em me educar e ensinar o valor da vida. Aos professores responsáveis pela minha formação, em especial à Christina: tenho que agradecer-lá, pois, mais que uma relação de orientador e orientando, nos tornamos grandes amigas.

Ao Breno por ter me ensinado que tudo vale a pena se a alma não é pequena.

Meus queridos amigos, próximos ou mesmo distantes vocês são valiosos para mim.

Aos meus alunos que ampliaram os meus horizontes antropológicos enormemente.

Agradeço à minha irmã, sem ela, possivelmente não conseguiria chegar até aqui.

Às professoras Lídia, Regina e Ruth da Banca Examinadora pela disposição em contribuir para o meu processo de crescimento intelectual.

E à Giza, obrigada por toda atenção dispensada sobre a correção do meu trabalho.

[...] não seria a boa etnografia função dessa mesma capacidade de espantar-se, menos talvez com o outro, mas certamente mais consigo mesmo, com esse “estranho” modo de conhecer que para nós se configura ser a antropologia? Conhecer o outro e conhecer-se não são afinal de contas, para essa modalidade de antropologia, as faces de uma mesma moeda? O que é, afinal de contas, a antropologia?

Roberto Cardoso de Oliveira (1988)

PAULA, L. C. **A Vocação Auto-Reflexiva da Antropologia no Brasil: Um Retrato de sua Historiografia a partir da Década de Oitenta.** 2005. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo principal fazer um levantamento historiográfico sobre a produção acadêmica auto-reflexiva da antropologia no Brasil, enfatizando-se as décadas de oitenta e noventa, partindo do pressuposto de que os referidos textos renovam a legitimação do campo da disciplina em nossa realidade específica. O pensamento antropológico no Brasil possui uma tradição de cerca de cem anos se tomarmos como ponto de partida a obra de Nina Rodrigues, e um pouco menos, se partirmos da institucionalização da disciplina em 1934 com a criação da Universidade de São Paulo e o curso de graduação em ciências sociais. No entanto é a partir de 1970 que as pesquisas ganham força e se diversificam tematicamente com a criação e reformulação dos programas de pós-graduação em antropologia social, representando as disputas internas nesta área, e nas décadas seguintes a problemática do pensar-se a si mesmo transforma-se, de forma efetiva e singular, em um interesse dos antropólogos brasileiros contribuindo significativamente para o enriquecimento do seu campo de atuação.

Palavras-chaves: Antropologia, História, Historiografia, Brasil, Pensamento Social, Itinerários Intelectuais.

Abstract

This essay seeks the historiographer collecting about the self-reflexive academic production of anthropology in Brazil, emphasizing the '80s and '90s of 20th, starting from the presupposition that the mentioned texts renew the discipline field's legitimation in our specific reality. The anthropological knowledge in Brazil has about a hundred years of tradition, if we take *Nina Rodrigues*' publication as a starting point, and not so far, if we starting from the institutionalization of the discipline in 1934 with the creation of the University of São Paulo and the Graduation Course of Social Science. However, the researches got strengths and thematically diversified from 1970 with the creation and reformulation of graduate programs in social anthropology, portraying the internal controversies in this area, and in the following decades the problematical of thinking by itself changes in an effective and singular way, due to Brazilian anthropologists' interest in contributing meaningfully to the enrichment of their field activity.

Keywords: Anthropology, History, Historiography, Brazil, Social knowledge, Intellectual Itinerary.

SUMÁRIO

Introdução _____	10
1 A Antropologia no Quadro das Ciências Sociais _____	15
2 Os primeiros ecos do pensamento sobre o outro _____	26
2.1 Crônicas de uma nova terra _____	26
2.2 Aqueles <i>Homens de Sciência</i> _____	29
2.3 Os museus etnográficos brasileiros _____	33
3 O ensaísmo ou o heroísmo na antropologia brasileira _____	43
3.1 Heróis fundadores: Nimuendaju _____	43
3.2 Heróis fundadores: Gilberto Freyre e Arthur Ramos _____	46
4 A construção da antropologia na academia _____	49
4.1 A USP e a ELSP _____	49
4.2 Missões Estrangeiras _____	55
4.3 Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Egon Schaden _____	61
5 A institucionalização da antropologia _____	72
5.1 A ABA e a constituição de um ofício _____	72
5.2 A formação avançada de antropólogos profissionais: os PPGAS _____	80
6 A história da antropologia vista como um problema antropológico _____	94
6.1 Mariza Corrêa e a história compartilhada _____	96
6.2 Mariza Peirano e a antropologia da antropologia _____	102
6.3 Roberto Cardoso de Oliveira e a matriz disciplinar _____	110
Considerações finais _____	119
Referências _____	122

Introdução

Este trabalho visa a discutir a produção sobre a antropologia no Brasil. A produção simbólica dos discursos que ocorrem no campo acadêmico da atualidade através de publicações mais significativas; mostrar um retrato de nossa história, da produção sobre nós mesmos.

Não tenho a pretensão de desenvolver, nesta dissertação, grandes reflexões epistemológicas, nem tampouco realizar uma antropologia do conhecimento. Ao explorar a produção auto-reflexiva da antropologia pretendo fazer um levantamento com a intenção de evidenciar de que forma esta produção contribui com elementos de legitimação e renovação para o campo da antropologia no Brasil.

O objetivo é, apresentar um cenário da antropologia no Brasil, enfatizando o momento particular da década de oitenta e noventa do século XX, quando começa mais eficientemente o pensar da antropologia da antropologia, isto é, pesquisas e textos discutindo a questão da própria antropologia no Brasil como problema antropológico.

Pretendo ainda colocar em evidência, aqueles que são considerados os três principais autores/personagens desse campo: Roberto Cardoso de Oliveira, Mariza Peirano e Mariza Corrêa, utilizando seus principais textos em que discutem a questão de forma mais pontual. E em seguida, enfatizar a importância de seus estudos teóricos, projetos e debates para a constituição crítica da disciplina e sua contribuição criativa para uma antropologia mais brasileira.

Quanto à metodologia a ser utilizada, já que seria mesmo impossível contemplar todas as nuances pertinentes à história da antropologia no Brasil, limito-

me a observações do contexto histórico e institucional da disciplina e também do que se refere à antropologia da antropologia. Mariza Corrêa (1995) cita:

ao contrário das etnografias tradicionais, é impossível atribuir nomes fictícios aos personagens dessa história, sob pena de descaracterizá-la inteiramente [...]. Ganham ênfase, por contraste, a análise institucional e a análise de textos produzidos no contexto da criação de instituições (CORRÊA: 1995, p. 29).

Justificando as escolhas e as exclusões deste recorte material, utilizo a colocação da autora quando faz uma analogia com a análise de Michel de Certeau (1982) sobre a constituição de um campo disciplinar, o da história, no qual diz que são indissociáveis as instituições do saber e a sua produção.

A instituição social [...] permanece a condição de uma linguagem científica (a revista, o boletim, continuação e equivalente das correspondências de antigamente). Desde os 'Observateurs de l'homme' do século XVIII, até a criação da VI^e Section da École Pratique de Hautes Études, pela École des Annales (1947), passando pelas faculdades do século XIX, cada 'disciplina' mantém sua ambivalência de ser a lei de um grupo e a lei de uma pesquisa científica" (CERTEAU, 1982 p. 70 *apud* CORRÊA, 1995, p. 29).

O propósito é construir um "modelo" para apresentar um panorama dos diferentes períodos por que passou a história da antropologia no Brasil, que nada mais é do que a tentativa de conectar várias propostas de autores nacionais e criar uma demarcação criativa e suas principais características, tendo claro que esses limites são arbitrários e, portanto, empobrecedores. Alguns dos autores são: Roberto Cardoso de Oliveira (1988), Lúcia Lippi Oliveira (1991), Mariza Corrêa (1982, 1988, 1995), Lilia Schwarcz (1989, 1993), Christina Rubim (1996, 1997). Sendo este modelo sugerido a seguir.

Pré-História, aproximadamente de 1870 a 1930, ou período de gestação da antropologia: período marcado pelo autodidatismo, ensaísmo, da produção vista como "filosofia social" e não ciência social e das teorias raciais importadas.

Anos 1930 a 1940 ou período de nascimento da antropologia: marcado pela fundação institucional e esforço para a demarcação de fronteiras com disciplinas afins, construção de uma carreira de professores de sociologia, divulgação dos padrões considerados científicos, disseminação da necessidade de trabalho de campo.

Anos 1950 a 1960 ou período da menoridade: marcado pela especialização e profissionalização¹, também enquanto carreira docente na universidade.

Anos 1970 a 1980 ou período da maioridade: marcado pela organização da pós-graduação, organização da pesquisa dentro da universidade, com financiamento externo e, principalmente interno, formação de centros autônomos, disseminação de pesquisas e linhas temáticas;

Compreende o período contemporâneo os anos de 1980 em diante: da criatividade e/ou ousadia, marcado pela especificidade do pensar-se a si mesmo na antropologia brasileira.

Essa demarcação de períodos na história da antropologia é certamente “grosseira” e, logicamente, não consegue alcançar todos os movimentos e experiências realizados pelos profissionais dedicados à disciplina. Pensar a antropologia no Brasil a partir de relatos históricos ou da historiografia como modalidade absoluta de conhecimento da disciplina nos remeteria a uma forma de reflexão que conduziria este trabalho a uma visão polêmica academicamente, porém, não poderia deixar de citar a centralidade das pesquisas sobre a trajetória desse campo do saber como nos aponta Melatti:

Talvez a melhor maneira de dar conta do desempenho da antropologia no Brasil seja traçar-lhe a história. Seria, porém,

¹ Neste caso, denomino profissionalização porque é nesse período em que se intensificam os trabalhos de campo a partir da academia. Mas, o sentido estrito que estou dando a palavra profissionalização é do início da constituição de uma identidade do ser antropólogo, sendo assim, o delineamento do ofício de antropólogo.

temerário tentar fazê-lo dentro dos limites do espaço e de tempo de que aqui dispomos, uma vez que esta tarefa exigiria o exame cuidadoso de um número razoavelmente grande de livros e de artigos que vêm se acumulando por mais de cem anos de atividade [...] (MELATTI, 1984, p. 3).

Entretanto, todo esse preâmbulo histórico contextual pode nos ajudar a mapear o terreno e a estabelecer diferentes momentos no processo de institucionalização da disciplina em um contexto acadêmico, direcionando a compreensão que temos como objetivo destacar². Além disso, é necessário para entender porque apesar de partir do pressuposto de que a antropologia como objeto de estudo é um tema recorrente no pensamento antropológico pelos seus pesquisadores a partir do início dos anos oitenta, no Brasil, ela já se constrói – desde a sua “pré-história” – com essa substancialidade auto-reflexiva. Sendo, no entanto, intrínseca à antropologia a preocupação na busca de uma identidade quanto a escolha das temáticas mais enfatizadas nos diferentes contextos e conjunturas político e sociais no Brasil.

Para proceder nesta tarefa, proponho recuperar Geertz (1998) em sua proposta de se fazer uma etnografia do pensamento que, na presente pesquisa, é a prática coletiva e a produção do conhecimento dos participantes de um determinado campo intelectual e institucional. Esta proposta é definida pelo autor como:

[...] um empreendimento histórico, sociológico, comparativo, interpretativo, [...]. E seu objetivo é tornar assuntos obscuros mais inteligíveis, dando-lhes um contexto informativo (GEERTZ, 1998, p. 227).

Assim, podemos perceber a contribuição de Geertz (1998) em justificar o recorte da pesquisa como um campo intelectual³ e situando antropológicamente a

² É claro que assim, restrinjo o material praticamente ao eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, deixando de lado autores e instituições de regiões como Norte e Nordeste. Porém, o recorte não pretende ser exaustivo, fazendo parte da minha opção metodológica privilegiar estas regiões por critérios de relevância histórica que apresentam diante das questões objetivadas nesta dissertação.

³ “[...] uma vez que os intelectuais contemporâneos vivem em bandos, conhecem-se razoavelmente bem uns aos outros, empregam uma linguagem comum e têm uma carreira determinada por certas

importância da combinação entre uma abordagem etnográfica e histórica, que revela a contemporaneidade do estudo com o pesquisador e a construção histórica do problema.

Portanto para tal, utilizarei o conceito de campo, visto que para Bourdieu (1983, 1983b, 1996), esta categoria contempla a complexidade do processo de construção disciplinar abrangendo tensão, problema, conflito, transformação. Sobre essa abordagem aprofundar-me-ei no próximo capítulo.

regras, por que não estudá-los do mesmo modo que os antropólogos estudaram os Azande ou os Zulu?" (CORRÊA, 1987, p. 13).

1. O Campo da Antropologia no Quadro das Ciências Sociais

Ainda que recente, quando comparada institucionalmente com a origem da disciplina no continente europeu e norte-americano, a antropologia no Brasil tem já uma história muito rica que, espera-se, continue a ser contada de maneira crítica e reflexiva. O pensamento antropológico no Brasil possui uma tradição de cerca de cem anos se tomarmos como ponto de partida a obra de Nina Rodrigues, e um pouco menos, se partirmos da institucionalização da disciplina em 1934 com a criação da Universidade de São Paulo (USP) e o curso de graduação em ciências sociais. É inerente a esta disciplina o pensar-se a si mesma configurando uma contribuição crítica e reflexiva em sua trajetória, enriquecendo-a de modo significativo. No entanto é a partir de 1970 que as pesquisas ganham força e se diversificam tematicamente com a criação e reformulação dos programas de pós-graduação em antropologia social, representando as disputas internas neste campo. A experiência da pós-graduação veio alterar o panorama que até então se esboçava, e nas décadas seguintes a problemática da auto-reflexão transforma-se, de forma efetiva e singular, em interesse de pesquisa dos antropólogos brasileiros.

O desenvolvimento dessa etapa na formação do antropólogo, em termos de um modelo novo de mestrado e doutorado, foi fundamental para o amadurecimento da pesquisa científica como um todo no Brasil. Especificamente, o campo da antropologia apresentou um salto significativo, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Nesse sentido, a introdução de um modelo de pós-graduação que de certa maneira adaptava o formato institucional exclusivamente dos Estados Unidos acabou se constituindo em um estímulo absolutamente crucial para que a pesquisa propriamente dita também desse um salto.

O campo se abriu para novas linhas de pesquisa, temáticas e novas áreas se desenvolveram. Grande parte dos cientistas sociais, historiadores, filósofos e outros intelectuais das ciências humanas geralmente concordam, que, hoje em dia, a pós-graduação em antropologia no Brasil tornou-se uma área de excelência.

O universo da ciência, para Bourdieu (1996), é um campo social como outro qualquer, um espaço de luta concorrencial, de relações objetivadas entre posições adquiridas, da luta pelo monopólio da autoridade científica compreendida através dos discursos, dos textos, das falas, ações legítimas, autorizadas e com autoridade determinada. Sendo assim, o campo científico, sugere, portanto, o lugar do enfrentamento – temporal, político e intelectual – da autoridade ou da competência científica. Entretanto, poderia esse fenômeno desdobrar-se, também, no interior dos grupos disciplinares?

Os princípios e valores que unem os grupos de intelectuais⁴ que compõem determinadas disciplinas são um conjunto de práticas e representações que indicam ou revelam fatores sociais e culturais amplos, pois, além de um grupo de intelectuais, é também um grupo cultural e social, produtor de cultura e de bens simbólicos.

Essa realidade social supõe a intervenção de uma tradição e de uma conjuntura que está em constante movimento. A representação dessa realidade sugere a análise do perfil social e da experiência cultural, partindo de pressupostos de que suas idéias e suas obras estão pautadas em processos sociais concretos e contextos intelectuais precisos. Em se tratando de contextos intelectuais concretos, propõe-se um breve esboço do processo formador dos campos disciplinares das ciências sociais.

⁴ No Brasil, um exemplo de autor que se utiliza desse conceito é a antropóloga Heloísa Pontes. Ver Heloísa Pontes (1997 e 1998).

O século XIX foi marcado pela institucionalização das ciências sociais no contexto global⁵ com o intuito de garantir um conhecimento objetivo da realidade por analogia ao que vinha acontecendo nas ciências exatas e naturais. Observando como se consolidaram as bases estruturais de divisão do conhecimento dentro das ciências sociais – no mundo ocidental – percebemos que em relação às suas estruturas disciplinares, apenas no período a partir de meados do século XIX, começaram a ter seu reconhecimento formal dentro das estruturas universitárias. A existência de diversos pensadores – os chamados filósofos modernos – comprometidos com estudos referentes ao mundo social não significava que os mesmos se viam inseridos no contexto das ciências sociais tal qual hoje entendemos este campo do conhecimento (Wallerstein: 1996).

As transformações pela quais passou a história levaram-na a se institucionalizar como a primeira das disciplinas das ciências sociais, segundo Wallerstein (1996). Mesmo com a recusa de alguns historiadores em adaptá-la para as ciências sociais, o caminho adotado por esta disciplina firmou-se no sentido da busca “da verdade objetiva” com ênfase em suas narrativas nacionais, rejeitando-se assim a filosofia especulativa de então. A economia aparece como uma disciplina que se moderniza, uma vez que se desliga de sua designação – economia política – para se desenvolver no âmbito do funcionamento do mercado, voltada para o presente.

A sociologia, neologismo criado por Comte na segunda metade do século XIX, e institucionalizada por Durkheim como uma disciplina “[...] não mais contemplativa, mas agora transformadora da realidade” (Rodrigues: 1993, p.10), já vinha sendo discutida em associações especializadas para a reforma da sociedade

⁵ Primeiramente é importante esclarecer que isso ocorreu, prioritariamente, em países europeus: a Grã-Bretanha, a França, as Alemanhas, as Itálias; e na América do Norte: principalmente os Estados Unidos.

do seu tempo, enfatizando a pretensão de se tornar uma disciplina objetiva que se utilizasse também do método científico, de leis universalmente válidas. Mais tarde, esses programas foram se institucionalizando e se transformando para o contexto das universidades. Desse modo, a sociologia manteve a preocupação com as pessoas comuns e com as consequências da modernidade, entretanto, cultivando o método positivista no estudo do presente voltado para o campo nomotético⁶.

O surgimento da ciência política sofreu resistência pela sua institucionalização devido ao monopólio das Faculdades de Direito sobre essa disciplina. Por muito tempo os cientistas políticos atribuíram-na o nome de filosofia política ou, até mesmo, teoria política. Isso colaborou para o fortalecimento da disciplina, no entanto a verdadeira importância naquele momento foi que a ciência política legitimou a discussão da economia como disciplina autônoma e explicativa do mercado, ao mesmo tempo em que legitimou a importância da esfera política também como estudo científico.

A antropologia também surgiu no século XIX, como necessidade histórica do estudo dos povos não europeus espalhados pelo resto do mundo. Primeiramente, como a sociologia, foi desenvolvida fora da estrutura universitária, e mais tarde institucionalizada como disciplina, mesmo sendo segregada das demais ciências sociais, no sentido da dedicação ao estudo do mundo não ocidental. Seguindo o mesmo caminho, institucionalizam-se como disciplinas, transformadas e, porque não dizer, modernizadas em suas raízes conceituais, a geografia e a psicologia. A primeira baseada na importância dada a construção social do espaço, e a segunda embasada nas modalidades teóricas de análise do indivíduo visto em sociedade. E é nesse percurso da sociedade européia, que percebemos conseqüentes

⁶ Segundo Dilthey (1952), as ciências podem ser classificadas como nomotéticas e idiográficas. Enquanto as idiográficas são aquelas em que é possível somente a compreensão, as nomotéticas estão no campo da explicação, isto é, aquelas que hoje são chamadas de *hard sciences*.

transformações no plano do conhecimento ou da representação conceitual do mundo social, cultural e político.

Analisando o contexto da institucionalização disciplinar das ciências sociais no Brasil, Miceli (1989) nos chama a atenção para a diferenciação disciplinar que aparece nos anos quarenta e cinquenta de forma bastante incipiente, sendo que a principal preocupação, naquele momento, era com a institucionalização regional das ciências sociais propriamente dita.

Lúcia Lippi de Oliveira (1991) concorda, pois segundo a autora, nos anos 1930, 1940 e 1950 se falava em profissionalização, paralelamente ao ensino, existindo já naquele momento a necessidade de se criar um novo tipo de profissional da sociologia ou ciências sociais. Portanto, o objetivo da Escola de Sociologia e Política (ELSP) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) criadas nos anos trinta era produzir a *solução racional* baseada na ciência para efetivamente formar pessoas capazes de pensar os problemas brasileiros.

É na segunda metade da década de sessenta que o processo de constituição e de definições das disciplinas se apresentam, marcado principalmente pela criação dos programas de pós-graduações (Rubim, 1996).

Na mesma linha, Mariza Peirano (1991)⁷ trata do tema da institucionalização disciplinar no que se refere à antropologia quando comparada a sociologia. Segundo Peirano (1991),

[...] foi a sociologia que, nos anos 50 e 60, tornou-se a disciplina hegemônica dentro do quadro das ciências sociais no Brasil, a primeira a formar uma 'escola' ou uma 'tradição' [...]. A antropologia não era totalizadora, e não era prospectiva. A antropologia não correspondiam projetos nacionais (PEIRANO, 1991, p. 47-49).

⁷ Para uma referência completa do campo disciplinar da antropologia ver também Corrêa (1995) e Rubim (1996).

Segundo Luís Eduardo Soares (1991), as disciplinas atuam como valores estratégicos ou talvez até mesmo como referências matriciais, do ponto de vista da construção individualizada das subjetividades empíricas, coletivamente modeladas e envolvidas nas relações de cada um destes saberes. Sendo assim, Soares afirma que não se trata de demonstrar as diferenças entre as disciplinas, mas compreendê-las dentro do ponto de vista de cada uma delas: sistemas conceituais, perspectivas epistemológicas, atualização de pressupostos e tipos de linguagens específicas⁸ e algumas vezes constitutivas de identidades disciplinares contrastivas.

Notamos isso fazendo uma analogia com o conceito de identidade contrastiva do antropólogo F. Barth (s.d. *apud* Ruben: 1992, p. 87), ou seja, algumas identidades disciplinares são construídas, não somente segundo as suas próprias problemáticas e delimitação do objeto, mas também a partir de uma tentativa em se diferenciar de outras disciplinas próximas e com as quais pode confundir-se⁹.

O amadurecimento das disciplinas, que para Peirano (1991), enfatizou uma orientação pluralista no ensino das ciências sociais no Brasil, foi permitindo, às várias gerações, uma flexibilização considerável na carreira dos estudantes, mas ao mesmo tempo, segundo Rubim (1996), uma falta de definição no que se refere a sua profissionalização. No entanto, Roque de Barros Laraia (1991), defende uma idéia diferente, enfatizando que nas duas últimas décadas, no Brasil, os cursos de ciências sociais vêm sofrendo um problema em relação à especialização dos departamentos de ciências sociais, que se subdividem em departamentos autônomos de antropologia, sociologia e ciência política, sepultando assim a sua

⁸ Conforme Santos (1991), “[...] existe hoje, nas Ciências Sociais, maior diferenciação por conta de problemas e linguagens do que por institucionalização burocrática das disciplinas” (p. 283).

⁹ Consultar o artigo de E. Reis (1997), F.V. Reis (1997) e G. Velho (1997). O qual foi o resultado de uma iniciativa da RBCS em comemoração aos vinte anos da ANPOCS que entrevistou dois ex-presidentes e a atual presidente da Associação. Teresa Sales encarregou-se de entrevistar Elisa Reis; Argelina Cheibub Figueiredo e Maria Tereza Sadek ouviram Fábio Wanderley Reis; Lilia Schwarcz registrou atentamente a fala de Gilberto Velho todos tratando das ciências sociais nos últimos vinte anos, cada um dos entrevistados, atendo-se a seu campo disciplinar.

vocação pluralista. No entanto, Peirano (1991) acredita ainda que, talvez hoje seja possível e desejável a transposição das barreiras entre as diferentes disciplinas que compõem as ciências sociais, sem que se ponha em risco as suas respectivas “identidades”.

Pensar a problemática dos limites entre as disciplinas, não é um fator isolado da realidade histórica na qual estamos inseridos, uma vez que a fragmentação disciplinar é resultado do processo de construção do conhecimento no mundo moderno. Segundo Cavalcanti (1995), essa reflexão, que deve ser permanente, requer tanto uma descrição de suas transformações, bem como das práticas que lhe são particulares e do lugar do intelectual e/ou profissional em nossa sociedade.

Peirano nos diz que há uma certa orientação pluralista na constituição do pensamento antropológico brasileiro. Talvez seja este o momento de se repensar o pluralismo da antropologia já que nasceu transdisciplinar. Um pluralismo renovado é desejado no sentido do amadurecimento da disciplina e de possibilidade de transpor barreiras sem pôr em risco as identidades disciplinares. De acordo com o pensamento de Peirano, só elas permitirão uma abertura conseqüente de horizontes.

Conforme Mariza Peirano (1991, 1992), os estudantes de antropologia estão habituados ao aprendizado que une teoria antropológica e história da antropologia, de forma que cursos de teoria antropológica são inevitavelmente cursos de teoria-e-história.

Peirano diz também que, de acordo com o ideal de universalidade da ciência, a antropologia é uma só, mas inclui várias versões, no que talvez possa se expressar como “uma antropologia no plural”. Sendo assim, existe uma relação entre teoria antropológica e o contexto social no qual ela se desenvolve.

Muitos autores já se ocuparam por estudar a história da antropologia e aprofundar em vários de seus períodos importantes como Mariza Corrêa (1995), Christina Rubim (1996, 1997) Lilia Schwarcz (1989) entre tantos outros¹⁰. Mas esse momento específico da década de oitenta sobre o tema “a antropologia da antropologia”, apesar de ser citado em vários textos como um momento importante, por exemplo, Roberto Cardoso de Oliveira (1988), Rubim (1997), ainda não foi levantado de forma específica e substantiva.

Partindo do pressuposto de que uma produção reflexiva sobre a antropologia causa impactos sobre a sua estrutura social e acadêmica criando novas fronteiras, limites e hierarquias, transformando grupos que ocupam posições centrais no universo acadêmico, verificamos a necessidade de revisita-la de modo mais específico, fazendo face aos desafios contemporâneos por que passa a antropologia no período enfatizado na pesquisa, já institucionalizada e sofrendo com uma série de problemas mais burocráticos e de financiamento do que problemas teóricos.

A problematização da institucionalização das ciências sociais no país¹¹ – suas crises, dilemas, perspectivas –, e a crescente necessidade de conhecer os próprios cientistas sociais, a história de cada disciplina, a produção do conhecimento na graduação e na pós-graduação, o ensino, os métodos, as técnicas de pesquisa, o mercado de trabalho, entre outros interesses, são alguns dos aspectos que vêm sendo discutidos pelos cientistas sociais para buscar compreender quem somos, o que somos e como somos nós, cientistas sociais brasileiros.

¹⁰ Júlio César Mellati (1984), Roberto Cardoso de Oliveira (1988), Manuela Carneiro da Cunha (1987).

¹¹ Pesquisa maior que venho desenvolvendo desde 1999, juntamente com o Grupo de Pesquisa Social cadastrado junto ao CNPq: O Perfil de Alunos, Professores e Egressos do Curso de Ciências Sociais da Unesp/Marília, SP. O tema deste trabalho, a história da antropologia no Brasil, ocupa-me há algum tempo, mais exatamente a partir de 2002 na condição de professora substituta do departamento de Sociologia e Antropologia, tive a oportunidade de ministrar cursos sobre a história da antropologia brasileira.

A sociologia do conhecimento é uma temática recorrente nas ciências sociais e está presente em autores como Marx e Durkheim¹². No entanto, uma sociologia da ciência que leva em conta as determinações do campo relativamente autônomo, da atividade de produção da obra científica, com a especificidade do funcionamento desse modo de produção é mais recente. Tal preocupação se consolida a partir do trabalho e das sugestões de Pierre Bourdieu¹³ e que no Brasil vem sendo chamada de antropologia do conhecimento ou etnografia do saber¹⁴.

Esse olhar que se voltou para as produções acadêmicas e seus realizadores veio consolidar a afirmação de que, para conhecer a realidade social, precisa-se compreender os determinantes do seu conhecimento e de sua produção, além das condições históricas em que vêm sendo produzidos esses saberes, não somente no tempo, mas também nos espaços nacionais e institucionais.

É preciso que o cientista social tenha consciência de como se estabelece a construção de seu capital científico – produção, objetivação, recepção. Na verdade, segundo Bourdieu (1983b), essa é uma lógica que se configura na relação entre seus pares na academia pelo reconhecimento de seu mérito, estabelecendo-se uma relação de reconhecimento e acumulação de capital cultural.

Vemos então, a necessidade de se aplicar essas sugestões teóricas em situações concretas dando a devida contribuição para que os agentes nela situados, ao refletirem sobre os determinantes da sua atividade, tenham uma melhor compreensão e um melhor controle de suas práticas.

¹² Ideologia Alemã (1845) e As Formas Elementares da Vida Religiosa (1912), por exemplo.

¹³ Ver Bourdieu (1983), (1983b), (1996).

¹⁴ Especialmente Peirano (1980), Corrêa (1981), Cardoso de Oliveira (1988), Rubim (1996), Sigaud (1999), Pontes (1997 e 1998).

A antropologia brasileira é chamada de periférica¹⁵. De acordo com a definição, Cardoso de Oliveira diz:

[...] tomo por periférico aquele espaço que não se identifica com o espaço metropolitano – leia-se: Inglaterra, França e Estados Unidos da América –, de onde emergiram os paradigmas da disciplina no final do século passado e princípios deste e que desses países se difundiram para outras latitudes. Periférico, no caso, não se identifica também com a noção política de periferia, enquanto marcadora de um lugar habitualmente ocupado pelo chamado ‘Terceiro Mundo’. Assim sendo, as ‘antropologias periféricas’ podem existir em qualquer dos ‘mundos’, inclusive no mundo europeu, desde que sejam assim chamadas em países que não tenham testemunhado a emergência da disciplina em seu território e, igualmente, não tenham ocupado uma posição hegemônica no desenvolvimento dos novos paradigmas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1994, p. 14-15).

No entanto o conceito de centro e periferia não compete uma vez que a antropologia no Brasil é extremamente cosmopolita, segundo Rubim (1996). Existe, nos trabalhos antropológicos brasileiros a leitura da grande maioria dos autores dos países que produzem antropologia. E de acordo com Peirano (1991), isso enriquece a antropologia que é feita aqui. Portanto, dizer que a antropologia feita no Brasil é periférica é a mesma coisa que dizer “sociedades primitivas”, é utilizar-se de ressalvas para se caracterizar. Essa subestimação – ou até mesmo essa auto-subestimação – da antropologia talvez provoque uma falta de ousadia ao longo de seu desenvolvimento. É preciso observar essa questão com o objetivo de discutir as possíveis singularidades das ditas antropologias regionais sem perder de vista a sua pretensão universalista de ser ciência.

A antropologia brasileira é plural em todos os sentidos, na leitura dos clássicos, os autores, na escritura dos trabalhos, na prática do trabalho de campo, no constante diálogo percebido nos encontros nacionais.

¹⁵ O conceito de periferia foi definido por Roberto Cardoso de Oliveira em 1992, para o seminário *Entre el Acontecimiento y la Significación: El Discurso sobre la Cultura en el Nuevo Mundo*, em Trujillo, Espanha e publicado parcialmente na Revista de Antropologia em 1994.

Se a antropologia é considerada como ciência e ou disciplina em diversos países é porque existe uma “certa tradição”, mais ou menos coerente que a considera assim num contexto amplo, acadêmico, porém ela é diferente em cada um deles. E o que enfatiza as diferenças são, entre outros motivos, os diversos contextos históricos nacionais em que está inserida ou se formando¹⁶.

Isso é chamado – e estudado – por Roberto Cardoso de Oliveira de “tradições antropológicas” ou “tradições nacionais”¹⁷. Portanto, para começarmos a compreender a nossa antropologia como parte da história e como especificidade precisamos questionar, refletir e compreender o que significa para nós o Brasil como contexto e/ou território que propicia a sua construção.

¹⁶ Ver Peirano (1992, 1992b, 1999, 2004) e Rubim, (1997).

¹⁷ A discussão está presente no livro *Estilos de Antropologia* de 1999.

2. Os primeiros ecos do pensamento sobre o outro

2.1 Crônicas de uma nova terra

É comum entre alguns antropólogos brasileiros considerar a conhecida carta de Pero Vaz de Caminha como o primeiro relato ‘antropológico’ escrito sobre o Brasil. A pré-história da antropologia no Brasil poderia, desta forma, ser considerada a partir da atuação dos cronistas – filósofos naturais como eram bastante conhecidos –, estrangeiros em sua grande maioria, que desde a chegada de Cabral viajavam pelo país pesquisando a fauna e a flora diversificada e não deixavam de observar e relatar também os diferentes povos que encontravam nesses caminhos¹⁸.

Além disso, os cronistas, muito mais que filósofos naturais, são homens do seu tempo¹⁹, são narradores, que viajavam pelo território preocupados em fazer relatos e descrições de sua época. O sentido da descrição dos cronistas vem da preocupação em relatar suas vivências, mas com qual finalidade? Não necessariamente para descrever como um especialista, mas em evidenciar o vento, a beleza natural da nova terra, o exótico²⁰.

Os naturalistas²¹, navegadores, missionários, diplomatas, militares que se interessavam pela descrição da natureza do Novo Mundo – sua fauna, sua flora, seus minerais e eventualmente seus habitantes – constituía o núcleo das atividades

¹⁸ A Carta de Pero Vaz de Caminha é considerada como um momento inicial de tomada de consciência da nova terra. No entanto a descrição desta terra tinha um objetivo político, um emprego para Caminha.

¹⁹ Por exemplo, Frei Vicente da Silva, Sahagun, Gabriel Soares.

²⁰ O conceito de exótico para os navegantes, no séc. XVI, não é o diferente, o bizarro, mas é aquilo que não encontra referências na racionalidade ocidental.

²¹ A história natural era uma ciência descritiva de fenômenos naturais praticada, em grande parte, por estrangeiros em viagem: franceses, ingleses e também alguns portugueses (Schwartzman: 1979, p. 54).

eruditas que se desenvolviam no Brasil, principalmente no século XVII e XVIII²² até o início do período industrial.

Em 1884, Karl Von Den Steinen, de acordo com Mellati (1984), foi o primeiro e talvez o mais famoso dos etnólogos alemães²³ do período dos cronistas, chega ao Xingu e faz, pela primeira vez, uma descrição daquele fenômeno de aculturação. Em sua expedição descobriu os grupos indígenas xinguanos e foi o primeiro a descer o rio Xingu desde seus formadores até a foz. Em uma segunda expedição, de 1887 a 1888, voltou a visitar os xinguanos; seus estudos sobre o grupo apontam para a formação evolucionista do pesquisador, pois procurou desvendar a origem de uma série de técnicas e costumes²⁴.

Na verdade, denomina-se “cronistas” aqueles autores que, apesar de não serem cientistas sociais – seja porque ainda não existiam as ciências sociais – evidenciaram, através de suas observações e de seus registros, um momento e uma produção rica e uma importante fonte etnográfica concernentes aos fenômenos sociais. O sociólogo Florestan Fernandes (1949) e a antropóloga Thekla Hartmann (1975) escreveram a respeito dos cronistas e demonstraram a consistência do conteúdo etnográfico desses relatos (Mellati, 1984).

Esse período da história da antropologia, o período dos chamados “filósofos viajantes”, embora considerado uma fase de diletantismo, de improvisação e de viajantes que nos definiam com olhares de fora para dentro, deve ser particularmente considerado como um período significativo para a história da antropologia, pois é um momento riquíssimo em coleta de dados que se juntam e, de

²² Mellati (1984, p. 4) nos diz que a partir da chegada da Família Real o número de cronistas aumenta, certamente devido à abertura dos portos e à transferência da capital de Portugal para o Brasil.

²³ Que passou da psiquiatria para a etnologia por influência de Bastian.

²⁴ Seus escritos foram traduzidos, segundo Luiz de Castro Faria (1993), graças a Egon Schaden, e lembra que o livro *Entre os Aborígenes do Brasil Central* (1940), tem mais de setecentas páginas, e a tradução é reconhecidamente excelente.

certa forma, se integram em uma idéia inicial de nação forçando uma elite intelectual nacional a se preocupar em preservar e a dar o devido valor ao que nos pertence de fato.

2.2 Aqueles *Homens de Ciencia*

A construção dos elementos que compõem o pensamento social no Brasil do século XIX tinha como referência as nações européias em destaque no cenário político-científico, as quais viam como condição de progresso e desenvolvimento o predomínio da composição étnica branca da sociedade. A condição de um país mestiço transpunha, ora para os estudos de estagnação cultural a interpretação da realidade presente, ora para os estudos do evolucionismo na espera do branqueamento da população.

A importação de algumas idéias européias e suas adaptações ao nosso contexto local, foi sendo adotada por uma série de intelectuais que eram conhecidos como *homens de ciencia* (SCHWARCZ, 1993) que teorizavam sobre as possibilidades de mudança social e a construção de uma sociedade brasileira enquanto nação.

A partir de 1870, as teorias filosóficas e políticas como o evolucionismo, o positivismo e o naturalismo começaram a circular no Brasil, alterando os costumes, os padrões e introduzindo uma visão pessimista na análise da situação nacional, pois tinham como referência – e até como objetivo – o debate sobre os fundamentos de uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos e a origem colonial.

Segundo Laraia, o fim da Guerra do Paraguai em 1870 foi um marco para a mudança no pensamento e no sentimento nacional. Uma certa elite intelectual brasileira parece ter se sentido estimulada a reexaminar o conceito de nação e também preparada para “desafiar” a cultura herdada.

Essa elite intelectual brasileira, de alguma maneira está ligada às elites econômico-financeiras do país, mas começa a perder seu perfil homogêneo surgindo certas diferenças regionais e mesmo profissionais. Por exemplo, o fortalecimento da produção cafeeira durante a década de 1850, passando a ser o sudeste o eixo econômico do país e não mais o nordeste; com o crescimento das instituições de ensino, há uma crescente diversificação nas áreas de atuação profissionais; encontram-se também novos segmentos urbanos com interesses bastante distintos das elites cafeeiras e escravocratas. Esses grupos intelectuais não só se tornavam cada vez mais complexos, como passavam por processos acelerados de mudanças juntos com a própria sociedade brasileira como um todo.

O fato é que tudo parecia novo: inclusive as teorias científicas, “um bando de idéias novas” de acordo com Sílvio Romero (SCHWARCZ, 1993). Portanto, essa nova elite profissional e intelectual, de certa forma já incorporou, à sua maneira, os princípios liberais, posto que são princípios importados, e passou a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social.

O que isso significava? Que esse tipo de discurso evolucionista e determinista, que penetrou no Brasil por volta dos anos de 1870, chegou como um novo argumento para explicar as diferenças internas. Era o respaldo científico que faltava como justificativa para as práticas comuns, servindo como modelos que explicavam o atraso e as novas formas de inferioridade. Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e determinavam inferioridades.

Intelectuais como Nina Rodrigues, Oliveira Viana, Roquette Pinto, Arthur Ramos, Manuel Bonfim preocupados em destacar essas diferenças eram chamados de antropologistas para designar suas análises como próximas a um ramo da

medicina²⁵. Assim, o estudo da antropologia, nesse momento estava diretamente relacionado a um ramo das ciências naturais e físicas (craniologia), separado da etnologia pela sua perspectiva teórica.

A questão central para vários desses cientistas era a delimitação e a comparação das raças tendo como pressupostos básicos os estudos da evolução e a craniologia. A frenologia e a antropometria – ciência da medição dos crânios – serviu como base para várias escolas, sobretudo a francesa – com Paul Broca – e a americana – com L. Agassiz – para quem o tamanho e o volume dos cérebros e demais partes dos corpos forneciam dados capazes de determinar elementos do comportamento humano, como, por exemplo, provar certas tendências criminosas, visto que a propensão à violência poderia ser verificada através de caracteres físicos além de ser hereditária, segundo defende as teorias.

Os debates aconteciam nas Escolas de Medicina na Bahia (1908) e do Rio de Janeiro (1909), também na Faculdade de Direito de São Paulo e na Faculdade de Direito de Olinda (1827), justificando as diferenças a partir das vertentes e desdobramentos das teorias evolucionistas européias reelaboradas em termos do contexto específico e pensando sua aplicação local de maneira bastante original, segundo Schwarcz (1993).

E qual é o espaço da antropologia nesse processo? Se a partir da teoria da evolução, o grande modelo de análise foi a biologia, podemos perceber, nesse momento, uma série de ramos do conhecimento que se desmembraram das assim chamadas ciências naturais, a geologia, a botânica, a zoologia entre outras. E é nesse ponto que se começa a delinear a antropologia. Porque, como pudemos ver acima, a antropologia sofreu influência de todas essas teorias, era, obviamente,

²⁵ A palavra antropologista era utilizada também devido a proximidade com o termo em inglês *anthropologist*.

muito mais biológica do que social. E isso se dá em consequência de uma produção antropológica da época que aponta em seus trabalhos as correlações feitas com tipos físicos, clima, temperamento, caráter entre outras abordagens que priorizavam o aspecto físico como modelo explicativo e absoluto.

Nesse período da história da antropologia, conhecido como pré-história todos os seus conhecidos *homens de ciencia*, sejam eles médicos ou juristas, tinham uma preocupação com a chamada antropologia física, com os problemas de raça e diferentes determinismos.

É justamente nesse período, a segunda metade do século XIX, que se coloca a “era dos museus”; o florescimento num contexto global de uma série de museus etnográficos profundamente vinculados aos parâmetros biológicos de investigação e a modelos evolucionistas de análise. É a partir dessa perspectiva que se compreende a instalação e o desenvolvimento dos primeiros museus etnográficos brasileiros no período que vai de 1870 a 1930.

2.3 Os Museus Brasileiros

Os principais argumentos para o nascimento dos museus no mundo foram a busca por um local que conservasse as memórias das nações, os objetos de orgulho de um povo e dos governantes. Essas instituições, na Europa até o século XVIII, locais que eram locais conhecidos como Casas de Curiosidades que antecederam os museus²⁶, cujo critério era sobretudo estético e não voltado para o ensino e a ciência. Assim, no período de meados do século XIX até aproximadamente 1920 foram criados muitos museus em todo o mundo – eis o apogeu histórico dos museus – a partir da prerrogativa acima. Para tal finalidade, foram melhoradas também as fachadas desses museus, cada vez mais grandiosas e luxuosas, principalmente nos grandes centros europeus como França, Alemanha e Itália.

Em fins do século XIX começou a transformação que caracteriza os museus ainda hoje: a divisão entre os Museus de Arte e os Museus Etnográficos. Nestes últimos é que os antropólogos se fazem mais presentes, buscando a cultura e a vida material como importantes objetos de singularidade e diferença a serem coletados, estudados e comparados.

Internacionalmente, a fundação de museus se estenderá pelo resto do século XIX, seguindo modelos diversos: alguns se basearão nos padrões do *Peadody*, focalizando preferencialmente a pré-história, a arqueologia e a etnologia; outros, principalmente os da Europa Continental, se constituirão em museus de cultura nacional e popular (STOCKING JR., 1985, p. 8 *apud* SCHWARCZ, 1989, p. 24).

Outra característica incorporada aos poucos pelos museus foi a do rigor científico e profissional, pois havia a necessidade ou a obrigatoriedade de ter os seus arquivos rigorosamente classificados e ordenados, ficando conhecidos como “depósitos ordenados”.

²⁶ E depois foram absorvidas por eles.

No Brasil, a era dos museus é tratada a partir do florescimento dos museus Nacional (M.N.), Paulista (M.P.) e Paraense Emílio Goeldi (M.P.G.), que se deu principalmente na efervescência dos anos de 1870. Lilia Schwarcz (1989) concorda com a opinião de Fernando Azevedo (s.d.) no que diz respeito à importância dos anos de 1870 como anos de grandes viagens, explorações e classificações da natureza do país. A classificação era o maior interesse dos naturalistas naquela época.

A construção histórica da ciência no Brasil é um processo revelador da constituição do pensamento social brasileiro e das instituições educacionais criadas a partir de 1808, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil²⁷. Na primeira metade do século XIX a Coroa apoiou algumas iniciativas e algumas instituições foram criadas: a Academia de Guarda-Marinha; estabelecimentos de ensino superior com cursos médicos em Salvador como o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, e no Rio de Janeiro como a Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro²⁸; e também com cursos jurídicos como a Faculdade de Direito de São Paulo e a Faculdade de Direito de Olinda; além de estabelecimentos de caráter cultural como a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, originalmente o Real Horto, além do Museu Real, criado por decreto em 06 de julho de 1808, com o objetivo de estimular os estudos de botânica e zoologia. A instalação dessas primeiras instituições, por D. João VI, expressava, conforme Schwarcz (1989), a disposição da Coroa em transformar a colônia em sede da monarquia com instituições de caráter cultural e de propagação de conhecimentos científicos.

²⁷ Segundo Azevedo (s.d., *apud* Schwarcz: 1989), anteriormente a vinda da Família Real toda ciência era feita por viajantes estrangeiros, havendo então, pouco interesse científico e poucos recursos para o financiamento de expedições caras e penosas no Brasil por parte do governo.

²⁸ Essas escolas de medicina foram criadas em caráter de urgência com a função de formar quadros profissionais para tratar, principalmente a população da corte que sofria com as doenças da nova terra.

Sendo assim, temos a chegada da Família Real ao Brasil como o marco do primeiro passo para a construção de centros intelectuais no país: faculdades, bibliotecas e a Imprensa Régia, passaram a ser grandes investimentos do rei D. João VI.

Desse modo, em um contexto de efervescência cultural, nasceu o Museu Real – futuro Museu Nacional – com o objetivo de “[...] propagar os conhecimentos e os estudos das ciências naturais no Brasil, a ser utilizados também pelos setores do comércio, da indústria e das artes” (SCHWARCZ: 1989, p. 29). As primeiras peças do Museu foram doadas pelo rei, e o seu caráter classificatório não ocorreu imediatamente, já que as primeiras funções do Museu foram essencialmente comemorativas, muito mais uma celebração interna para os membros da nobreza e da realeza. O Museu só abriu suas portas para a visitação do público em 1821.

Outros museus também foram criados como o Museu Paraense de História Natural²⁹, em 1866, e o Museu Paulista, em 1894, revelando uma nova fase que demarcava as especificidades das instituições em relação ao caráter enciclopédico, evolutivo, comparativo e classificatório, ou seja, vinculados às formas de organização específicas da ciência. Inclusive voltados para o fomento de pesquisas teóricas e às ciências naturais e preocupados com a aplicação de tais pesquisas, por exemplo, as iniciativas do Museu Nacional a partir de 1876 com a circulação de revistas, a montagem de cursos e o empreendimento de pesquisas, embora em um processo lento devido a falta de recursos financeiros, pois como já foi dito a dificuldade de recursos sempre acompanhou o desenvolvimento das instituições brasileiras.

²⁹ Mais tarde denominado Museu Paraense "Emílio Goeldi".

A preocupação central era a constituição de um saber próprio sobre o Brasil³⁰ através do cientificismo, objetivando desenvolver uma reflexão, investigação e mapeamento da realidade brasileira. Esse período compreendeu momentos importantes da própria história do Brasil, que de certa forma, explica o processo de construção do pensamento social brasileiro, como a fundação do Partido Republicano, a abolição da escravidão (1888) e culmina com a Proclamação da República (1889).

Ladislau Netto dirigiu o Museu Nacional de 1874 a 1893 prometendo em sua posse inaugurar uma nova era, mais científica e progressiva. De fato, sob sua coordenação nasceu a Revista do Museu Nacional. Na classificação de Schwarcz (1989), abrangendo os anos de 1876 a 1926, verificou-se a preponderância de artigos da área de zoologia (45,3%), da botânica (19,2%), e da geologia (13%) sobre o total de artigos da antropologia (11%) e da arqueologia (10%) (1989).

É importante destacar o estudo da craniologia no Museu Nacional, inclusive por estrangeiros. Esse campo do conhecimento junto com sua principal técnica, a craniometria, consistia no estudo e classificação de tamanhos e tipos de crânios como pressupostos de evolução das diversas raças.

João Batista Lacerda foi outro importante diretor do Museu Nacional entre 1895 e 1915, era um dos mais ardorosos defensores das teses do branqueamento e depuração das características étnicas que compunham nossa população³¹. Foi o primeiro cientista a dar um curso de antropologia no Brasil, em 1877, cujo conteúdo foi exclusivamente sobre anatomia, pois para o diretor os conhecimentos *anatomo physycológicos* constituíam a base da *anthropologia* (SCHWARCZ: 1989). Foi

³⁰ Com grande influência do pensamento europeu, o referencial teórico adotado, nesse momento, foi o do paradigma evolucionista.

³¹ Lacerda se propôs a estudar os Botocudos tendo como material exclusivo os onze cérebros de “espécimes” dessa tribo existentes no museu, utilizando-se das teorias evolucionistas racistas e da nova antropologia física, tendo como base o estudo e a medição dos crânios (SCHWARCZ: 1989).

também o único representante do Brasil a ir a Londres, em 1911, no Iº Congresso Universal das Raças, defendendo sua tese do branqueamento em um século para o Brasil, baseado em dados estatísticos de Roquette Pinto, elaborou uma projeção da composição racial da população brasileira que em 2012 seriam 80% de brancos, se a mistura racial persistisse durante o século XX.

Por fim, é necessário reforçar a 'marca nacional' que o M.N. buscava imprimir, imagem essa no mínimo estranha ao horizonte do fenômeno denominado 'era dos museus' (SCHWARCZ, 1989, p. 39).

O Museu Paulista floresceu a partir do propósito de fazer uma grande obra com o “feito do Ipiranga” do imperador D. Pedro I, onde a elite tem papel fundamental na elaboração e colaboração com o projeto³². O monumento histórico do Ipiranga – Museu do Ipiranga – ganhou o nome de Museu Paulista em 26 de julho de 1894, e ares de progressivo, científico e profissional sob a direção do zoólogo alemão Hermann Von Ihering, o qual reforça-lhe as bases das ciências naturais, classificatórias e evolutivas dos grandes modelos europeus.

Observando a Revista do Museu Paulista, criada em 1895, a zoologia – área de atuação de Von Ihering – corresponde a 70% dos artigos deste Museu, restando 9,8% para antropologia, 7,7% à botânica, 4% às biografias e 3,5% para a geologia e a arqueologia. Ainda sob a análise da Revista do Museu Paulista, Schwarcz (1989) encontra um expressivo espaço de atuação metodológica de etnógrafos, caracterizando o início, na história, da “profissão”.

Von Ihering ficou conhecido como um homem bastante prepotente e muitas vezes preconceituoso. Essa prepotência o leva a discussões com o diretor do Museu

³² O interesse da elite paulista era de construir uma história que os paulistas ainda não tinham, um centro produtor de conhecimento que reforçava o poder político paulista. Desse modo o museu foi criado para legitimar o próprio poder da elite.

Nacional, que afirma também produzir, junto à sua equipe, uma ciência progressiva, e dessa forma, uma ciência profissional.

O último museu abordado, o Museu Paraense, nasceu do empenho de vários pesquisadores que no século XIX rechearam seus estudos com a região norte do país. O conceito empregado era o da fundação de um “museu nacional de história natural”. Antes de ser museu, porém, foi Associação Filomática do Pará, fundada em 6 de outubro de 1866.

Diversos contratempos, porém, fizeram com que o museu passasse em 25 de março de 1871 para a órbita administrativa do governo da província. Muitos estudiosos se demitiram em função da falta de verbas e de recursos. Durante os últimos anos do Império o museu acabou se transformando em simples e rotineira repartição pública, e os deputados da assembléia legislativa resolveram extingui-lo, em 1888, considerando-o inútil. O museu, reinaugurado em 1891, deve o seu ressurgimento em parte ao próprio “boom da borracha” na região e aos anseios de transformar Belém em uma espécie de “Paris do Sol”.

Emílio Goeldi assumiu a direção do museu em 9 de julho de 1893 e, no ano seguinte, elaborou uma nova estrutura para a instituição. Organizando as diferentes seções - zoologia, botânica, etnologia, arqueologia, geologia e mineralogia – e uma biblioteca especializada em assuntos concernentes às ciências naturais e antropologia, bem como os jardins zoológico e botânico, contíguos ao museu.

Goeldi conferiu ao museu – que só receberá seu nome em 5 de novembro de 1931, transcorridos quase 14 anos de sua morte – o modelo das instituições européias, um espaço preenchido por especialistas e colaboradores estrangeiros.

As publicações internas – Boletim do Museu Paraense e Memória do Museu Paraense – revelam que o grande interesse do museu estava nas ciências naturais

como ocorrem nos outros museus mencionados anteriormente. Assim, apesar da antropologia encontrar nas divisões internas do museu espaço um pouco mais abundante que nos outros dois, tendo uma sessão só para si e suas “primas” etnologia e arqueologia, a presença nos artigos internos é pouco considerável: zoologia correspondendo a 48%, botânica a 36%, geologia a 10,2% e apenas 0,4% para a antropologia, sendo inexistente a presença de artigos sobre a arqueologia. (SCHWARCZ, 1989).

Para concluir, destaca-se a fundamental relevância dos museus como espaços que buscaram, além de propiciar o desenvolvimento das ciências naturais, abrir caminho para a antropologia física e tematizar o homem brasileiro, praticar a “ciência pela ciência”, o que permitiu a modificação e a evolução gradual do pensamento comum. Há ainda que se considerar a estreita ligação entre os desenvolvimentos das teorias de rigor evolucionista, classificatórias e ordenatórias, e os museus brasileiros abordados.

[...] Falar em evolucionismo no Brasil e na sua derivação em termos de teorias raciais, não significou a tradução de uma teoria ou seu deslocamento de forma inerte. Tratou-se, na realidade, de um trabalho de reordenamento e remontagem, pensando em como lidar com noções que se, por um lado, denegriam nossa imagem enquanto nação, por outro ofereciam legitimidade, agora científica, a setores dominantes brancos em busca de um sentido para essa ‘jovem república’, em seus primeiros momentos, tão carente de direção (SCHWARCZ, 1989, p. 67).

A decadência dos museus pode ser identificada, segundo Schwarcz (1989), já no final da década de 1920, não só pelas frágeis dependências que criaram em relação aos seus diretores e a perda de um grande mecenas destas instituições, D. Pedro II, mas também devido ao contexto técnico em que se vivia, onde se destacavam as ciências naturais e que proporcionavam retorno rápido à sociedade, assim comprometendo os ‘modelos enciclopédicos’ iniciais. Outras causas vinculadas à decadência são novamente a dificuldade de recursos e a necessidade

de resultados práticos, ou seja, cada vez mais se cobrava o sucesso pelas pesquisas aplicadas.

Schwarcz (1989) diz que o novo momento impunha aos museus a dura condição de desmembramento e perda de autonomia, com a concomitante vinculação a outros institutos e, no caso paulistano, quando da recém-criada Universidade de São Paulo, em 1934. (1989).

De acordo com a pesquisa de Schwarcz (1989) dois caminhos poderiam ser tomados a partir dessa realidade: ou se optava pela continuação de projetos já reconhecidos e aprovados, ou se investia pela construção de universidades e novos centros de conhecimento. A partir do segundo caminho é que foi invertida a “liderança cultural e científica” do Rio de Janeiro para São Paulo, perdendo, os museus, significativos espaços.

O período compreendido entre 1870 a 1930 ficou conhecido como a fase da idiossincrasia brasileira, um momento em que aparece uma corrente de pensamento ensaísta e histórico-social de cunho sociológico, configurando-se, segundo Ianni (1989), em um caráter “especulativo” ou “pré-científico”. Assim, os jovens brasileiros que nesse período freqüentaram Coimbra, escola de Paris, Londres, Bordéus e outros centros, entraram em intenso contato com obras ou correntes filosóficas da França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, o que nos leva a crer que “[...] uma parte do espírito da sociologia brasileira tem algo, ou muito a ver com as correntes de pensamento da sociologia mundial” (Ianni: 1989, p. 86). Conseqüentemente, esses jovens³³, em retorno ao Brasil, demonstraram uma insatisfação com os problemas sociais do país que atingiam grandes segmentos da população.

³³ Na maioria das vezes eram historiadores, cronistas, publicistas, políticos, juristas, economistas, antropólogos, escritores, críticos de literatura e outros. Sem deixar de mencionar as referências de caráter sociológico da obra de romancistas, teatrólogos e poetas como, por exemplo: José de Alencar, Castro Alves, Machado de Assis, Raul Pompéia, Lima Barreto, Mário de Andrade, Monteiro Lobato, Graciliano Ramos e outros. (Ianni: 1989)

Comprometidos com correntes nas quais prevaleciam preocupações filosóficas, morais, jurídicas ou programáticas sob a influência do catolicismo, do evolucionismo e do positivismo desenvolveram estudos, principalmente ensaios de cunho sociológico³⁴ nessa linha. Alguns intelectuais se sobressaíam como, por exemplo, Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Tobias Barreto, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha³⁵, Alberto Torres, Oliveira Viana, Manuel Bonfim e outros de extrema importância para o desenvolvimento institucional da sociologia no Brasil, como por exemplo, Gilberto Freyre³⁶, Delgado de Carvalho e Fernando de Azevedo responsáveis pela criação das primeiras cadeiras de sociologia, preparando assim, de acordo com Ianni, o terreno para a emergência da disciplina propriamente dita no país.

É importante observar, ainda, que essa preeminência do pensamento sociológico é o produto combinado das transformações sociais, em sentido lato, da criação e a dinamização de cursos e programas de pesquisa, e do trabalho criativo de professores e pesquisadores (Ianni: 1989, p.11).

Entre o início do século XIX até o final das duas primeiras décadas do século XX, uma série de movimentos intelectuais prepararam a base para a criação das instituições de ensino superior³⁷. Por exemplo, a Semana de Arte Moderna (1922)³⁸, a criação do Partido Comunista Brasileiro (1922)³⁹, a Reforma Sampaio Dória (1920)

³⁴ Segundo Ianni, a esses trabalhos faltavam um certo rigor na observação e no tratamento descritivo dos eventos, ou seja, seriam formas de pensar relativamente pouco comprometidas com a lógica da análise científica. No entanto, por outro lado, nota-se uma riqueza e uma desenvoltura no uso criador da inteligência (Ianni: 1989).

³⁵ Os dois últimos sob influência bio-sociológica e antropogeográfica.

³⁶ Que foi o primeiro professor de sociologia a levar os alunos para realização de pesquisa de campo em 1928.

³⁷ Uma parte dessa história será contada no capítulo 4.1.

³⁸ Grupo de intelectuais e artistas que propunham uma ruptura com a ótica européia de olhar o país. Com forte base nacionalista, o movimento foi tido como provocador pelas elites tradicionais e talvez isso, tenha dado força aos membros do grupo.

³⁹ Que tinha também como proposta reformular a visão da política brasileira.

que criou a Faculdade de Educação em São Paulo, a Revista do Brasil (1918)⁴⁰, a Cia. Editora Nacional, por volta de 1930, fundada por Monteiro Lobato⁴¹.

As instituições de ensino superior criadas nesse período⁴², somente foram regulamentadas em 11 de abril de 1931 com o Decreto N.º 19.851 e N.º 19.852, que ficou conhecido como Reforma Francisco Campos (Schwartzman: 1979).

⁴⁰ Numa perspectiva nacional, da construção de uma Nação plural.

⁴¹ Fundamental para publicação dos autores nacionais e regionalistas. Publica o famoso *Almanaque Fontoura*.

⁴² Faculdade de Direito de São Paulo (1827), e Faculdade de Direito de Olinda quase na mesma época, as escolas médicas em Porto Alegre (1897), Belo Horizonte (1911), Paraná e São Paulo (1913), e segundo Schwartzman (1979), foi possivelmente em 1912 que se criou a primeira universidade do país, a Universidade do Paraná. No entanto, de acordo com Souza Campos (1954: *apud* Rubim: 1996), a primeira universidade foi a Universidade do Rio de Janeiro (1920), em 1927, criou-se a Universidade de Minas Gerais.

3 O ensaísmo ou o heroísmo na antropologia brasileira

3.1 Heróis fundadores: Nimuendaju

Esse período inicial ainda é conhecido como um período de autodidatismo, e de tradições inventadas por estrangeiros, ou por uma forte participação estrangeira. Seja nas suas pesquisas, nas influências teóricas, na institucionalização das ciências humanas em geral.

As tradições aqui inventadas, se não foram apenas por estrangeiros, tiveram uma forte participação deles nessa invenção: se olharmos o mapa etnológico de Curt Nimuendaju, quase poderemos ver as sombras dos pesquisadores que as estudaram projetando-se sobre os contornos das comunidades por eles estudadas até a década de 40, [...]. Mas isto seria ainda apenas um esboço dos inícios de uma disciplina que se apropria, talvez indevidamente, de uma história que não é exatamente, ou inteiramente, a sua. [...] Não é sem interesse lembrar que o outro ramo mítico da disciplina, o dos estudos sobre negros, tem como herói fundador Raimundo Nina Rodrigues: desse cruzamento entre nativos que se interessavam pelo estudo de 'estrangeiros' (os "colonos negros" como os chamava o médico maranhense) e estrangeiros que se interessavam pelos nativos, nasceu a tradição antropológica no Brasil (CORRÊA, 1988, p. 80).

Segundo Laraia (2002)⁴³, a antropologia no Brasil surge em um contexto de grande preocupação em evidenciar o exótico⁴⁴ e ainda, a maior parte dos etnólogos brasileiros consideram que a antropologia brasileira nasce em função da etnologia e os seus primeiros escritos são sobre índios. Essa também é uma idéia defendida por Manuela Carneiro da Cunha (1987).

No decorrer dos anos de 1920 e 1930, começam a ser notadas algumas modificações quanto às pesquisas com índios: as preocupações evolucionistas e

⁴³ Em comunicação apresentada em curso de História da Antropologia no Brasil no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp-Marília, em abril de 2002.

⁴⁴ Ver, por exemplo, Júlio César Melatti (1984).

difusionistas vão sendo pouco a pouco abandonadas; decresce o número de pesquisadores alemães, mas a maioria ainda continua ser de estrangeiros; alguns deles deixam de ser “viajantes” e se estabelecem no Brasil ou em países vizinhos.

Talvez o mais notável pesquisador das sociedades indígenas, pela extensão do seu trabalho e pela dedicação com que se voltou a ele, tenha sido Curt Nimuendaju.

Nascido na Alemanha, na cidade de Jena, em 1883, tinha originalmente o nome de Curt Unkel. Veio jovem ao Brasil, em 1903, com 20 anos. Em 1922, naturalizou-se brasileiro e adotou o nome indígena Nimuendaju. Veio com a única intenção de estudar os índios brasileiros e, mesmo sem dispor de formação universitária foi o que ele fez até dezembro de 1945, quando morreu entre os Tukuna, no Alto Solimões⁴⁵. Foi o primeiro a fazer trabalho de campo de longa duração no Brasil. Trabalhou inicialmente com os Guarani, dos quais recebeu o nome Nimuendaju, mas também fez extensos estudos sobre os Xerente, os Canelas, os Apinayé e os Tukuna entre outros diversos grupos indígenas⁴⁶; além de inúmeros trabalhos menores sobre língua, mitologia e história.

Trabalhou como funcionário no recém-criado Serviço de Proteção aos Índios (SPI), e passou pelo Museu Paraense publicando artigos como etnólogo. Manteve extensa correspondência com um dos grandes nomes da antropologia americana Robert Lowie⁴⁷, o qual o ajudaria a compensar a falta de uma orientação acadêmica que ele não dispunha. Trocaram cartas durante anos, sem jamais terem se encontrado. Apesar desse relacionamento típico de orientação acadêmica,

⁴⁵ A morte de Curt Nimuendaju rende várias especulações e versões. Vai desde seu envenenamento pelos índios, tendo como causa o envolvimento do antropólogo com várias mulheres indígenas; ou, os próprios o teriam envenenado para saquearem os seus pertences; e em outra, os brancos da região seriam os responsáveis pelo envenenamento por estarem desgostosos com sua atuação indigenista. Mais detalhes em *A Morte e as Mortes de Curt Nimuendajú*, Laraia (1988).

⁴⁶ Roque Laraia (1988) cita uma lista de 38 grupos indígenas.

⁴⁷ Nascido em Viena, mas radicado nos Estados Unidos.

Nimuendaju sempre se recusou a ter um contato mais direto com o mundo universitário. Mesmo assim publicou, nos Estados Unidos, as suas monografias sobre os índios Apinayé, Xerente, Canela, Tukuna, chamando a atenção para a importância do estudo das sociedades Jê. Também publicou inúmeros trabalhos em alemão. Além disso, elaborou um valioso “Mapa Etno-Histórico dos Índios do Brasil”⁴⁸ publicado somente quase quarenta anos após a sua morte, pelo empenho de George Zarur⁴⁹.

Os trabalhos etnográficos de Nimuendaju se destacavam sobretudo pela descrição cuidadosa, uma atenção para a organização social – tema até então pouco usual; uma ausência de orientação teórica bem definida, embora, segundo Mellati (1984), evitar os antigos esquemas evolucionistas e difusionistas já constituísse uma orientação.

Pautava seu comportamento pelo respeito e defesa das tradições tribais, lidando com pacificações e lutas pelas causas indigenistas: contra a escravidão do índio, o roubo de suas terras, a pilhagem de suas riquezas, a destruição de seus valores culturais. Mais do que nenhum outro antropólogo desse período é um autodidata, e por tudo isso, e de acordo com Laraia (1988), Nimuendaju é considerado uma das poucas entidades mitológicas da etnologia brasileira.

⁴⁸ Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1981.

⁴⁹ Professor aposentado da UNB.

3.2 Heróis fundadores: Gilberto Freyre e Arthur Ramos

Também no Rio de Janeiro criou-se nesse período – apontado por Roberto Cardoso de Oliveira (1988) como período heróico⁵⁰ – a Universidade do Distrito Federal, onde Gilberto Freyre assumiu em 1935, como primeiro professor, a cátedra de antropologia social e cultural; ocupou também a cátedra de sociologia. Gilberto Freyre estudou nos Estados Unidos, na Universidade de Baylor e depois em Colúmbia até 1922 – quando foi aluno de Franz Boas –, viajando em seguida por Portugal, Inglaterra e, portanto, recebendo múltiplas influências e mais tarde, podendo transmiti-las a seus alunos. No entanto, sua permanência na Universidade do Distrito Federal foi curta, mantendo suas atividades docentes na Escola Psiquiátrica do Recife, conservando um intenso intercâmbio com seus alunos.

Enquanto isso, Arthur Ramos⁵¹ assume a cátedra de psicologia social e, em 1939, quando da criação da Universidade do Brasil – absorvendo a Universidade do Distrito Federal – ocupa a cátedra de antropologia e etnologia. Professor da Faculdade Nacional de Filosofia, na década de 1930 torna-se um dos mais conceituados etnólogos, baseado em sua experiência pessoal de estudos sobre as populações de origem africana e outros temas. Arthur Ramos adquire suas primeiras experiências no exterior a partir de 1940, mas com sua prematura morte, em 1949, aos 46 anos de idade, a academia foi privada de contribuições futuras.

O período compreendido entre as décadas de 30 e 40 foi marcado pelo aparecimento de autores que se preocupavam com a sociedade brasileira como um todo, como Oliveira Viana e Gilberto Freyre. Mas a mais famosa obra de

⁵⁰ Período em torno das décadas de 1920 e 1930, “[...] quando a profissão de antropólogo e o próprio campo antropológico ainda não estavam institucionalizados [...]” (Cardoso de Oliveira, 1988, p. 112).

⁵¹ Outros nomes que podem ser citados como importantes no período são Roquette Pinto, Heloísa Alberto Torres e Herbert Baldus. Sobre esses autores ver mais adiante nos capítulos 4 e 5.

interpretação do Brasil é sem dúvida a de Freyre, a iniciar-se com *Casa Grande & Senzala* (1933), seguido de *Sobrados & Mocambos* (1936), para chegar a *Ordem e Progresso* (1959), além de uma série de trabalhos paralelos.

Assim como outros trabalhos de interpretação geral do Brasil, Freyre privilegia certos tópicos, como a família patriarcal, e uma região, o nordeste. Diferentemente de Oliveira Viana, não admite uma hierarquia de raças, mas por outro lado, defende a tese da maior adaptabilidade dos portugueses aos trópicos, frente a outras populações européias, dada sua história biológica e cultural (Melatti, 1984, p. 10).

Argumentava ter havido um processo civilizatório bastante positivo à medida que este originou um povo menos preconceituoso. Para ele, a origem “mestiça” dos portugueses somada a proximidade geográfica com África e Ásia⁵²; apontada anteriormente como uma das causas que levariam o Brasil à ruína, fadando-o ao atraso; passou a ser considerado positivamente nesse período, por ser capaz de formar um povo tolerante às diferenças culturais.

O mestiço passa a ser o ícone do hibridismo que poderia ser observado no país, simbolizando a grande facilidade que Freyre dizia haver nos relacionamentos – principalmente sexuais – entre os povos que estavam no país. Essa mistura era agora apontada como uma grande qualidade de um povo mestiço que passava a ser identificado como belo. A partir disso, podemos observar que Freyre defendia uma visão culturalista⁵³ da formação do nosso povo, sem contudo afirmar as variáveis econômicas que teriam determinado o lugar e a relação entre os diferentes grupos sociais. A concepção hierárquica das raças é mantida em sua obra e os brancos continuam sendo tomados como modelos de civilização. A obra de Freyre carrega

⁵² Sobre esse assunto consultar Georges Raeders sobre o Conde de Gobineau no Brasil (1996).

⁵³ De acordo com Cardoso de Oliveira (1988), por influência de seus estudos pós-graduados na Columbia University.

então, a idéia de que há na sociedade brasileira relações raciais mais democráticas, o que atraiu muitas críticas a sua obra.

Apesar de toda a sua contribuição, é em São Paulo, através do número de professores, de alunos e do espírito de renovação, o principal foco de irradiação da etnologia no período. É nessa época, por exemplo, que os primeiros estudantes brasileiros interessados em ciências sociais fazem seus cursos de pós-graduação em instituições acadêmicas estrangeiras, como Eduardo Galvão, o primeiro brasileiro a obter o título de Doutor em antropologia nos EUA, em Colúmbia, em 1952. Foi auxiliar de pesquisa de Charles Wagley, estudou o Xingu. Mais tarde contribuiu para a criação do programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade de Brasília⁵⁴.

⁵⁴ Conforme capítulo 5.2.

4 A construção da antropologia na academia

4.1 A USP e a ELSP

Objetivando demonstrar a importância de uma análise mais específica da produção sociológica brasileira, no contexto da transformação de uma economia basicamente agrária em uma sociedade de produção industrial, num período marcado por rupturas estruturais ao longo dos anos 1930-1964, vamos nos concentrar na análise da construção das ciências sociais na cidade de São Paulo. Segundo Miceli (1989), nesse período,

[...] o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais no Brasil esteve estreitamente associado, de um lado, ao impulso alcançado pela organização universitária e, de outro à concessão de recursos governamentais para a montagem de centros de debate e investigação que não estavam sujeitos à chancela do ensino superior (MICELI, 1989, p: 72).

Para entender esse período, não podemos perder de vista as bases para a formação e a criação da ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política – em 1933, e da FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – em 1934, como marcos na história da criação das instituições universitárias do estado de São Paulo e no país, ressaltando, brevemente, a contribuição dos professores e pesquisadores vindos da França, Estados Unidos e outros países, também a partir da década de trinta. Ademais, o modelo da USP, foi utilizado para a criação das universidades federais em todo Brasil nas décadas de 40 e 50.

Em São Paulo, o projeto para a criação de uma universidade, contou com a forte presença de educadores e políticos, membros de uma elite cultural unidos pelas reformas educacionais. De acordo com Miceli (1989):

[...] as figuras intelectuais típicas eram os letrados modernistas, os pensadores autoritários, os educadores reformistas, os jornalistas políticos, os historiadores e os líderes a postos nos principais círculos intelectuais (MICELI, 1989: p.98-99).

Inicialmente, temos a campanha dos intelectuais na década de vinte, particularmente, sob a influência do grupo d' O Estado de S. Paulo – vinculada à Liga Nacionalista e ao jornal “O Estado de S. Paulo” – voltados para a criação de uma universidade na capital paulista que culminou na fundação da USP em 1934⁵⁵. E também a chegada das missões estrangeiras e da missão francesa⁵⁶ mais especificamente em se tratando da FFCL como pontos importantes dessa história, que serão explorados a partir deste capítulo.

A elite cultural paulista – representada pela Liga Nacionalista – acreditava que antes de se criar uma universidade deveria ocorrer primeiramente uma reforma educacional ampla.

A Liga Nacionalista, fundada em São Paulo, em 1917 – formada por um grupo eminentemente urbano e letrado⁵⁷ – concentrou suas preocupações políticas em três pontos: adoção do voto secreto e obrigatório; erradicação do analfabetismo; e assimilação do imigrante.

A Liga era considerada por seus filiados como sendo um “estágio” necessário para aqueles que haviam decidido ingressar nas elites políticas, principalmente aqueles que almejavam uma carreira fora do situacionismo segundo Limongi (1989a). Ou seja, seus interesses visavam a necessidade de combinar a reforma política com a reforma educacional, projetando, assim, um interesse ainda maior: o da emancipação nacional.

⁵⁵ Sobre o contexto intelectual de criação da USP, ver os textos de Souza Campos (1954), Schwartzman (1979) e Limongi (1989a).

⁵⁶ O tema das missões estrangeiras na USP e ELSP será aprofundado no próximo capítulo.

⁵⁷ Tendo como integrantes Júlio de Mesquita Filho, Amadeu Amaral – então presidente da Academia Paulista de Letras, Sampaio Dória, Monteiro Lobato entre outros tantos. Os membros da Liga se conferiam o título de parte da elite cultural de São Paulo, e na verdade, diversos deles ocupavam importantes postos de destaque no mundo cultural paulista (LIMONGI: 1989a).

Os intelectuais, ligados ao grupo, defendiam a criação de uma faculdade de filosofia, ciências e letras como imprescindível para o futuro do país. As suas propostas reformistas priorizavam a expansão do sistema universitário de ensino, alvo que se traduziu pela luta constante em prol da criação de um instituto de ensino de nível superior voltado para a formação de novos profissionais para o setor. É bom lembrar que sem os contatos culturalmente amplos como, por exemplo, o acesso à imprensa como O Estado de S. Paulo e ao mundo editorial paulista⁵⁸, esta campanha não teria a mesma proporção.

No entanto, mesmo com a campanha da Liga na erradicação do analfabetismo, e no ensino básico como primordial para a tomada de uma consciência política e principalmente na conquista do voto pelo povo; não foi exatamente isso o que se notou, uma vez que durante a República Velha o ensino secundário e superior receberam pouca atenção do poder público. Sendo mínima a quantidade de ginásios públicos em São Paulo. Nesse período a história do ensino público se resumiu à educação básica e ao ensino normal, portanto, um sistema educacional ainda pouco desenvolvido.

Por exemplo, a Reforma Sampaio Dória de 1920, mostrou-se menos atenta à extensão da educação básica do que o discurso da Liga deixava aparentar. Percebendo-se aí, talvez uma contradição e/ou um enfraquecimento da preocupação inicial – a da erradicação do analfabetismo – que passou a ter como prioridade a intensificação da campanha em favor da criação da universidade.

Em 1922, foi fundada a Sociedade de Educação, com o objetivo de fortalecer os educadores do grupo do Estado de São Paulo e da Liga, e formular o projeto da Faculdade de Filosofia, Letras e Educação, tornando-os, assim, capazes de

⁵⁸ Sob influencia principalmente de Monteiro Lobato.

sustentar uma campanha intensa em favor da expansão do ensino superior paulista. Alguns dos membros desse movimento foram: o próprio Sampaio Dória, Renato Jardim, Fernando de Azevedo, Monteiro Lobato⁵⁹ e Dr. Ovídio Pires de Campos, então diretor da Faculdade de Medicina.

Nesta cruzada, os “educadores profissionais” contarão com a colaboração decisiva de George Dumas e outros intelectuais franceses que, em vários e sucessivos contatos, defenderão a urgência da criação de uma faculdade de filosofia, ciências e letras, tida como indispensável para a definição da sorte do Brasil (LIMONGI, 1989a, p. 173).

Com esse objetivo, George Dumas, Paul Fauconnet e outros intelectuais franceses vieram freqüentemente a São Paulo, defender a necessidade de se criar uma faculdade de filosofia, ciências e letras nos moldes franceses. Dumas (1886-1946) chegou para sua primeira visita ao Brasil por volta de 1917. Pensador de origem protestante, filósofo, médico e psicólogo, foi uma figura chave na organização da vinda dos franceses para a FFCL.

Dessa forma, as relações franco-brasileiras foram intensificadas, e em 1925 foi criado, por iniciativa do grupo do Jornal O Estado de São Paulo, o Liceu Franco-Brasileiro, um instituto de ensino secundário liderado e supervisionado pelos mestres franceses. O Liceu foi considerado um embrião da futura Universidade de São Paulo, uma vez que, foi entendido como um sinal evidente de ampliação das oportunidades da obra de reorganização do sistema de ensino nacional⁶⁰.

Finalmente, em 25 de janeiro de 1934, um decreto estadual cria a universidade de São Paulo. A Faculdade de Filosofia e o Instituto de Educação trabalhariam juntos para atingirem seus objetivos de formação de professores de nível secundário ou superior: à Faculdade de Filosofia competia a tarefa de

⁵⁹ Seu papel era basicamente o de fornecer sua editora para a publicação da Revista da Sociedade de Educação.

⁶⁰ Mais uma vez se referindo à necessidade de se criar uma faculdade com condições para formar professores de nível secundário.

proporcionar a cultura e o conteúdo especializado e ao Instituto de Educação caberia o papel da formação propriamente pedagógica (Antunha, 1971 *apud* Limongi, 1989, p. 187).

É no curso dessas décadas que as observações sociológicas que tínhamos no Brasil – mesmo não sendo consideradas grandes projetos de pesquisa tal qual temos atualmente – abordam os mais diversos temas, principalmente, envolvendo questões sociais, econômicas, políticas e culturais geradas com as transformações do país já citadas anteriormente.

Alguns nomes importantes do momento foram: Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Arthur Ramos, Fernando de Azevedo, Luís A. Costa Pinto, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Thales de Azevedo, Raymundo Faoro, Antonio Candido, Florestan Fernandes. Entre os estrangeiros: Roger Bastide, R. Radcliffe-Brown, Georges Gurvitch, Donald Pierson, Emilio Willems, Herbert Baldus, Paul Arbousse Bastide, Claude Lévi-Strauss, Alain Touraine, Charles Wagley, Claude Lefort além de muitos outros.

Embora as duas instituições de ensino superior na área de Ciências Sociais em São Paulo⁶¹ tenham sido criadas praticamente no mesmo momento, tiveram um processo institucional e um modelo diferenciado: “Em realidade, cada uma delas teve uma origem particular e se desenvolveu no interior de ‘culturas’ distintas, em função destas mesmas origens” (Limongi: 1989, p. 217).

A origem intelectual da criação da Escola Livre de Sociologia e Política foi o movimento modernista que se desenvolveu na década anterior, e que sob a liderança de Sérgio Miliet, se ligou ao Departamento de Cultura do município de São Paulo (Limongi: 1989, p.220 e seguintes). Conseqüentemente, as primeiras pesquisas produzidas pela ELSP estavam ligadas à cultura e tinham como objeto de estudo a cidade de São Paulo (RUBIM: 1996, p. 142).

⁶¹ A ELSP e a FFCL/USP.

A criação da FFCL em 1934, apenas um ano depois da ELSP, segundo Limongi (1989), constitui uma ameaça esta última, uma vez que a primeira se apresentava grandiosa, na forma de universidade, e a segunda, menor. O autor reitera que ao estabelecer as distinções entre os objetivos de ambas instituições, a coexistência das duas foi possível, pois tinham finalidades práticas diversas⁶².

Fica, assim, bem claro que os dois institutos têm finalidade bem diversa. A nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tem por fim formar uma elite de professores secundários e elevar o nível da cultura geral do nosso meio. A sua finalidade política, dentro da forma de governo por nós adotada, é de concorrer para aumentar a competência do eleitorado. Enquanto isso, a Escola Livre de Sociologia e Política tem a finalidade de formar funcionários técnicos, que, seguindo a carreira administrativa, tanto pública como particular, concorram para aumentar a competência das nossas administrações (Lowrie: 1935, p. 105 *apud* Limongi: 1989, p. 218/219).

Assim, o ensino na USP poderia ser descrito como mais “teórico e geral” com a finalidade de formar uma elite de professores secundários e que na ELSP a finalidade prática é mais explicitada, com ênfase nas pesquisas de campo, pretendendo formar o “técnico com competência administrativa”.

Pela necessidade de obtenção de novos recursos financeiros a argumentação do documento citado acima, é construída de forma a estabelecer distinções entre os objetivos de ambas instituições, provando, que, apesar da FFCL se apresentar de forma grandiosa dentro de uma universidade, a ELSP ainda tinha razão de ser, pois, encontrava-se dotada de um projeto próprio. (Limongi, 1989).

⁶² A citação seguinte faz parte de um documento que foi levado aos deputados estaduais com o objetivo de obter recursos financeiros.

4.2 Missões Estrangeiras

A influência das missões estrangeiras na criação dos cursos na ELSP e na FFCL marcou, também, a diferença na formação do pensamento social dentro dessas instituições. Na USP, por exemplo, a influência francesa se fez presente anteriormente à sua fundação. Na institucionalização da FFCL, figuras como Georges Dumas e Paul Fauconnet tiveram singular importância, pela defesa destes na criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em São Paulo.

Dumas foi quem de fato manteve os contatos e elegeu os nomes dos franceses contratados para a FFCL, a pedido de Júlio de Mesquita Filho. Na Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro, criada em 1939, foi também o intermediário na contratação de professores franceses. E a um outro grupo de franceses, coube a tarefa de iniciar as atividades da Universidade do Distrito Federal, em 1936 (MASSI, 1989).

Os professores franceses que inauguraram a USP, ministravam suas aulas em francês e não tinham grandes dificuldades, pois a língua e a cultura francesa faziam parte do cenário local. “[...] nossos alunos tinham um conhecimento suficiente do francês”, dizia Paul Arbousse-Bastide (1978b *apud* Massi, 1989, p. 484).

O perfil de parte dos professores franceses era parecido. Tratava-se de jovens em início de carreira⁶³ – como exemplo, Lévi-Strauss, J. Maugué e P. A. Bastide⁶⁴ –, ainda que doutores e com livros publicados e cadeiras de faculdades, não possuíam maior projeção no meio intelectual, pois, geralmente, lecionavam em liceus e faculdades fora de Paris (MASSI, 1989). Além disso, o Brasil significava para muitos, um vasto campo, desconhecido e inexplorado; para os pesquisadores

⁶³ Segundo Massi (1989), principalmente os que chegaram antes da II Guerra Mundial.

⁶⁴ Jovens *agregés* de filosofia, que vieram para o Brasil impulsionados pela atração romântica pelo distante e pelo exótico, de acordo com Massi (1989).

isso representava uma gama de possibilidades de especializações temáticas que poderiam ser extraídas da rica diversidade cultural brasileira. O interesse de pesquisa dos estrangeiros concentrava-se, preferencialmente, em dois temas: estudos de grupos indígenas e de relações raciais, com todos os seus desdobramentos.

O referencial teórico dos professores estrangeiros ajuda-nos a entender, de certa forma, o legado deixado na construção de nosso pensamento nacional. Os ilustres representantes “durkheimianos” como Dumas, Fauconnet, P. Rivet, P. Arbousse Bastide e os não menos ilustres representantes da crítica à Sociologia de Durkheim como Lévi-Strauss e Roger Bastide (Massi: 1989), tinham no Brasil amplas possibilidades para a investigação e a especialização.

Nesse período notamos estudos sobre “o indianismo” com Bouglé, “a sinologia” com Granet, e “o africanismo” com Griaule. Percebemos também a forte influência da etnografia francesa, com Paul Rivet entre outros; e a Escola dos *Annales* com acesso direto à USP e a investigação do território brasileiro (Massi: 1989).

Se a presença francesa na FFCL foi destacável, podemos dizer que na ELSP houve uma presença variada de professores estrangeiros: americanos, alemães, tchecos, ingleses, italianos. No entanto, o modelo americano⁶⁵ foi marcado pelo itinerário de Donald Pierson, iniciado, em São Paulo, em 1939⁶⁶. Tendo lecionado durante dezoito anos na ELSP, tornou-se um marco na história desta instituição e da sociologia paulista.

Pierson vai desenvolver, em torno do início da década de 1940, na ELSP um programa direcionado para a formação e treinamentos de sociólogos profissionais

⁶⁵ Sob influência da Sociologia de Chicago.

⁶⁶ Antes disso, entre 1935 e 1937, esteve na Bahia como pesquisador e regressou aos EUA para concluir seu doutorado: *Negros in Brazil: a study of race, contact at Bahia*, 1942.

ligados a necessidade da pesquisa empírica. Nesse contexto, Pierson imprimirá um novo direcionamento à Escola, dotando-a de uma base acadêmica com o objetivo de deixar de lado o vínculo da Instituição no projeto político de Armando Salles de Oliveira, no ímpeto de formar quadros para a racionalização da administração pública. Ou seja, a ELSP deixou de se referir ao Estado para ganhar contornos mais acadêmicos (Limongi, 1989).

Seu projeto alcançou êxito nos meios acadêmicos, pois cresceu ainda mais quando da fundação de uma seção de pós-graduação, em 1941, que contou com a colaboração de mais dois professores estrangeiros. Eram eles, os alemães Herbert Baldus e Emílio Willems, além de Radcliffe-Brown que permaneceu por um pequeno período.

As contribuições de Pierson e Baldus decorrem no sentido de

[...] um modelo científico de sociologia, onde a pesquisa empírica é o divisor de águas entre a Filosofia social e a Sociologia científica [...] a garantia da cientificidade repousa, em última análise, no treinamento do observador, capaz de reconstruir objetivamente a realidade observada (Limongi: 1989, p.225).

Com esse intuito, Pierson se encarregou em preparar os jovens pesquisadores para pequenos estudos na cidade de São Paulo a fim de os conduzir para os “estudos de comunidade”, tão em voga naquele momento⁶⁷. Ou seja, para o autor de *Cruz das Almas*, a pesquisa empírica enfocando os traços culturais do Brasil serviam “[...] como um estágio prático da formação de sociólogos brasileiros.” (Limongi: 1989, p.227).

Neste ponto, é importante considerar mais especificamente como a antropologia se desenvolvia nos contextos internacionais citados: a França e os

⁶⁷ Ver especialmente Ianni (1989) e Zarur (1993) falando especificamente da contribuição de Charles Wagley para os estudos de comunidade.

EUA. Pois, o desenvolvimento das ciências sociais em cada um dos países nos leva a enxergar diferenças marcantes entre as situações de suas antropologias.

[...] Tratam-se de duas escolas que nascem e se ramificam em contextos distintos, de dois paradigmas opostos pelo vértice, com léxicos absolutamente particulares. Enquanto a “Escola Sociológica Francesa” fala em *universalidade*, em *homem* e em *sociedade*, a “Escola Culturalista Americana” trata do *particular*, de *indivíduos* e de *culturas*. A primeira busca recorrências para chegar a leis gerais; a segunda quer diversidades, diferenças. Os franceses trabalham com dados levantados por terceiros e a partir deles constroem explicações sociológicas. Os norte-americanos fogem às grandes sínteses generalizadoras – tão caras aos evolucionistas – apoiando-se no trabalho empírico (MASSI, 1989, p. 510).

Ocorre que essas vertentes chegaram praticamente juntas ao Brasil, e a forma como ambas se desenvolveram em um ambiente ainda em formação institucional, de certa forma, ajudou a enriquecer as perspectivas e as possibilidades na configuração de um campo antropológico brasileiro. Podendo até mesmo significar – com um certo exagero, é claro – o desafio de pluralizar o pensamento social local e de permitir a construção de novos paradigmas.

Reconhecendo a importância de Pierson e da Escola de Chicago nas etapas de desenvolvimento da Sociologia na ELSP e da etnologia francesa herdeira de Durkheim e Marcel Mauss, podemos afirmar que este fato representou considerável importância na formação daquele que viria a ser o principal líder da escola paulista de sociologia nos anos sessenta: Florestan Fernandes⁶⁸. A vasta produção intelectual desse brasileiro contribuiu substancialmente para o surgimento de grupos de investigação preocupados em pensar o Brasil para a pesquisa e a interpretação da realidade social.

As coisas que tiveram maior importância na minha obra como investigador se relacionam com pesquisas feitas na década de 40 (como a investigação sobre o folclore paulista, a pesquisa de reconstrução histórica sobre os tupinambás e várias outras, de menor envergadura) ou com a pesquisa sobre relações raciais em São Paulo, feita em 1951-52, em colaboração com Roger Bastide (e

⁶⁸ Sobre a trajetória intelectual de Florestan Fernandes ver capítulo 4.3.

suplementada por mim em 1954). Este trabalho puramente intelectual conformou o meu modo de praticar o ofício de sociólogo (Fernandes *apud* Ianni: 1989, p.99).

Existia também uma diferença no estilo de trabalho de franceses e norte-americanos no Brasil. Os franceses se dedicavam, preferencialmente, à docência. A pesquisa também os interessava como possibilidade de especialização temática, principalmente os estudos de relações raciais, tão em moda em função dos africanistas. No entanto, a pesquisa era relegada a segundo plano, tanto pelos contratos uspianos, que só permitiam estudos pessoais durante as férias e, também pela dificuldade de conseguir financiamentos. Além do mais, de acordo com Massi (1989), a sociologia francesa não possuía a mesma inclinação empírica que a sociologia norte-americana.

[...] Se os franceses, ao virem para o Brasil, esperam iniciar uma carreira acadêmica, fazendo pesquisas nas horas vagas, os norte-americanos, ao contrário, têm a pesquisa como objetivo fundamental. Aliás, é através dela que chegam até aqui (MASSI, 1989, p. 525).

O interesse pela pesquisa e pela Bahia, aproxima o docente francês uspiano, Roger Bastide, de um grupo de pesquisadores norte-americanos que passa a pesquisar, em 1944, as várias vertentes do extenso tema das relações raciais, resultando em estudos sobre literatura, psicologia, folclore, estética, teoria, sociologia (MASSI, 1989). Outro nome a ser lembrado pela aproximação com os norte-americanos pesquisadores é o do suíço Alfred Metraux, ligado a Unesco e que foi responsável pelo grande projeto sobre a questão racial desenvolvido nos anos cinqüenta⁶⁹. Ainda sobre a Bahia, tivemos também a importante atuação de outro francês, Pierre Verger.

⁶⁹ A intenção da Unesco com esse projeto foi tomar o Brasil como laboratório da questão racial, com o objetivo de entender como aqui se produziu uma situação de tolerância e harmonia entre as raças – influenciados pelas obras de Gilberto Freyre – no entanto, não foi a esta conclusão que chegaram, por exemplo, Roger Bastide e Florestan Fernandes, em *O Preconceito Racial em São Paulo* (MASSI, 1989).

As experiências acadêmicas de nossos mestres, tanto na ELSP como na FFCL, remete-nos a uma importante consideração: que a contribuição dos docentes e pesquisadores, ora dentro das paredes institucionais formando professores e técnicos, ora fora dos “muros” acadêmicos, explorando investigativamente a realidade social, foram responsáveis por um horizonte intelectual vastíssimo na suas influências teóricas e práticas pontuadas de sugestões, temas, desafios, teorias, controvérsias e críticas (Ianni:1989). Fomentando, nos jovens pesquisadores brasileiros a busca por suas perspectivas de análise, passíveis de transformações no decorrer do amadurecimento intelectual e analítico de nossa elite pensante. Elite esta que contribuiu consideravelmente para o crescimento e o conhecimento de um país rico em espaços e diversidades culturais.

A contribuição das instituições paulistas e dos mestres estrangeiros e nacionais na construção histórica do pensamento social brasileiro é uma parte de nossa história que ainda está em pleno desenvolvimento.

Podemos dizer que esse período foi decisivo na história da ciência brasileira, pelo desenvolvimento proporcionado ao ensino superior e à pesquisa científica em nosso país.

4.3 Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Egon Schaden

Florestan Fernandes

O professor Florestan Fernandes em nome do rigor da ciência sociológica rompeu com os parâmetros comuns até então consagrados por Gilberto Freyre, Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda, em suas obras de estilo mais poetizado. As décadas de quarenta e cinquenta foram significativas para a formação e a construção de sua trajetória intelectual considerada exemplar, imprimindo sua marca no processo de edificação do campo da sociologia acadêmica brasileira calcada no rigor e no método⁷⁰.

O mestre da Universidade de São Paulo assentou suas preocupações nos princípios da academia centrada no campo das Ciências Sociais, na concepção rigorosa do método científico e da análise conceitual e no papel da formação do sociólogo, criando a maneira acadêmica de reflexão como recurso para estimular nos estudantes a arte de combinar teoria e pesquisa com imaginação criadora (ARRUDA, 1995).

Na primeira fase de sua carreira, na década de quarenta, Florestan combinou pesquisa e reflexão metodológica. Em 1942, iniciou sua vida intelectual com um trabalho cujo tema era o folclore. E que, de acordo com Arruda (1995), expressa a persistência do professor em insistir no estudo de um tema dispendioso para a geração anterior ligada à Sociedade de Etnografia e Folclore, fundada por Mário de Andrade.

Em 1946, traduziu a obra de Karl Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política* escrevendo uma longa introdução, surpreendendo os mestres franceses e

⁷⁰ Segundo Mariza Peirano, Florestan Fernandes é “considerado o fundador da escola de pensamento sociológico em São Paulo” (PEIRANO, 1981, p. 20), a conhecida “Escola Paulista de Sociologia” dos anos sessenta.

norte-americanos, uma vez que os pressupostos marxistas não balizavam as correntes centrais de pensamento dos professores e pesquisadores estrangeiros. Esse fato representou bem a potencialidade e a independência de pensamento do jovem sociólogo, frente as correntes francesas e norte-americanas que perpassavam quase absolutas as ciências sociais naquele período⁷¹ (ARRUDA, 1995).

O mestrado de Florestan Fernandes foi concluído em 1947 e defendido na Escola Livre de Sociologia e Política. *A organização social dos Tupinambá*, foi o título da dissertação e o tema sugerido, diretamente por Herbert Baldus seu orientador. Baldus teve uma influência grande nesse trabalho não apenas pela sugestão do tema, mas sobretudo pela influência da antropologia, mesmo sendo um trabalho que não envolvesse pesquisa de campo. Assim Darcy Ribeiro⁷² (1997) descreveu a dissertação em uma entrevista:

O Florestan estava, naquela época, muito empenhado em provar que se podia fazer estudos funcionalistas, com base em documentos. Fez a tese dele sobre isso. Ele queria ser o mestre dos documentos, dos textos escritos, e escreveu um livro admirável sobre a organização social Tupinambá. Então o Florestan se voltou para a reconstituição do que eram os Tupinambá e fez uma obra admirável (RIBEIRO: 1997, p. 7).

Em seu doutoramento, em 1951, Florestan persistiu no tema etnológico e defendeu a tese nomeada *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, agora na Faculdade de Filosofia da USP. A obra de Florestan Fernandes sobre os Tupinambá é extremamente importante para a etnologia e a sociologia do Brasil. Os Tupinambá foram os índios que Florestan estudou em papéis, pesquisando nas mais diversas fontes documentais deixadas pelos cronistas dos séculos XV e XVI, os quais descreveram com muitos detalhes, não só a antropofagia, os ritos e as

⁷¹ No entanto, é importante ressaltar que apesar do marxismo já fazer parte de sua trajetória intelectual nos anos quarenta, apenas a partir de 1955 é que passará a lhe servir como instrumental teórico e conceitual.

⁷² Entrevista com Darcy Ribeiro publicada no BIB (1997).

curiosidades exóticas, mas o modo de ser, propriamente dito, daquele povo. E o objetivo de Florestan era fazer – a partir dos dados de todos os cronistas que escreveram fragmentadamente sobre a sociedade Tupinambá – a reconstrução histórica daquela sociedade utilizando-se do método de interpretação funcionalista. Além do mais, esta obra é considerada um marco na história das ciências sociais. Segundo Mariza Peirano (1981) a tese indica “[...] o início da institucionalização das ciências sociais no Brasil, tempo no qual a influência francesa (durkheimiana) era dominante” (PEIRANO, 1981, p. 21).

Nesse sentido, a investigação sociológica das sociedades indígenas, realizada por Florestan Fernandes, expressa um momento característico do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, onde as distinções entre sociologia e antropologia encontram-se nubladas (ARRUDA, 1995, p. 147).

O autor completou sua obra sobre os Tupinambá, com a defesa da tese de livre docência, no ano de 1953. Trata-se de um trabalho teórico sobre o método funcionalista feito com base no material da cultura Tupinambá: *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na Sociologia*. O mestrado, o doutorado e a livre docência são frutos de um trabalho que demonstra definitivamente a persistência do autor na qualificação teórica e metodológica, e além de tudo, na disciplina em cumprir as etapas acadêmicas que culminariam no interesse mais amplo da teoria sociológica.

O próprio sociólogo assume o seu papel em entrevista: “Não nos devemos esquecer que estávamos na década de 40 e 50 e que, então, o fundamental era construir a Sociologia como uma ciência empírica” (FERNANDES *apud* ARRUDA, 1995, p. 158).

Desde 1954, Florestan regia a cadeira de Sociologia I, quando da partida de Roger Bastide para a França, mas chegou formalmente à posição de catedrático apenas em 1964, com a monografia *A integração do negro na sociedade de classes*.

Situando a problemática do negro na passagem da sociedade escravista para a sociedade de classes, o sociólogo investiga as relações raciais no prisma da exclusão social. Desse modo, o autor manteve o foco de suas preocupações com o tema das relações interétnicas, iniciadas com a pesquisa encomendada pela Unesco em 1949, da qual resultaram vários trabalhos, entre eles *Branços e Negros em São Paulo* (1953) em colaboração com Roger Bastide⁷³.

Até esse momento da trajetória do sociólogo da USP, é possível sintetizar dois pontos basilares para o seu trabalho de acordo com Arruda (1995):

[...] a ênfase na discussão teórica explicita a obstinação em atingir um quadro conceitual seguro do ponto de vista científico; e o trabalho de investigação acoplado à busca de revelar os fundamentos da sociedade brasileira (ARRUDA, 1995, p. 152).

E reforça mais uma vez, a condição suprema que Florestan se impõe em percorrer os caminhos da busca pela ciência sociológica no Brasil. Lembrando que naquele período, da década de quarenta a sessenta, o termo sociologia equivalia genericamente ao termo ciências sociais, e somente a partir das décadas seguintes é que a separação entre as disciplinas vai se processando de maneira mais definida (PEIRANO, 1992). E os frutos do empenho do mestre paulista foram, cada vez mais, sendo percebidos pela influência nas pesquisas de seus alunos, os quais contribuíram com o interesse em investigar e interpretar a realidade social brasileira. Alguns exemplos no campo da antropologia são: além de Roberto Cardoso de Oliveira, já citado, Eunice Durhan, Ruth Cardoso e os trabalhos orientados por João Batista Borges Pereira, conforme analisou Mariza Corrêa (1995).

⁷³ Percebe-se a influência teórica que Florestan lança sobre alguns de seus alunos a partir dos estudos sobre relações raciais. Um exemplo interessante é o de Roberto Cardoso de Oliveira, que foi aluno de Florestan Fernandes, em seu conceito de “fricção interétnica”. Cardoso de Oliveira o concebe como o equivalente lógico do que os sociólogos chamam de luta de classes, onde o tribal e a sociedade nacional se unem dialeticamente através de interesses opostos (PEIRANO, 1992).

Darcy Ribeiro

Darcy Ribeiro nasceu em Montes Claros, Minas Gerais, em 1922. Antes de interessar-se por antropologia, se dedicava ao estudo de medicina em Belo Horizonte, segundo ele, para agradar sua mãe (1997). Em 1942, conheceu um exemplar de *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Engels, o qual leu avidamente. Um ano depois, deixava Minas, convidado para ir a São Paulo por Donald Pierson da Escola Livre de Sociologia e Política, oferecendo-lhe uma bolsa de estudos para cursar ciências sociais⁷⁴.

Durante o curso teve contato com professores fundamentais para a institucionalização do pensamento social em São Paulo, conforme já foi dito em capítulo anterior, como: Sérgio Buarque de Holanda, Herbert Baldus, Radcliffe-Brown, Emílio Willems, além de Donald Pierson. Ribeiro terminou a graduação em São Paulo, em 1945, e dedicou seus primeiros dez anos de vida profissional ao estudo dos índios. Ele poderia ter optado por um emprego no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, junto com Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, mas o professor Baldus fez uma carta de referência ao Marechal Cândido Rondon que acabou convidando-o para assessorá-lo no Conselho de Proteção aos Índios e no Serviço de Proteção aos Índios, que funcionavam juntos⁷⁵.

Trabalhou longamente com os Kadiwéu e os Urubu-Kaapor e se concentrou fazendo monografias de profundidade. Mas nesse período também estudou muitos outros povos indígenas, visitando inúmeras vezes o Pantanal, o Xingu, o Amazonas, o Rio Negro, o Araguaia. Também estudou índios de São Paulo: os Kaingang, os Guarani, os Bororo.

⁷⁴ Depois de ter cursado uma parte dele em Belo Horizonte.

⁷⁵ Não havia, na escala de funcionários do SPI, antropólogos, nem etnólogos, então, Darcy foi contratado como naturalista.

No entanto, depois de presenciar a realidade precária em que se encontravam os índios – em condições de violência, enfermidades e fome – uma mudança de atitude o fez abandonar a etnologia de campo e converter-se em um combatente da causa indígena. Nesse período, dedicou-se à luta pela criação do Parque Indígena do Xingu e transformou o que era a seção de estudos do Serviço de Proteção aos Índios – SPI e do Conselho de Proteção aos Índios num prédio novo que se tornou o Museu do Índio, em 1953.

No decorrer desse ano, Ribeiro encontra Roberto Cardoso de Oliveira em São Paulo, convidando-o para trabalhar com ele no Museu, na especialidade de etnólogo contratado pelo SPI. Começava então a carreira de um jovem filósofo na antropologia brasileira⁷⁶.

É nesse momento que Darcy Ribeiro cria no Museu do Índio, o primeiro curso brasileiro de aperfeiçoamento em antropologia⁷⁷. Ainda não havia mestrado, nem doutorado no Brasil, apenas a USP oferecia o título de mestre e doutor em antropologia, sociologia e ciência política e a ELSP e a Universidade do Brasil ofereciam o título de mestre e doutor em ciências sociais, através de convites específicos aos alunos.

Nos anos seguintes, por volta de 1955, após conflitos com o SPI, o antropólogo deixa o órgão, aproxima-se do educador Anísio Teixeira e passa a assessorá-lo no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE – transferindo o curso de aperfeiçoamento em antropologia que permaneceu lá por muitos anos até ser transformado por Roberto Cardoso de Oliveira, em um curso de especialização no Museu Nacional.

⁷⁶ A trajetória do professor Roberto Cardoso de Oliveira será mais detalhada nos próximos capítulos.

⁷⁷ Este curso não significava uma especialização, porque não se exigia dos candidatos a graduação.

Nesse período, Darcy Ribeiro começou a enfrentar um momento de transição de seus próprios interesses. Como havia se aproximado do educador Anísio Teixeira começou a se interessar também pela problemática da educação brasileira e passou a se dedicar à educação básica e superior comandando um grande programa de pesquisas nessa área.

Foi nesse contexto, que se iniciou também o projeto para a criação de uma universidade na nova capital federal. Em 1960, transferiu-se para Brasília e coordenou os trabalhos de fundação da Universidade de Brasília⁷⁸, tornando-se o primeiro reitor, cargo que deixou para Anísio Teixeira, em 1962 ao tornar-se Ministro da Educação do governo João Goulart e, mais tarde, como Ministro-Chefe da Casa Civil, coordenava a implantação das reformas estruturais, quando sucedeu o golpe militar de 1964, que o lançou no exílio.

É certo que, ao deixar o país, Darcy Ribeiro rompeu com uma cadeia de acontecimentos nos quais a sua figura teve importância central, mas nem tudo o que fora construído desmoronou com a saída das lideranças carismáticas. (CORRÊA, 1988, p. 90)

Inicialmente foi para o Uruguai, e poucos meses depois, foi contratado pela universidade para ser professor de antropologia, e posteriormente começou a fazer um programa de reforma universitária naquele país e em outros, como a Venezuela, o Peru, e a Argélia.

No âmbito da antropologia suas obras teóricas foram de grande importância⁷⁹, entre outras, destaca-se o livro *O Processo Civilizatório*, publicado em 1972. Nesse livro Ribeiro pretende compor um quadro de formação dos povos americanos, compreendendo dez mil anos da história humana. No entanto, não se contenta:

⁷⁸ A UnB nasceu com a Lei Nº 3998 de 15 de dezembro de 1961, mas somente começou a funcionar em 1962.

⁷⁹ Um exemplo é a sua primeira pesquisa etnográfica, *Religião e Mitologia Kadiwéu* (1955) que, em 1950, ganhou o Prêmio Fábio Prates Científico-Literário, um prêmio de grande repercussão no Brasil.

Mas o tipo de explicação que eu alcançava no *Processo Civilizatório* era muito genérico porque eu tinha que explicar dez mil anos de história em poucas palavras, era uma coisa muito genérica, como as teorias de alto alcance histórico. Todas as teorias francesas da história são muito genéricas, e eu sentia necessidade de alguma coisa mais concreta (depoimento de Darcy Ribeiro, 1997)⁸⁰.

Então, o autor parte para escrever um livro que, segundo ele, tinha médio alcance, *As Américas e a Civilização*, no qual examina quinhentos anos da história americana para explicar as causas de seu desenvolvimento desigual através de uma tipologia dos povos americanos. No entanto, ainda insatisfeito, sentindo a ausência de uma teoria adequada também da cultura, da nossa cultura, feita de retalhos, tomada de tantas matrizes diferentes, mas fundida e que se tornou original, escreve um livro sobre a América Latina, *O Dilema da América Latina*. E para encerrar este conjunto escreve *Os Índios e a Civilização*, o qual já vinha trabalhando há anos por encomenda da Unesco. Toda essa reflexão o fez desenvolver um conceito de “transfiguração étnica”, que segundo ele, é o processo pelo qual os povos se fazem e se transformam ou se desfazem. Pois, de acordo com o antropólogo, nenhum índio se torna civilizado, o que há é um povo indígena, mantendo sua indianidade que vai morrendo e, ao lado dele surge um núcleo humano, que é o núcleo civilizado. O que acontece então, é uma integração inevitável, mas que não faz desaparecer a antiga identidade (Ribeiro, 1997, p. 20).

O conjunto dessas obras – que levou mais de dez anos para ser escrito – foi o resultado de um trabalho teórico, escrito por um brasileiro, latino-americano, muito traduzido e muito discutido que o ajudava a fazer uma teoria do humano e uma teoria explicativa da sociedade brasileira. Mas para Darcy Ribeiro esse conjunto

⁸⁰ Entrevista feita com Darcy Ribeiro por GRUPIONI, Luís Donisete Benzi & GRUPIONI. Maria Denise Fajardo. Depoimento de Darcy Ribeiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: n° 44, p. 03-30, 2° sem. 1997.

ainda não era satisfatório. Depois do exílio, de volta ao Brasil, em torno de 1980, começou um novo livro *O Povo Brasileiro* para acrescentar àquele conjunto.

O autor vai destaca também como romancista. Durante seu exílio escreveu os romances *Maíra* e *O Mulo*, e já no Brasil escreveu, entre outros: *Migo*, *Utopia Selvagem* e *Uirá*.

Elegeu-se vice-governador do estado do Rio de Janeiro, foi secretário da Cultura e coordenador do programa de educação, com o encargo de implantar 500 CIEPs – Centro Integrados de Educação Pública que são grandes escolas de turno integral para mil crianças e adolescentes. Criou, então a Biblioteca Pública Estadual, a Casa França-Brasil, a Casa Laura Alvin, O Centro Infantil de Cultura Ipanema, e o sambódromo, em que colocou 200 salas de aula para fazê-lo funcionar também como uma enorme escola primária. Elegeu-se senador da República em 1991. Faleceu em fevereiro de 1997.

Egon Schaden

A trajetória acadêmica e a produção científica do Professor Egon Schaden são de grande relevância para a constituição do campo antropológico no Brasil porém, certamente, pouco conhecidas. Esse brasileiro figura entre os mais destacados cientistas de descendência alemã de sua geração. Seu currículo apresenta grandes realizações nesse campo acadêmico.

Nascido em 4 de julho de 1913, em São Bonifácio, estado de Santa Catarina, a sua carreira profissional e sobretudo a acadêmica, apresentou inúmeros pontos de contato com a vida cultural alemã. A partir de 1933, lecionou alemão, português, geografia e história em três escolas alemãs de São Paulo, entre elas o Colégio Visconde de Porto Seguro.

Iniciou a sua formação superior na FFCL em 1935, diplomando-se em Filosofia em 1937 e licenciando-se em 1941. A partir de 1943, atuou junto à Universidade de São Paulo, onde alcançou renome. Não é de se desprezar o fato colocado por Luiz de Castro Faria (1993) no qual ilustrou o momento institucional da antropologia nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, em que, tinha por objeto o estudo da origem do homem, das variações raciais e sobretudo das suas técnicas de análise morfológicas (Castro Faria, 1993). Sendo assim, Castro Faria mostrou as dificuldades que enfrentaram os professores da USP responsáveis pela disciplina na ocasião:

Na realidade tanto E. Willems quanto Egon Schaden e Gioconda Mussolini foram vítimas de uma sujeição perversa a dispositivos legais, arbitrariamente impostos. O primeiro, formado em Ciências Econômicas, o segundo, em Filosofia, e a terceira, em Ciências Sociais, tiveram que assumir o ensino de uma disciplina para qual não receberam nenhuma preparação (CASTRO FARIA, 1993, p. 247).

Com a ida de Emílio Willems para os Estados Unidos em 1949, Egon Schaden assumiu a Cadeira de Antropologia na USP. Gioconda Mussolini tornou-se

sua assistente, no período de 1955 a 1969, quando faleceu. Em 1958, a Cadeira dirigida por Schaden, contava com mais duas assistentes extra-numerárias: Ruth Cardoso e Eunice Durham (Rubim: 1996). E, em 1965 conseguiu a Cátedra com a tese *Aculturação Indígena*.

No entanto, todas aquelas dificuldades foram superadas com esforço concentrado na elaboração adequada dos programas com bibliografias amplas e bem selecionadas, e outros cursos em antropologia cultural com ênfase em aculturação e destribalização dos grupos indígenas do Brasil e cursos de introdução à antropologia que contavam tanto com a parte biológica quanto a cultural, rompendo as limitações iniciais e assumindo um aspecto de uma antropologia geral nos moldes de Franz Boas (Castro Faria, 1993).

A Revista de Antropologia, a primeira a ser publicada nessa área no país foi criada por Egon Schaden em 1953, que foi seu diretor, seguindo-se até a sua aposentadoria no final dos anos sessenta. A Revista transformou-se em órgão editorial oficial da Associação Brasileira de Antropologia – ABA⁸¹, em 1955. Atualmente, ela é publicada pelo departamento de antropologia da USP.

Com a sua aposentadoria no final dos anos 60, Schaden foi convidado a integrar o corpo docente da Universidade de Bonn, Alemanha, porém, devido a problemas pessoais não pôde aceitar o convite⁸², e mesmo aposentado continuou a lecionar na Escola de Comunicação e Artes da USP até 1983. João Batista Borges Pereira ocupou o seu lugar e as orientações que vinham sendo feitas por ele na Cadeira de Antropologia.

⁸¹ Sobre a ABA ver capítulo 5.1.

⁸² Schaden já havia atuado no exterior em outras ocasiões, como professor convidado para dar aulas de etnologia, mas por apenas um ou dois semestres: em 1961, em Hamburgo; em 1964, Frankfurt e, em 1967, em Bonn.

5 A institucionalização da antropologia

5.1 A ABA e a constituição de um ofício

Os anos cinquentas foram um período de confirmação do ensino superior no Brasil, com várias instituições criadas neste momento por todo o país. No campo das ciências sociais foi o período de criação de entidades profissionais como a Associação Brasileira de Antropologia – ABA e a Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS. Portanto, é difícil falar da recente história da antropologia no Brasil sem falar da ABA⁸³ e da sua contribuição para a organização dos antropólogos, a reorganização da pós-graduação⁸⁴, até a conseqüente “profissionalização” da antropologia no país, ou seja, a sua atuação na constituição do pensamento social.

A Iª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), foi realizada no Museu Nacional em novembro de 1953, organizada por uma comissão de antropólogos do Rio de Janeiro, liderada pela figura de Heloísa Alberto Torres e como presidente de honra Edgar Roquette Pinto. Através da primeira reunião, seus organizadores buscaram levantar a atual situação das disciplinas antropológicas⁸⁵, e também, procuraram estabelecer elos mais sólidos e mais dinâmicos entre os membros da pequena comunidade, ainda não organizada em associação, que somente viabilizou-se na IIª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida em Salvador, dois anos depois.

[...] esses eventos representavam uma efetiva tomada de consciência dos antropólogos brasileiros sobre seu “métier”, que se

⁸³ Ver Cardoso de Oliveira (1988) e Corrêa (1988).

⁸⁴ Cerca de dez anos após a fundação da ABA.

⁸⁵ Então identificadas como Etnologia ou Antropologia Cultural, Arqueologia, Antropologia Física e Lingüística.

consolidaria com a fundação da ABA, voltada para proporcionar reuniões de trabalho, periodicamente organizadas e basicamente dedicadas à troca de experiências, informações e convívio intelectual entre seus poucos associados. A própria opção pela palavra “reunião” em lugar do termo “congresso”, demasiadamente ambicioso para quem desejava contatos mais informais, já indicava desde o início o que os fundadores da ABA entendiam como deveria ser esse encontro bienal de colegas [...]. Evidentemente que a vocação ritualística de todos os encontros periodizados – vocação por certo não exclusiva dos antropólogos – acabaria por imprimir a essas reuniões um cerimonial com alguma complexidade de organização [...] (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 131).

Para a primeira reunião pouco mais de duas dezenas de antropólogos e uns poucos sociólogos se reuniram no Museu Nacional⁸⁶, entre os vários assuntos que foram discutidos havia uma preocupação com o ensino universitário, o fazer antropológico e a institucionalização da disciplina na academia. No entanto, antes de falarmos sobre a primeira reunião de fato, é necessário citar algumas figuras expressivas que tornaram possíveis tanto o evento da primeira reunião quanto a criação da associação. Para isso é preciso rememorar a professora Heloísa Alberto Torres. Filha do intelectual e político Alberto Torres, Dona Heloísa – como costumavam chamá-la – nasceu em 1895 e faleceu em 1977. Sua atuação no Museu Nacional começou aos 23 anos, em 1918, como auxiliar de Roquette Pinto. Tornou-se efetiva por concurso em 1925 e dirigiu a instituição por dezessete anos, de 1938 a 1955. Como disse Mariza Corrêa, em artigo sobre Heloísa Alberto Torres publicado em 1997 na Revista de Antropologia:

Sua presença no cenário antropológico brasileiro foi marcante não apenas pelos atos administrativos que realizou, [...] mas pelo seu empenho na formação de jovens pesquisadores através da experiência da pesquisa de campo e no desenvolvimento da etnologia. [...] Sua extensa produção não publicada revela [...] um investimento enorme de energia nos bastidores da pesquisa de campo (CORRÊA, 1997, p. 12).

⁸⁶ Para se ter uma idéia da dimensão do grupo de antropólogos daquele período, Roberto Cardoso de Oliveira relata que a grande maioria dos presentes apresentou comunicações (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988).

De fato, trilhou vários caminhos essenciais para a consolidação da antropologia no Brasil. Podemos citar, por exemplo, como suas habilidades políticas e seus contatos sociais contribuíram para a formação de elos com antropólogos estrangeiros proporcionando, desta forma, a interação da disciplina com os centros internacionais de excelência. Alguns nomes com os quais Heloísa Alberto Torres manteve contatos foram: Franz Boas, Ralph Linton, Paul Rivet, Alfred Métraux, Charles Wagley, Ruth Landes entre outros.

Além da sua competência para a política científica, engajou-se também na política indigenista. Substituiu o Marechal Cândido Rondon na direção do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) entre 1955 e 1967, embora tenha participado do órgão desde a sua fundação em 1939. Foi uma mulher determinada em todas as funções que desempenhou, segundo Corrêa, que a descreve como um exemplo de dinamismo entre os anos vinte e cinquenta, pois, Dona Heloísa teria sido “[...] um modelo importante para muitas jovens nesse período em que as mulheres começavam a freqüentar a universidade em nosso país” (CORRÊA, 1997, p. 34).

Roquette Pinto (1884-1954) foi outro exemplo marcante do estilo brasileiro de fazer antropologia. Médico de formação, escreveu em 1905 como trabalho final de curso *O Exercício da Medicina entre os Indígenas da América*, renunciando a sua longa carreira como antropólogo. Em 1906 ingressou no Museu Nacional como professor assistente de antropologia e vinte anos depois se tornou o diretor daquela instituição. Publica o livro *Rondônia*, em 1916, como resultado de sua participação em uma das expedições de Rondon ao Mato Grosso. Marcou sua atuação na antropologia por sua postura anti-racista em uma época em que o embranquecimento da população era um ideal⁸⁷.

⁸⁷ Sobre esse assunto ver capítulo 2. Para um aprofundamento do tema verificar Schwarcz, *O Espetáculo das Raças* (1993).

Educador, aficionado pelas tecnologias de comunicação, fundou a Rádio MEC e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, com finalidades científicas e sociais e de alcance popular. Para o professor o rádio deveria ter fins educacionais sendo considerado o fundador do ensino à distancia no Brasil.

Agora vamos rememorar a I^a Reunião Brasileira de Antropologia, enfatizando algumas das conferências proferidas no simpósio e as principais questões levantadas.

Um dos simpósios denominado “Problemas de ensino” teve como um de seus relatores a professora de antropologia da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Marina de Vasconcelos. No relato de Egon Schaden *Problemas no Ensino de Antropologia* de 1954⁸⁸, considerou que havia uma identidade própria da disciplina no âmbito das ciências sociais. Isso acontecia por uma singularidade na perspectiva de análise utilizada na forma especial ao aproximar-se da realidade. Segundo seu relato, os principais objetivos do ensino de antropologia eram: a) formar estudantes de História, Geografia e Ciências Sociais; b) formar professores universitários de Antropologia; c) formar pesquisadores; d) formar técnicos na solução de problemas práticos. Rejeitou ainda qualquer tipo de especialização, pois, para ele, o professor deveria ter a antropologia como objeto de estudo. Já o antropólogo como profissional, deveria concentrar-se na pesquisa de campo mais restrita, formando especialistas, pois já, naquele momento, era considerado impossível o conhecimento eclético (RUBIM, 1997).

Já o relato do professor uspiano, Mário Wagner Vieira da Cunha, *Possibilidades de atividades docentes, de pesquisa e técnico profissional por*

⁸⁸ Relato proferido na reunião, mas publicado na Revista de Antropologia em 1954. A Revista de Antropologia, coincidentemente, foi criada, por Egon Schaden, no mesmo ano que a primeira reunião de antropologia, 1953.

antropólogos no Brasil, apresentado na reunião de 1953⁸⁹, no simpósio denominado “Possibilidades de pesquisa e de exercício de atividade técnico-profissional” o qual teve também como relatores, Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, e Loureiro Fernandes, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, tinha como principal questão discutir como um antropólogo poderia exercer seu ofício.

Em seu texto o autor reconhece a necessidade de se fragmentar as diferentes especialidades da antropologia, apesar da sua ocorrência apenas da pós-graduação. De acordo com ele, os antropólogos obrigatoriamente deveriam ser formados como cientistas para serem considerados profissionais da área, mesmo se docente. Sendo assim, propunha que era preciso aproximar os institutos de pesquisa das universidades, abordando a questão da necessidade de bolsas para a pós-graduação (RUBIM, 1997).

A esses debates se seguiram outras discussões: uma sobre o campo indígena, com a participação de Herbert Baldus, então chefe da seção de Etnologia do Museu Paulista, que levantou a questão da bibliografia da etnologia brasileira, Darcy Ribeiro do Serviço de Proteção aos Índios sobre política indigenista e Eduardo Galvão⁹⁰, também etnólogo do SPI, que falou sobre aculturação. Outra discussão foi sobre o “estudo do negro”⁹¹, com a participação de Roger Bastide, FFCL, da USP, Edson Carneiro⁹², da Bahia e José Bonifácio, do Rio de Janeiro, que veio a ser um dos integrantes do corpo docente do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural do Museu do Índio, criado em 1955. Sob o nome de “Assimilação e Aculturação” o simpósio sobre a questão do imigrante contou com a atuação de

⁸⁹ Publicado em 1955, também na Revista de Antropologia.

⁹⁰ O primeiro PhD brasileiro em antropologia – título obtido na Columbia University, sob orientação de Charles Wagley.

⁹¹ Como na época era conhecida a área de estudos sobre afro-descendentes.

⁹² Antropólogo vinculado à CAPES, conhecido como folclorista e autoridade nacional em estudos sobre populações afro-brasileiras.

Manuel Diégues Júnior, professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Outras três seções encerraram a área da antropologia cultural: “Estudos de Comunidade”, com os sociólogos Luiz de Aguiar da Costa Pinto, da Universidade do Brasil, e Oracy Nogueira da ELSP; “Áreas Regionais”, com Thales de Azevedo, da Bahia e Fernando Altenfelder Silva, professor da ELSP; e a última seção “Cultura e Personalidade”, teve como relator René Ribeiro, antropólogo membro do Instituto Joaquim Nabuco, do Recife e ex-aluno de Herskovits. A reunião também contou com seções de Antropologia Física, Arqueologia e Lingüística.

Na IIª Reunião Brasileira de Antropologia, em Salvador (1955), foram aprovados os estatutos da associação e eleita a primeira diretoria⁹³: Luiz de Castro Faria, presidente, Darcy Ribeiro, secretário geral e Roberto Cardoso de Oliveira⁹⁴, Tesoureiro.

Estabelecidas as condições formais que iriam possibilitar o fortalecimento da Antropologia, como uma disciplina autônoma em relação as ciências sociais, e, portanto com uma identidade prestes a ser melhor reconhecida no mundo acadêmico, a existência da ABA e suas reuniões periódicas, só poderiam contribuir – e como de fato ocorreu – para o fortalecimento da comunidade de profissionais da disciplina. Além da importância das suas reuniões, atualmente a ABA possui um reconhecimento da sociedade pela ação disseminadora de informações, juntamente com a ampliação e a consolidação dos Programas de Pós-graduações em Antropologia Social – PPGAS, contribuindo para o desenvolvimento da antropologia tanto como disciplina acadêmica quanto como formadora de técnicos atuantes na esfera pública e privada.

⁹³ Completando, portanto 50 anos, este será um ano repleto comemorações em várias cidades como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Campinas e Curitiba.

⁹⁴ O professor Roberto Cardoso de Oliveira não participou da primeira reunião, pois estava terminando sua graduação em Filosofia na USP, em 1953. Porém, um ano depois já trabalhava com Darcy Ribeiro na Secção de Estudos do SPI.

Dando continuidade a análise do contexto das décadas de cinquenta e sessenta no que se refere, a organização profissional do campo antropológico, algumas outras instituições de apoio à pesquisa e do ensino avançado foram decisivas, para a consolidação das estruturas elementares de organização de uma comunidade profissional. Com isso, ainda em 1948, catorze anos depois da formação da USP, foi criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. Uma associação fundada para lutar pela afirmação da ciência e dos cientistas no Brasil e como fomentadora de discussões, principalmente, de cunho político-científicas. A discussão política da ciência e sua utilização, explica-se pelo momento em que o país se encontrava com o Estado Novo, e, além disso, pelas lideranças intelectuais das principais áreas do conhecimento preocupadas com a formação e o desenvolvimento de um pensamento crítico nas universidades.

No momento subsequente, tivemos a criação, em 1951, do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq e da Campanha de Aperfeiçoamento da Pesquisa no Ensino Superior – CAPES, que surgiu com o objetivo de estimular e apoiar a ciência e a formação de pessoal qualificado nas instituições de pesquisa e ensino superior. E sem deixarmos de incluir as Fundações de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e financiadoras como a Fundação Ford e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, agências de fomento que vêm apoiando desde os primeiros passos da institucionalização da disciplina na academia.

Os reflexos da Segunda Guerra Mundial – 1939-1945 – na estrutura científica do Brasil foram, principalmente, provocados pela influência dos Estados Unidos – no período conhecido como Guerra Fria. A dominação técnica e financeira dos norte-americanos levaram à transformação de nossa sociedade, que era basicamente agrária, em sociedade urbana e industrializada. Em função disso, aumentou-se a

necessidade de formar profissionais bem capacitados para a acelerada modernização dos centros urbanos e o crescente enriquecimento da classe média urbana, proporcionando uma grande demanda por títulos universitários em todo país e, especialmente, no pólo industrial de maior desenvolvimento, São Paulo. Ou seja, talvez o período histórico no qual se deu expressivo crescimento do ensino superior no Brasil, tenha sido marcado por uma crescente atuação e participação da elite, que se constituía, juntamente com o desenvolvimento das cidades, nas universidades (Rubim: 1996).

No Brasil, o período do pós-guerra e o novo formato que assumiu a economia internacional contribuíram para que se criassem as condições para o desenvolvimento das instituições universitárias e ligadas a ela: fundação da pós-graduação no período posterior: fundação das universidades federais, católicas, institutos de pesquisas, associações profissionais, Conselho Nacional de Pesquisa/CNPq, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES e o aumento da população universitária (RUBIM, 1997, p. 97-98).

5.2 A formação avançada de antropólogos profissionais: os PPGAS

Uma das características da pós-graduação antes da reforma do ensino no final dos anos 60, era que a formação de pesquisadores de alto nível dependia mais de esforços individuais do que institucionais (RUBIM, 1997b, p. 97).

Com o golpe militar de 1964, a reforma de ensino nos moldes norte-americanos através do acordo MEC-USAID⁹⁵ foi uma das principais evidências da abertura do país ao capital estrangeiro pelos militares.

Outro resultado desse momento político foi a instituição dos cursos de pós-graduação em 1968⁹⁶, que teve como objetivo a formação de pesquisadores de alto nível e educadores para o terceiro grau, fazendo a diferenciação entre pós-graduação *Stricto-sensu* – mestrado e doutorado – e dos cursos *Lato-sensu* – aperfeiçoamento e especialização, adotando também o modelo norte-americano, o que implicou na modificação qualitativa da pesquisa em nosso país (Rubim: 1997b). Anteriormente, somente na USP havia a possibilidade de se fazer mestrado ou doutorado mesmo assim somente como possibilidade de ascensão à carreira docente. Ou seja, os graus de mestre e doutor não eram dados regularmente pelas universidades brasileiras até então (Schwartzman: 1979).

Com a reforma do ensino e a implementação dos PPGAS – Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social – na segunda metade dos anos sessenta – em 1965 foi aprovado o Parecer Sucupira⁹⁷ –, a disciplina iniciou um processo de constituição e difusão de um espaço temático e uma identidade intensamente demarcada por um estilo antropológico de se fazer pesquisa, e mais particularmente,

⁹⁵ Uma das principais mudanças da Reforma foi a abolição do sistema de cátedras para a adoção dos institutos e dos departamentos como unidades técnico-administrativas.

⁹⁶ O primeiro em antropologia a ser criado foi o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional em 1968.

⁹⁷ Foi como ficou conhecido o Parecer nº 977 de 03 de dezembro de 1965.

pela valorização da observação participante que, de acordo com Rubim (1997b), “[...] seguiu a tradição antropológica de Malinowski e Boas” (RUBIM, 1997b, p. 99).

Anteriormente à institucionalização dos PPGAS, a antropologia encontrava-se circunscrita a pequenos grupos como a do Museu Nacional, USP e ELSP. Já em São Paulo, caminhava conjuntamente com as orientações teóricas presentes na sociologia, no que se convencionou chamar “Escola Paulista de Sociologia”. Pois desde cedo, por influência, principalmente da formação dos mestres franceses, a acentuada perspectiva sociológica, constituiu parte da própria especificidade histórica da Universidade de São Paulo.

Os anos sessenta foram de grande produção para a Sociologia brasileira, particularmente a feita em São Paulo; nos anos setenta um lugar equivalente seria ocupado pela Antropologia, particularmente a produzida no Rio de Janeiro e já no âmbito de um programa de pós-graduação. A geração *between* saía da cena acadêmica – muitos de seus integrantes compulsoriamente – e seus alunos recomeçavam o ciclo, renovando-os (CORRÊA, 1995, p. 35).

Alguns intelectuais formados no interior da tradição funcional-culturalista de Florestan Fernandes e que elegeram a antropologia como profissão, transferiram-se para o Rio de Janeiro nas décadas de cinquenta e sessenta. Como Roberto Cardoso de Oliveira, que em 1953 foi para o Museu do Índio e levou consigo uma concepção de ciências sociais aprendida e praticada em São Paulo com os mestres franceses.

As pesquisas na área das ciências sociais, que até então vinham sendo feitas, direcionaram o pensamento antropológico. Por exemplo, a influência da tradição da antropologia britânica na década de 70 no Museu Nacional, Universidade de Brasília/UNB e Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, contrastou radicalmente com a linha “sociologizante” presente nas pesquisas antropológicas do mesmo período na USP. [...] Portanto apesar de inseridos dentro de um mesmo contexto nacional, os grupos de etnólogos formados e formadores dos PPGAS se constituíram e se desenvolveram de acordo com a singularidade específica à cada instituição (RUBIM, 1997b, p. 101).

Assim a era da pós-graduação implantou uma nova fase caracterizada pelo desenvolvimento profissional no sentido da capacitação institucional que levasse em

consideração os financiamentos, as orientações sistemáticas, os cursos, as bibliotecas como primordiais para a transformação qualitativa do caráter da pesquisa científica no país.

Com essa reordenação, novas condições internas à comunidade de profissionais em antropologia começaram a surgir de maneira a dinamizar os estudos pós-graduados, especialmente aqueles identificados com o mestrado e o doutorado, ou a pós-graduação *stricto sensu*, como passaram a ser conhecidos aqueles cursos. É oportuno aqui lembrar que essa reestruturação da pós-graduação veio atender de uma maneira toda especial ao desenvolvimento de nossa disciplina, uma vez que em se tratando de graduação era considerada parte integrante do curso de ciências sociais, portanto dispondo de um limitado espaço para efetivamente atuar na formação do aluno interessado em aprofundar-se na disciplina. A nova pós-graduação, sobretudo, pretendia mostrar o caminho para o progresso do saber proporcionando treinamento completo e adequado para muitos campos do conhecimento limitados no interior dos cursos de graduação.

A década de setenta foi a responsável pela concretização do empenho em se praticar pesquisa antropológica no Brasil, porém, ocorreu paralelamente à conjuntura de repressão política e ao desenvolvimento econômico do país (RUBIM, 1997). Esse processo aconteceu de modo paradoxal, pois, de certa forma, foi durante o regime militar que o modelo se formalizou, iniciando o crescimento das ciências sociais como um todo no país, em parte vinculado ao apoio de instituições ou de agências estrangeiras – como no caso da Fundação Ford, que financiou centros, linhas e grupos de pesquisa desde o final dos anos sessenta – assim como, mais adiante, nos anos setenta, da FINEP, uma agência do governo federal que veio ocupar um espaço novo. Esta última, junto com outras agências mais tradicionais como o CNPq

e a CAPES, compuseram um tipo de apoio institucional categoricamente basilar para muitos grupos, já que permitiu o desenvolvimento de atividades integradas de pós-graduação e pesquisa. Em alguns lugares esse passo foi dado com maior sucesso, em outros, com menos. De qualquer forma, existia e ainda existe uma preocupação geral em regularizar a pós-graduação, em sistematizá-la, tornando-a uma área de excelência.

O Museu Nacional/UFRJ foi uma das primeiras instituições formadoras de etnólogos no Brasil, através dos cursos de especialização, coordenados por Luiz de Castro Faria e Roberto Cardoso de Oliveira, os quais reuniram três turmas em 1960, 1961 e 1962. Os primeiros alunos dessas turmas foram: Roque de Barros Laraia, Júlio César Mellati, Alcida Rita Ramos, Roberto da Matta entre outros.

Era um curso de especialização intensivo, com o objetivo de formar pesquisadores direcionados para a prática antropológica. Cada aluno tinha um ano de estudo em tempo integral, orientado por professores com nível de doutorado e em seguida fazia um ano de pesquisa de campo e mais um ano de elaboração de monografia. Enfim, esse era um programa de formação com duração de três anos destinado a pesquisadores especializados na teoria e na prática antropológica.

Mariza Corrêa (1988) fala da importância do curso para formar professores/pesquisadores multiplicadores desse conhecimento no país:

Esses cursos foram assistidos por muitos jovens pesquisadores de outros estados (da Bahia, do Paraná, de Minas Gerais) onde o ensino da antropologia se dava apenas na graduação das faculdades de filosofia (em cadeiras ocupadas muitas vezes por um velho médico que, não obstante conseguia interessar os estudantes, vagamente, na antropologia, como relembra Roque de Barros Laraia de sua experiência em Minas), e vários desses estudantes são hoje professores nas universidades brasileiras (CORRÊA, 1988, p. 88).

Muitos ex-alunos dos cursos de especialização do Museu foram chamados para participar das equipes de pesquisa de um projeto dos professores Roberto

Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis⁹⁸ Áreas de Fricção Interétnica, financiado pela Unesco e realizado no Centro Latino Americano de Ciências Sociais e logo depois, foram recrutados para fazer parte do corpo docente daquele que viria a ser, em 1968, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, organizados pelas figuras de Roberto Cardoso de Oliveira, Luiz de Castro Faria, Maybury-Lewis e os ex-alunos Roque de Barros Laraia, Júlio Cezar Melatti e Roberto Da Matta.

O Programa do Museu ficou caracterizado pela constância do trabalho em equipe e concentração delas nas pesquisas de etnologia e de camponeses. A parceria Cardoso de Oliveira/Maybury-Lewis foi uma próspera iniciativa conjunta de cerca de dez anos que culminou – com a vivência prática através de pesquisas coordenadas – na consolidação do Programa após um momento de redefinição teórica e institucional. A experiência do Museu se mostrou singular também pelo fato de ser o único Programa em que os docentes se dedicavam exclusivamente à formação de mestres e doutores. Diferente de outros programas que foram criados com a graduação já existente ou instituídos no mesmo momento (CORRÊA, 1995).

O PPGAS da UnB foi criado por um grupo vindo do Museu Nacional, em 1972: Cardoso de Oliveira, Roque Laraia e Júlio Melatti. Roberto Da Matta, um jovem recém-doutor assume a tarefa de coordenar o PPGAS no Museu. Da Matta esteve em Cambridge, no ano letivo 1963-1964, como *special student* através de Maybury-Lewis. Foi no seminário organizado em Harvard (1966) por Maybury-Lewis que optou por fazer o doutorado naquela universidade, na qual permaneceu no período de 1967 a 1970, ano em que retornou ao Brasil para assumir a coordenação do PPGAS/Museu Nacional no lugar de Roberto Cardoso de Oliveira – que

⁹⁸ Maybury-Lewis veio da Inglaterra e estudou na ELSP, onde defendeu sua tese de mestrado, orientado por Herbert Baldus.

encontrava-se nos Estados Unidos. Defendeu o doutorado em 1971, sob a orientação de Maybury-Lewis.

Eduardo Galvão havia chefiado o Departamento de Antropologia da UnB antes da crise provocada pelo golpe militar. Cardoso de Oliveira contratou, como docentes, mais alguns de seus ex-alunos: Alcida Ramos e Klass Woortmann.

O diferencial do Programa da UnB era os cursos programados de pós-graduação, o que significava que grandes projetos que demandassem um amplo investimento de tempo, de campo, de docentes, dificilmente, encontrariam espaço para execução. E um outro dado relevante é que a grande maioria das pesquisas sobre sociedades indígenas na década de setenta foram desenvolvidas no programa de Brasília (RUBIM, 1997b). No entanto, o que o singularizou foi a criação do Anuário Antropológico, em 1976. Uma publicação que desde então ficou conhecida como um meio privilegiado de comunicação dos assuntos pertinentes aos estudiosos, e um pouco antes, em 1973, havia sido criado um outro veículo, igualmente importante, os cadernos da *Série Antropologia*.

De acordo com Mariza Corrêa (1995), a disciplina na USP surgiu com a criação da cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani, em 1935⁹⁹, regida por Plínio Ayrosa. A cátedra foi institucionalizada somente em 1941 e seu primeiro responsável foi Emílio Willems, substituído em 1949, por Schaden que foi o primeiro doutor em antropologia a ser formado pela Universidade de São Paulo, em 1945.

A FFCL só se transferiu definitivamente para a cidade universitária em 1969, após os acontecimentos do dia 03 de outubro de 1968, quando foi incendiada a sede na Rua Maria Antônia e vários de seus professores aposentados ou exilados pelo regime militar. Com a reforma do ensino o novo formato dos programas de pós-

⁹⁹ Foi extinta em 1962, substituída pela cadeira de Línguas Indígenas do Brasil.

graduação foi implantado na USP nos níveis de mestrado e doutorado no mesmo ano. A reformulação do Programa fez com que se dinamizassem as pesquisas aumentando o número de atribuições de títulos na instituição (CORRÊA, 1995).

Faziam parte da área da antropologia os professores doutores: João Batista Borges Pereira¹⁰⁰, Eunice Durham e Tekla Hartmann, que se somavam aos demais professores do departamento de ciências sociais. Em 1971, João Batista Borges Pereira passou a coordenar a organização do PPGAS da USP.

Seguiu-se uma crise nas universidades brasileiras que, no entanto, não impediu, pelo menos no campo das ciências sociais, a formação de uma nova geração intelectual que foi criada concomitante aos programas de pós-graduações. Porém, essa crise deflagrada pelo regime militar nas universidades, foi inteligentemente contornada pelos cientistas sociais que ocuparam outros espaços. Muitos exilados/asilados se mantiveram próximos, como é o caso, de Fernando Henrique Cardoso e Ruth Cardoso asilados no Chile e de Darcy Ribeiro que exilado passou por vários países, entre 1964 e 1975. Durante esse tempo foi professor de antropologia e também coordenou um programa de reforma universitária em várias universidades. Parte significativa dos cientistas das áreas de humanas regressaram ao Brasil na virada dos anos setenta para os oitenta, e sem jamais ter deixado de olhar e pensar o país, formulando idéias e encontrando saídas para a censura política e a falta de liberdades democráticas (Rubim: 1996).

Nos anos que se seguiram à implementação do PPGAS da USP foram credenciados para compor o quadro docente e de orientações sistemáticas de mestrado e doutorado professores que já faziam parte do departamento da

¹⁰⁰ Ocupando o lugar de Egon Schaden após a sua aposentadoria.

universidade, como foi o caso de Ruth Cardoso, Lux Vidal, Oracy Nogueira, Duarte Lanna entre outros.

Um diferencial relevante do novo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP foi:

A proposta de um grupo de professores, entre eles João Batista Borges Pereira, em dar um caráter mais amplo a pós-graduação em antropologia no início dos anos setenta, que incluísse também a arqueologia (RUBIM, 1996, p. 157).

A Universidade Estadual de Campinas, criada oficialmente no ano de 1962, teve como primeiro contratado na área de antropologia Antônio Augusto Arantes, vindo da USP, onde concluiu o mestrado. O doutorado foi feito em Cambridge na Inglaterra. Arantes intermediou várias contratações de antropólogos com formação naquele país. Portanto, o Programa de Mestrado em Antropologia Social da UNICAMP, institucionalizado em 1971, nasceu ligado à influência do pensamento antropológico britânico. Verena Stolcke e Peter Fry são dois dos representantes da antropologia de tradição inglesa. Participaram como professores visitantes do início do programa Roberto Da Matta e Francisca Vieira Keller. Outros professores integraram o quadro do mestrado um pouco mais tarde, como Manuela Carneiro da Cunha, Luiz Mott, Alba Zaluar e até mesmo Roberto Cardoso de Oliveira.

O Programa de Campinas teve como propósito inicial estimular pesquisas e estudos inovadores, assim como o próprio projeto de criação da universidade – que tinha renome de projeto modernizador – houve uma preocupação em formar cientistas e pesquisadores de alto nível com ligação direta com as indústrias de tecnologia de ponta que vinham sendo cada vez mais instaladas na região.

Com a criação em 1985, do Doutorado em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, a interlocução entre a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia adquiriu bases acadêmicas e institucionais mais sólidas e

amplas nas áreas temáticas e de ensino, ao se estabelecer a integração dos docentes do Programa de Mestrado em Antropologia Social e dos Programas de Sociologia e Política.

A década de setenta foi marcada pelas reivindicações por aumento de vagas nas universidades. Em resposta a essa demanda, o governo incentivou a criação de instituições privadas. O autoritarismo militar do período contribuiu também para a expulsão de um número significativo de pesquisadores para o exterior¹⁰¹ (Rubim: 1997b).

A FAPESP (1960)¹⁰² a Fundação Ford e a FINEP, na segunda metade da década de sessenta começaram a investir no Brasil, além da CAPES e do CNPq já citados e que foram criados na década anterior, colaboraram para superar, de certa forma, as dificuldades financeiras nos anos oitenta e noventa. Pois, essas décadas foram significativas quando nos referimos às discussões sobre o atual momento da produção intelectual e científica do país. Os financiamentos em relação às ciências sociais, segundo Figueiredo (1988), aumentaram significativamente:

A comunidade de cientistas sociais foi partícipe na montagem desse arcabouço. Como é de conhecimento de todos nós, a formulação das políticas de fomento às Ciências Sociais tornou-se cada vez mais agressiva em função da atuação daqueles que se constituíram na 'primeira' geração dessa fase moderna, apesar das adversidades da conjuntura política da época (Figueiredo: 1988, p. 54 *apud* Rubim: 1996, p. 30).

O reconhecimento que foi sendo dado às ciências sociais naquele momento e até a década de noventa, contribuiu efetivamente para o aumento dos debates em torno do aparelhamento estrutural e científico de nossos cursos em todo país,

¹⁰¹ Nesse sentido, no que se refere aos cientistas sociais, seus esforços sempre caminharam no sentido de não perder de vista os estudos sobre os problemas do país, mesmo estando distantes (Rubim: 1997b).

¹⁰² Que possui 0,5% da arrecadação do Estado de São Paulo destinado ao seu orçamento em cumprimento de dispositivo da Constituição Estadual de 1946 (Schwartzman: 1979).

caminhando, assim, para uma fase de amadurecimento e, talvez, reestruturação do modelo de ensino e pesquisa de excelência.

O final dos anos cinqüenta e a década de sessenta foram significativos nos caminhos seguidos pela educação superior no Brasil. Um desses caminhos se deu com a interiorização da economia industrial no estado de São Paulo, que teve como conseqüências a necessidade de uma maior distribuição regional das instituições de ensino superior no Estado.

Dentro do contexto do final da Segunda Guerra Mundial e seus reflexos no Brasil, a substituição das importações pelos investimentos do Governo Federal e capital estrangeiro na industrialização, geração de novos empregos, expansão do consumo, gerou uma rápida transformação da nossa sociedade (Schwartzman: 1979). Esse crescimento da economia gerou a necessidade do aumento de mão-de-obra especializada e, portanto, o aumento do nível educacional da população das diferentes regiões do estado.

As reivindicações por mais vagas para a educação superior, por parte dos estudantes ligados, principalmente, ao movimento estudantil e a SBPC pressionaram, de certa forma, o governo do estado para promover uma política de interiorização dos centros de pesquisas e de ensino. Embora mesmo dentro da nova política de distribuição regional¹⁰³ dos centros de pesquisa e ensino, alguns obstáculos em relação às dificuldades financeiras e materiais e aos planejamentos de orientação de instalação dos cursos superiores no estado de São Paulo, eram expressos em forma de críticas e exigências de condições estabelecidas pelas comissões do conselho universitário da Universidade de São Paulo. Assim sendo, as

¹⁰³ A política de interiorização, além de criar instituições públicas também incentivou a abertura de instituições privadas.

idades que aspiraram à instalação de cursos superiores se esforçaram em viabilizar os requisitos a que a instituição deveria alcançar.

Com isso, foram se materializando, aos poucos, as aspirações de criação dos cursos universitários, conhecidos como Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo¹⁰⁴. A fundação dos Institutos na sociedade paulista do interior contribuíram significativamente para o desenvolvimento cada vez maior de muitas cidades, em relação ao crescimento populacional, aumento nos investimentos industriais, muitas vezes oriundos da capital paulista, atraídos pelo expressivo potencial de cada município. De modo que, somos levados a acreditar na potencialidade do interior em contribuir efetivamente na formação profissional, cultural e educacional de alto nível de suas regiões, antes representada somente pela capital do estado.

O auge desse processo culminaria no ano de 1976, com a Lei Estadual N. 952 de 30 de janeiro, que criou a Universidade Estadual Paulista *Júlio de Mesquita Filho*. Em consequência da criação da UNESP¹⁰⁵, cursos e departamentos foram extintos ou remanejados, inclusive professores, alguns até mesmo demitidos, institutos foram desdobrados ou ampliados, sofrendo reduções em suas estruturas e em seu pessoal docente.

A década de setenta, conforme já foi dito, foi o período da criação dos programas de pós-graduação e conseqüentemente da excelência das pesquisas tal como o queria Schaden em 1954. As temáticas se multiplicaram, a antropologia se diversificou e o diálogo teórico com o exterior foi intensificado. Houve ainda o

¹⁰⁴ Em conversa informal com um ex-aluno da primeira turma do curso de Ciências Sociais de Marília, soube que estas instituições eram chamadas de Institutos Isolados da USP.

¹⁰⁵ Atualmente conta com unidades nas seguintes cidades do estado: Botucatu, Ilha Solteira, Jaboticabal, Rio Claro, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Araraquara, Franca, Marília, Assis, Guaratinguetá, São Paulo, Bauru, Araçatuba, São José dos Campos, São Vicente, Rosana, Ourinhos, Tupã, Dracena, Sorocaba/Iperó, Itapeva e Registro.

aumento do financiamento por parte de órgãos internacionais, como Fundação Ford e Fulbright, além de instituições nacionais.

No final da década de setenta, no entanto, iniciou-se um maior diálogo entre os diversos programas de pós-graduação. Assim houve uma “autoconsciência” da antropologia brasileira bem como um aumento da qualidade das pesquisas. Roberto da Matta foi um pioneiro nesse período no sentido de repensar o fazer antropológico e propor através de seu artigo *O Ofício de Etnólogo ou Como ter Anthropological Blues* de 1978, o descentramento de si, que é definido pelo autor como o movimento de estranhar o que lhe é familiar e familiarizar-se com o que lhe é estranho.

O trabalho de campo é pensado como fundamento do pensamento antropológico moderno, e é singular para a disciplina na medida em que se altera a relação entre fazer e pensar, superando o etnocentrismo através do relativismo cultural e a percepção de que olhamos os outros com nossas próprias lentes. Eis aí um ponto crucial no qual, segundo Da Matta (1978), define a especificidade da antropologia e sem o qual ela não existiria.

Na década de oitenta começa-se a perceber que para fazer conhecimento criativo e significativo é preciso refletir sobre o que fazemos, como fazemos e para quem fazemos. Dois exemplos desse período são os das professoras Mariza Corrêa e Mariza Peirano. Um dos grandes méritos da pesquisa sobre a Escola Nina Rodrigues¹⁰⁶ de Mariza Corrêa foi mostrar as contradições presentes na formação dos intelectuais brasileiros. O que a antropóloga nos ensina é como o contexto social e político influenciam o pensamento e as identidades das especializações na disciplina.

¹⁰⁶ O proeminente médico da Escola de Medicina da Bahia, Raimundo Nina Rodrigues, hoje reconhecido como um dos precursores dos estudos raciais feitos pela antropologia brasileira, mas também conhecido como precursor da medicina legal brasileira.

A tese de doutorado de Corrêa *As Ilusões da Liberdade*, de 1982, passou a influenciar outras teses e fundou uma linha de pesquisa chamada Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp. Outro resultado do seu trabalho foi o que levou a autora a coordenar um projeto de pesquisa na UNICAMP sobre a história da antropologia no Brasil¹⁰⁷.

O trabalho de Mariza Peirano *The Anthropology of Anthropology: the brasilian case* de 1981 teve como objetivo central questionar o contexto sócio-cultural específico de surgimento do campo das ciências sociais brasileiras, mais particularmente da antropologia. Para isso a professora do PPGAS da UnB analisou as obras e as trajetórias intelectuais de seis autores brasileiros: Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto da Matta e Otávio Velho.

O início da década de oitenta foi marcado pela consolidação dos programas de pós-graduação. Foi também nesse momento que se percebeu que para ser criativo era preciso refletir acerca do fazer antropológico. Segundo Eunice Durham (1982) em *Os Problemas Atuais da Pesquisa Antropológica no Brasil* as preocupações entre 1940 e 1970 eram mais com o funcionamento e menos com sua transformação. Quando houve o fim da prosperidade econômica e superação do estruturalismo, a disciplina aproximou-se cada vez mais do marxismo. Entretanto não se dava mais conta da especificidade da perspectiva antropológica criando um impasse teórico-metodológico, e com conseqüente diminuição de verbas para a pesquisa.

Houve ainda algumas publicações de resenhas bibliográficas. Entre elas destaca-se a de Melatti, *Antropologia no Brasil: um roteiro* de 1984. Nela o autor

¹⁰⁷ Detalharei mais este assunto no próximo capítulo.

constrói a história bibliográfica da antropologia no Brasil desde a Carta de Pero Vaz de Caminha.

Roberto Kant de Lima publicou em 1985 *A Antropologia na Academia: quando os índios somos nós*. Discute o colonialismo cultural e a dominação intelectual exercida pelos países centrais. Para este autor existe uma diferença entre o fazer antropologia no Brasil e nos EUA.

O texto de Eunice Durham *A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: problemas e perspectivas* de 1986 põe em pauta a marginalidade da antropologia e seus temas que são também marginais. Situação que teria mudado na segunda metade da década de setenta. Este sucesso da antropologia se deve ao fato de a sociologia e a ciência política trabalharem mais freqüentemente com esquemas totalizantes. Apesar disso, conclui Durham, não teríamos capitalizado corretamente estes resultados.

O texto de Ruth Cardoso de 1986, *Aventuras de Antropólogos em Campo ou Como Escapar das Armadilhas do Método* demonstra preocupação com o trabalho de campo. Para ela o pesquisador é o mediador entre a análise e a produção da informação. A coleta de informações é o momento de reformulação das hipóteses.

6 A história da antropologia vista como um problema antropológico

O período da década de oitenta, para a antropologia no Brasil, é percebida por alguns autores¹⁰⁸ como o da renovação do que seja fazer ciência, não mais no sentido estrito, mas reconhecendo a importância de se conjugar ao trabalho do antropólogo a produção de um conhecimento que envolva a criatividade e a ousadia que só seria possível a partir do questionamento e auto-reflexão em torno da própria produção. De acordo com Christina Rubim, “a história da ciência não é mera coadjuvante da produção do conhecimento, mas constitutiva da própria criação significativa em si mesma” (RUBIM, 1997, p. 39).

Um dos resultados desse período foi o desenvolvimento de uma nova geração de profissionais responsáveis pela formação de toda uma geração influenciando as escolhas e a delimitação do campo de atuação da antropologia contemporânea. Como exemplos marcantes temos Mariza Peirano que em 1981, defendeu em Harvard a tese de doutorado *The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case*; Mariza Corrêa em 1982, com a tese de doutorado defendida na UNICAMP, denominada *As Ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil* e ainda Roberto Cardoso de Oliveira com o artigo *O Que é isso que Chamamos de Antropologia Brasileira?*¹⁰⁹.

Os referidos trabalhos e seus autores vêm influenciando significativamente a história desta disciplina no Brasil, pois, de acordo com Rubim (1997) “[...] iniciam uma discussão mais sistematizada e consistente sobre o pensamento e a pesquisa em Antropologia brasileira e que será a marca da virada dos anos 80-90” (RUBIM,

¹⁰⁸ Rubim (1996, 1997) e Cardoso de Oliveira (1988).

¹⁰⁹ Publicado, primeiramente, no Anuário Antropológico 85, e depois no livro *Sobre o Pensamento Antropológico* de 1988.

1997, p. 39). Os antropólogos e seus respectivos trabalhos serão tratados a seguir, evidenciando a trajetória intelectual de cada um e as produções mais importantes.

6.1 Mariza Corrêa e a história compartilhada

Mariza Corrêa graduou-se em jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1968. Trabalhava em São Paulo como jornalista da revista *Veja*¹¹⁰ e tinha como planos fazer uma pós-graduação na área de jornalismo. Mas ao acompanhar o marido Plínio Dentzien, inscrito no doutorado em Michigan, se interessou pela problemática feminista que vinha sendo discutida naquele momento nos Estados Unidos. Voltando ao Brasil, vieram para Campinas, quando Dentzien fora convidado para lecionar na UNICAMP. Corrêa conheceu Peter Fry e através dele se encantou pela antropologia ao ler um clássico da disciplina *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande* de Evans-Pritchard.

Decidiu-se por fazer o mestrado em antropologia social, integrou a terceira turma da UNICAMP e foi a primeira a defender sua dissertação¹¹¹, em 1975. Já no ano seguinte foi contratada como professora para o então conjunto de antropologia social do IFCH (RUBIM, 1996). Iniciou o doutorado em 1978 na USP, na área de ciência política sob a orientação de Ruth Cardoso e concluiu em 1982, com a tese *As Ilusões da Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. No mesmo ano publicou vários ensaios em *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a Família no Brasil*¹¹², foi organizadora e autora de ensaios no livro *Caminhos Cruzados: Antropologia, Linguagem e Ciências Naturais*. Em 1983, publicou *Morte em Família: Representações Jurídicas de Papéis Sociais*.

¹¹⁰ Mariza Corrêa vivenciou os acontecimentos do dia 03 de outubro de 1968 na Rua Maria Antônia como repórter da *Veja*. Enquanto o prédio era tomado em chamas, recolhia depoimentos e impressões dos líderes estudantis. “[...] não posso esquecer a expressão no rosto de Florestan Fernandes, dos últimos que encontrei no prédio em chamas, enquanto bombeiros salvavam o que era possível dele” (CORRÊA, 1995, p. 31, nota 3).

¹¹¹ *Os Atos e os Autos: Representações Jurídicas de Papéis Sexuais*, sob a orientação de Verena Martinez-Allier.

¹¹² Organizado por Maria Suely Kofes, pela editora brasiliense.

Como já foi mencionado em capítulo anterior, uma das conseqüências mais produtivas da pesquisa de doutorado da professora foi a coordenação de um projeto de pesquisa sobre a história da antropologia no Brasil que ficou conhecido como *História da Antropologia no Brasil (1930-1960): "Testemunhos"*, financiado pela FAPESP e pelo CNPq. A princípio o projeto seria coordenado por Manuela Carneiro da Cunha, contudo, segundo relata Corrêa (1987), foi quase por acaso que assumiu e se tornou encarregada de conduzir o projeto na forma de seminários ocorridos no primeiro e segundo semestres de 1984, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

No entanto, seu objetivo era produzir um trabalho coletivo reunindo vários professores da área de antropologia do Departamento de Ciências Sociais do IFCH da UNICAMP, os quais colaboraram de diversas formas em variadas etapas de sua concretização. Os depoimentos foram registrados em áudio e vídeo pelo Centro de Comunicações da UNICAMP, e apresentam por alguns dos personagens mais significativos de nossa história constituindo um arquivo singular para as ciências sociais no país. Constam desse arquivo os depoimentos de Emílio Willems, Donald Pierson, Lévi-Strauss, Egon Schaden, Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira entre outros¹¹³.

Outra decorrência – indireta, porém bastante fértil – do doutorado de Mariza Corrêa foi a instituição de uma linha de pesquisa no PPGAS da UNICAMP e uma área temática do doutorado em ciências sociais denominada Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber. As diversas dissertações e teses orientadas e em andamento nessa linha versam sobre temas de história das ciências sociais, pensamento social e trajetórias intelectuais através de seus personagens e de suas instituições.

¹¹³ Porém, apenas um volume foi publicado na série de depoimentos que estavam previstos: *História da Antropologia no Brasil: 1930-1960 testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson* (1987).

A antropóloga foi presidente da ABA na gestão 1996-1998, e é coordenadora do PAGU – Grupo de Estudos de Gênero – da UNICAMP. Recentemente publicou *Antropólogas e Antropologia* (2003) que discute linhagens femininas na antropologia. Sua tese de doutorado, publicada em 1998, juntamente com outros dois artigos – *Traficantes do Excêntrico: Os Antropólogos no Brasil dos Anos 30 aos 60* (1988) e *História da Antropologia no Brasil (1960-1980)* – constituem, talvez, o conjunto mais sistematizado sobre a história da antropologia no Brasil traçando a trajetória da disciplina através de seus personagens e de suas instituições. E assim os interesses de Mariza Corrêa têm seguido duas direções: os estudos de gênero e a história da antropologia.

A tese *As Ilusões da Liberdade* foi um desdobramento do interesse despertado pelas teorias médico-jurídicas do final do século XIX e início do XX. A autora observou a importância que um grupo de médicos – também responsáveis pela institucionalização da medicina legal no país – teve para a construção da antropologia como disciplina¹¹⁴ (RUBIM, 1996). A proposta de Mariza Corrêa é fazer uma análise da carreira institucional desse grupo que tem em Nina Rodrigues o seu mestre e em Afrânio Peixoto e Arthur Ramos os seus mais eminentes discípulos.

[...] Corrêa não tem a pretensão de nos mostrar intelectuais coerentes, para os quais a prática e teoria formam uma simbiose perfeita. Ela mostra no seu trabalho que, ao escolherem um caminho e na pesquisa encontrarem outro, estes intelectuais reconheciam a mudança de rumo sem grandes problemas e traumas e logo encampavam um novo (RUBIM, 1997, p. 40).

Desse modo, Rubim considera que a história que Corrêa constrói – e que caracteriza sua pesquisa como antropológica e não puramente histórica e unilinear – tem a percepção das contradições existentes nos intelectuais brasileiros e como isso contribuiu para as escolhas desses profissionais, “[...] constituindo um campo

¹¹⁴ A antropologia recebeu, até a década de 1940, uma grande influência da medicina. Ver Corrêa (2001).

intelectual consistente e formador de diferentes disciplinas científicas como, por exemplo, a Antropologia e a Medicina Legal” (RUBIM, 1997, p. 40).

O texto de Mariza Corrêa, *Traficantes do Excêntrico* (1988) faz uma abordagem histórica do desenvolvimento da antropologia no Brasil nos anos de 1930 a 1960. A autora se preocupa em situar a institucionalização da disciplina, as organizações fundadas, os principais antropólogos e suas pesquisas desenvolvidas.

Em um primeiro momento, Corrêa nos coloca que a antropologia nasceu, no Brasil, através da etnologia, ou seja, dos estudos voltados para a questão indígena, mas também evidencia que um outro ramo importante na construção do campo antropológico foi o de estudos sobre o negro, além de trabalhos que enfocavam a sociedade nacional. Dentre os primeiros trabalhos desenvolvidos no Brasil, vemos exercendo forte influência teórica, a antropologia norte-americana, principalmente da Universidade de Chicago e também da Universidade de Colúmbia. É interessante notar que tivemos muitos pesquisadores estrangeiros. Como exemplo dentro da etnologia cita Herbert Baldus, Charles Wagley, Curt Nimuendaju, Egon Schaden, e Eduardo Galvão.

A autora coloca ainda a criação da ABA, das universidades, dos museus como elementos fundamentais no processo de institucionalização da disciplina no país, sendo assim, constitutivos da questão de diferenciação disciplinar entre a sociologia e a antropologia¹¹⁵. Nessa época os termos mais empregados na antropologia eram os de teoria da aculturação e estudos de comunidades. Temos ainda, como principal teórico influenciando as produções antropológicas nacionais, Lévi-Strauss.

¹¹⁵ A tensão entre a sociologia e a antropologia, em relação a diferenciação disciplinar, começa a amadurecer a partir da institucionalização das ciências sociais na academia e nos projetos antropológicos da pesquisa de campo, e com a criação das associações, muitas vezes, responsáveis pela divulgação destas pesquisas (CORRÊA, 1988).

Ainda de acordo com o pensamento da autora, é o Rio de Janeiro que, inicialmente se consagra como produtor científico na antropologia, devido a tradição em pesquisa do Museu Nacional. E logo depois, Brasília, na figura de Darcy Ribeiro pela criação da UnB e de Roberto Cardoso de Oliveira, em um segundo momento, com a implantação do PPGAS.

Por fim, parece que por muito tempo, o que define a antropologia no Brasil é o trabalho de campo junto aos nativos do país, e a grande influência estrangeira na construção institucional do pensamento antropológico, seja da França ou dos Estados Unidos.

De acordo com a interpretação de Corrêa neste texto, fica claro no período dos anos trinta aos anos sessenta que a institucionalização da disciplina junto a uma crescente profissionalização dos antropólogos se deu em um processo de busca de uma diferenciação identitária em relação as demais ciências sociais e a sociologia em especial, que se expressou pela ênfase dada aos assuntos indígenas – tanto na pesquisa quanto nas questões políticas – além da pesquisa de campo fortemente praticada pelos pesquisadores entre os mais diversos grupos indígenas (CORRÊA, 1988).

A preocupação central dos intelectuais que Corrêa analisa, é a definição de nosso povo e de nosso país como nação, concluindo que no Brasil as instituições do saber sempre estiveram ligadas à busca de uma identidade própria¹¹⁶. Enfim, grande parte da obra de Mariza Corrêa segue uma mesma linha teórica: a de analisar um contexto social e político e, dentro dele, um grupo de intelectuais formador de um campo do conhecimento científico brasileiro – a antropologia – observando a influência da construção da identidade nacional de um povo na delimitação desse

¹¹⁶ A discussão de *nation-building* aparece também nos trabalhos de Peirano (1981, 1992).

campo e de seu objeto, através daquilo que a autora chama de história compartilhada (CORRÊA, 1995).

6.2 Mariza Peirano e a antropologia da antropologia

A trajetória intelectual de Mariza Peirano percorreu alguns caminhos e encontrou algumas curvas até chegar à antropologia. Natural do Rio de Janeiro, foi para Brasília em 1962 com o objetivo de cursar arquitetura na UnB, mas interessou-se por ciências sociais nas aulas de Perseu Abramo e José Albertino Rodrigues. Decidiu, então, abandonar a arquitetura e cursar ciências sociais na UFRJ, o que aconteceu entre 1966 a 1970, com ênfase em sociologia e ciência política. No IFCS, Peirano participava de grupos de estudo dos alunos chamados de independentes, grupos paralelos à grade curricular, voltados para a militância ou ainda para o estudo de autores proibidos em sala de aula como Gurvitch e Bachelard por exemplo.

Em meio ao curso de graduação, Peirano casou-se e precisou afastar-se da universidade por um tempo. Ao retornar, atuou em pesquisas nos censos do IBGE com o sociólogo Roger Walker. O objeto de sua monografia de final de curso foi a personalidade carismática de Darcy Ribeiro no contexto da criação da UnB (RUBIM, 1996).

Já formada, somou-se à equipe do jornal Correio da Manhã com a intenção de colaborar com um trabalho político engajado, tanto é que quando conversou com Roberto Cardoso de Oliveira sobre a possibilidade de fazer o mestrado no Museu Nacional preferiu postergar o desejo visto que, naquele momento, seria uma atividade pouco comprometida com a militância política que vivia no período. No entanto, algum tempo depois, desistiu do trabalho no Correio da Manhã, e junto com seu marido optaram por fazer o mestrado na USP com o cientista político Francisco Weffort, mas apenas Túlio Maranhão começou a freqüentar o mestrado na USP, que

não tendo disponibilidade para viajar constantemente, passou a freqüentar um dos cursos do Museu Nacional, optando pela disciplina oferecida por Kenneth Taylor. Segundo Rubim (1996 p. 126), “Peirano citou esse fato como uma casualidade que a levou a se interessar pela antropologia logo depois”.

Ainda de acordo com Rubim, foi através do interesse de Túlio Maranhão que Peirano acabou se familiarizando com a antropologia, em função da bibliografia que o marido lhe apresentava. Dessa forma, foi sendo cativada e atraída pela disciplina, agora com um olhar diferenciado daquele que havia se envolvido anteriormente no momento da graduação.

Assim, decidiu prestar o concurso do mestrado em antropologia social da UnB, e segundo a própria Mariza Peirano, sua preferência pela UnB ao Museu Nacional – situado na cidade em que residia – deveu-se a expectativa de retornar ao espaço intelectual e institucional da universidade quase dez anos depois (RUBIM, 1996).

No mestrado em Brasília, foi uma aluna, podemos afirmar, antropológicamente correta. Sua opção para o tema da tese foi uma pesquisa malinowskiana sobre uma comunidade de pescadores isolados em Itapipoca no Ceará¹¹⁷, a qual se referiu como “nossa melanésia”, e que, segundo ela, pelo rigor analítico inspirado nos modelos de Edmund Leach e Mary Douglas poderia ter sido escrita por qualquer estudante norte-americano ou europeu¹¹⁸ (PEIRANO, 1992 *apud* RUBIM, 1996). Ou seja, o seu foco no momento do mestrado era buscar o comprometimento com o rigor analítico aliado à pesquisa etnográfica no sentido clássico.

¹¹⁷ A partir da investigação sobre a lógica dos tabus alimentares entre pescadores do Nordeste.

¹¹⁸ O título dado à dissertação foi *Proibições Alimentares em uma Comunidade de Pescadores (Icarai, Ceará)*, defendida em 1975, sob a orientação de Alcida Rita Ramos.

As preocupações antropológicas de Peirano mudaram um pouco quando decidiu fazer o doutorado, a partir da segunda metade da década de setenta. Sendo convidada por David Maybury-Lewis para estudar em Harvard, a antropóloga considerou que havia naquele período uma certa inquietação inicial nos Estados Unidos sobre o papel da antropologia e dos antropólogos, e percebeu que talvez não fosse interessante aceitar a sugestão de seu orientador em estudar as organizações duais na Etiópia, apesar de acreditar que aquele debate era bastante recente e desafiador (PEIRANO, 2004).

Mas sua segunda possibilidade de pesquisa – próxima das inquietações norte-americanas – também não a contentou, pois a idéia inicial seria inverter o olhar antropológico e observar o mal-estar do centro – produtor de teorias antropológicas – a partir de alguém originário da periferia – receptor de teorias, tornando a antropologia norte-americana o objeto de investigação. Mas também desistiu do projeto, pois não se sentia parte dessa linhagem e acreditava não ter grandes relações com o Brasil (PEIRANO, 2004).

Em 1977, George Stocking Jr., pesquisador em história da antropologia da Universidade de Chicago, ministrou um curso semestral em Harvard, e durante as aulas Mariza Peirano se questionava:

[se os] cientistas sociais partilhavam de alguns valores centrais e objetivos de relativa similitude, [...] que valores eram esses? Qual a eficácia do seu conhecimento? Como se reproduziam socialmente? E, principalmente, como eram reconhecidos? (PEIRANO, 2004, p. 100).

Sua preocupação, segundo relata, era basicamente durkheimiana, pois, da mesma forma que Durkheim havia inquirido a religião, Peirano indagaria a ciência como um “sistema de crenças”. Stocking não se entusiasmou de início e sua sugestão foi que Peirano pesquisasse a história institucional da USP. Após enviar a Chicago o rascunho da tese que tinha como objetivo olhar para a disciplina de uma

perspectiva antropológica, para discutir as diversas versões que esta assume em diferentes tradições nacionais, Stocking Jr. avalizou com simpatia o trabalho e Peirano se definiu, enfim, pela “antropologia da antropologia”. Ao analisar seis cientistas sociais brasileiros de diferentes gerações e interesses acadêmicos¹¹⁹, a pesquisa fluiu em direção ao argumento central que liga o desenvolvimento das ciências sociais à idéia e valores sobre a ideologia do *nation-building* no Brasil (PEIRANO, 1992). Assim, o pressuposto sobre o qual a antropóloga trabalhou foi o de que os autores tinham em comum uma preocupação com a construção da nação quaisquer que fossem os objetos reais sobre os quais se debruçassem.

Assim, por exemplo, Florestan Fernandes, considerado o fundador da “escola paulista de sociologia” nos anos 50, iniciou sua carreira reconstruindo a organização social dos tupinambá através de fontes seiscentistas. Este estudo magnífico, contudo, não teve continuidade nem gerou linhas de pesquisa na mesma área, tendo apenas provado, no Brasil, a competência de Florestan Fernandes como pesquisador, abrindo-lhe os caminhos institucionais para desenvolver seu projeto de uma “sociologia-feita-no-Brasil” (PEIRANO, 1992, p.15-16).

A tese de doutorado *Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case* foi defendida em 1981 e desde então, já integrando o quadro docente da UnB, passou a ser referência e influenciar os antropólogos com interesse na auto-reflexão da antropologia feita no Brasil. E com o interesse em dar continuidade ao desenvolvimento dessa problemática, partiu para a discussão da relação entre teorias antropológicas e os contextos sociais no qual se desenvolveram examinando comparativamente três casos específicos: Brasil, Estados Unidos e Índia¹²⁰. Tal projeto resultou no livro *Uma Antropologia no Plural: Três experiências contemporâneas*, de 1992.

¹¹⁹ Foram eles: Antonio Candido, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto da Matta e Otávio Velho. A pesquisa foi feita através de entrevistas e exame da produção intelectual.

¹²⁰ Em 1987 foi à Índia pesquisar a antropologia daquele país, o que colaborou, de certa forma, para a popularização dos autores indianos entre os antropólogos brasileiros.

As considerações levantadas por Peirano em seu livro, estão concentradas nas influências do contexto nacional de cada um dos países no desenrolar da disciplina antropologia/sociologia. A autora deixa claro, logo de início que tem “como propósito discutir a relação entre perspectivas teóricas e o meio histórico e sociocultural no qual se desenvolvem, tema que toca de leve grande questão da universalidade da ciência” (PEIRANO, 1992, p. 235), considerando a disciplina e o seu desenvolvimento teórico, questiona a sua pluralidade nos diferentes contextos nacionais. Entretanto adotando

[...] como objeto de estudo o próprio pensamento antropológico, discuto o possível paradoxo entre o valor universalista no qual a antropologia foi gerada (para o qual contribui como modalidade de discurso moderno) e os postulados particularistas e relativizadores da disciplina (PEIRANO, 1992, p. 235).

Ao analisar a antropologia, Mariza Peirano procura contextualizá-la historicamente de acordo com especificidades nacionais – singularidade da cultura ocidental – e avaliar os conceitos assim criados pela ciência. Antes de entrar na antropologia brasileira – indubitavelmente influenciada pelas teorias centrais das antropologias norte-americanas e européias, mas que também já apresentava contribuições para o pensamento antropológico nacional – é melhor entendermos a discussão de Peirano (1992) sobre sua afirmação a respeito da relação entre conceitos e contextos sociais no qual são criados. A antropóloga contextualiza um debate entre as teorias de dois pensadores de diferentes nacionalidades – alemã e francesa –, mas apontando que suas preocupações caminham em direções equivalentes. São eles Norbert Elias, na Alemanha e Louis Dumont, na França.

As discussões levantadas por Elias e Dumont são comparações do desenvolvimento dos conceitos de civilização e cultura em seus respectivos países. Elias discute cultura e civilização na Alemanha em comparação a concepção desses valores construídos na França.

A primeira diferença entre o conceito de *civilização* (originário da França) e o conceito germânico de *cultura* reside no fato de que civilização pode se referir tanto a fatos políticos quanto econômicos, religiosos, técnicos, morais ou sociais. Cultura, no entanto, refere-se essencialmente, à esfera intelectual, artística e religiosa, favorecendo, assim, uma nítida linha divisória entre o intelecto, a arte, e a religião de um lado, e os fatos econômicos, políticos e sociais de outro. [...] Em contraste, 'cultura' dá ênfase especial às diferenças nacionais e à identidade particular dos grupos (tendo sido, talvez por esta razão, apropriada tão facilmente pela antropologia) (PEIRANO, 1992, 238-239).

Para chegar a essas conclusões, Norbert Elias faz toda uma abordagem histórica e crítica da sociedade alemã e francesa e dessa forma desenvolve a sociogênese dos conceitos de cultura e civilização e seus significados em cada país respectivamente.

Dumont, na leitura de Peirano, desenvolve a problemática com o desenvolvimento do conceito de nação para os franceses e para os alemães,

A variante francesa que define nação como tipo de sociedade global cujos membros não têm consciência de serem, antes de tudo, seres sociais, e sim, como tantos outros, apenas personificações do homem em abstrato. Já os alemães teriam conseguido o feito de ver o homem, simultaneamente, como indivíduo e como ser social. No pensamento alemão, o indivíduo abstrato torna-se concreto e o universal existe apenas sob formas particularizadas. [...] a variante francesa é direta e cosmopolita; a alemã é nacional e coletiva (PEIRANO, 1992, p. 242-243).

As conclusões de Peirano (1992) são que ambos os autores pensam o ocidente de modos diferentes. Podemos assim dizer que o que é civilização para Elias na Alemanha é o que Dumont considera como nação no mesmo país, com uma certa ênfase no particularismo. Na verdade muitas são as diferenças e semelhanças entre os autores, mas o que nos interessa aqui é deixar claro que a teoria de ambos é o reflexo de suas origens socioculturais, embora não tivessem como objetivo no momento fazer esta análise do contexto tanto alemão quanto o francês. Mas a autora observa que:

O contexto social estabelece os parâmetros dentro dos quais maior ou menor validade científica é reconhecida (ou maior ou menor

relevância aceita), mas não determina. Elias e Dumont mostram que conclusões similares podem ser alcançadas mesmo quando as premissas das quais partem são diferentes (PEIRANO, 1992, p. 245).

Esta assertiva abre uma discussão, que segundo Peirano já foi levantada por Lévi-Strauss no momento em que afirma que o conhecimento antropológico é reversível e o saber é universal. Dumont discorda, pois para ele não há como haver uma reversibilidade porque não existe simetria entre a antropologia como ciência e o seu objeto de estudo. Entretanto, pelo que nos informa o texto, Dumont aceita o postulado de que no mundo ocidental pode haver subculturas ou variantes ideológicas, dizendo existir apenas uma possibilidade para a antropologia. Por conseguinte o tema abre espaço para a autora discutir a antropologia no plural considerando a diversidade de estilos nacionais dentro da disciplina.

Ao falar sobre uma antropologia no plural, então, podemos chamar a atenção para dois níveis interligados: um, no qual a antropologia é singular, no sentido duplo de 'única' e '*sui generis*'; o outro, no qual ela é também, como qualquer fenômeno social, suscetível de manifestações de diversidade ou pluralidade (PEIRANO, 1992, p. 246-247).

Através desse debate as teorias antropológicas produzidas nos ditos países centrais são absorvidas nos demais países de forma criativa e original, com diferentes tonalidades isto é, não existe simplesmente uma aplicação mecânica das teorias. O que existe na prática é uma releitura criativa das teorias de acordo com o contexto no qual se desenvolvem e que são, por sua vez, reenviadas a outros contextos nacionais. Enfim, é o diálogo entre diferentes tradições na construção do fazer e pensar antropológicos. Por exemplo, à antropologia do Brasil foi incorporado o conceito de fricção interétnica, uma teoria com compromissos políticos¹²¹, assim

¹²¹ O conceito de fricção interétnica foi concebido no Brasil, pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1964, 1976), segundo Mariza Peirano, "[...] como o equivalente lógico do que os sociólogos denominaram 'luta de classes' e tinha como objetivo avaliar o potencial de integração dos grupos indígenas na sociedade nacional" (PEIRANO, p. 248). Sendo assim, fazendo face com a problematização teórica, o compromisso político do antropólogo era evidente.

como na Índia um contexto religioso faz da análise interpretativa do hinduísmo um possível símbolo de nacionalidade.

Ao concluir o texto de Mariza Peirano, verificamos que sua discussão nos leva a refletir sobre as antropologias dentro da antropologia. O que isso significa? Não podemos negar que a antropologia criou seus conceitos universais vindos da França, Inglaterra e Estados Unidos e que foram adotados pela antropologia periférica, como no Brasil e na Índia. Onde podemos perceber que, embora os conceitos centrais sejam empregados, é preciso adequá-los às particularidades de cada nação, contudo fecho esta discussão, que é apenas inicial, com uma última passagem do texto de Peirano.

É tarefa dos antropólogos, então, dependendo de seus projetos intelectuais, sejam biográficos e/ou sociais, e do papel que lhes cabe frente aos centros de poder, produzir discursos que tenham tanto a capacidade de se somar na singularidade e uma 'antropologia no plural' quanto a de contribuir significativamente para o contexto na qual 'lhes acontece viver' (PEIRANO, 1992 , p. 250).

6.3 Roberto Cardoso de Oliveira e a matriz disciplinar

Sabe-se que a antropologia institucionalizada como disciplina acadêmica foi recentemente consolidada – e conseqüentemente sua profissionalização –, após a implantação e reformulação dos PPGAS na década de setenta, e a instituição desses programas contou com a participação direta e singular de Roberto Cardoso de Oliveira.

Nascido na capital paulista em 11 de julho de 1928. Aos 20 anos iniciou o curso de Filosofia na FFCL da USP onde conheceu a colega de turma Gilda Cardoso, com quem se casou ainda estudante. Na USP, com a FFCL ainda instalada na Rua Maria Antônia, como não poderia deixar de ser, recebeu influência do pensamento francês: foi aluno de Gilles-Gaston Granger, Claude Lefort e Roger Bastide. E entre os professores brasileiros estavam Cruz Costa e Lívio Teixeira no curso de Filosofia, e Ciências Sociais. O jovem que procurava ampliar sua formação acadêmica em humanidades, no entanto, encontrou no sociólogo Florestan Fernandes a possibilidade de se aprofundar em Epistemologia das Ciências Sociais. Como foi o único aluno matriculado e por residirem próximos, as aulas acabaram acontecendo na casa do professor¹²². Assim, além de conquistar seus interesses pelos estudos teóricos e metodológicos na Sociologia, conquistou também a amizade do mestre, sendo significativamente influenciado por ele.

A trajetória, propriamente antropológica, desse jovem intelectual recém-graduado em filosofia no ano de 1953, inicia-se no Rio de Janeiro, no ano seguinte, após um convite de Darcy Ribeiro para integrar o Serviço de Proteção aos Índios.

¹²² Durante o ano de 1953, trabalharam dois textos teóricos do próprio Florestan: *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia*, de 1953, apresentado como tese de livre-docência à cadeira de Sociologia da FFCL da USP e *Apontamentos sobre o problema da indução na Sociologia*, publicado em 1954. Mais tarde esses dois textos foram reunidos no livro *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959.

Cardoso de Oliveira deixou suas preocupações com a Epistemologia para dedicar-se a Etnologia Indígena orientado por Ribeiro. Esse ato de ousadia para enfrentar mudanças é uma das características marcantes de sua carreira a partir daquele momento.

Passou a trabalhar na Seção de Estudos do SPI no Museu do Índio, mudando-se para o Rio de Janeiro, e entre o empenho de se familiarizar com a literatura antropológica e os problemas concretos do Brasil indígena, desenvolveu competências para a instituição de um trabalho de formação intelectual sem precedentes no Brasil. Cardoso de Oliveira passou a participar de um programa de profissionalização de antropólogos e liderar programas de pesquisas institucionais antes mesmo de concluir seu doutorado¹²³, possibilitando o acesso à pesquisa antropológica de uma geração, entre os anos cinquenta e sessenta, iniciando assim uma fase mais profissional da antropologia no Brasil¹²⁴.

No mesmo ano em que iniciou sua atividade de pesquisador com os índios Terêna na região centro-oeste do Brasil, em 1955, também começou como professor assistente no curso de aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, criado por Darcy Ribeiro, ministrado no próprio Museu do Índio¹²⁵. Porém, em 1958, demitiu-se do SPI dando continuidade aos desligamentos de Eduardo Galvão, em 1956 e Darcy Ribeiro, em 1957 por desacordos políticos com a instituição.

Logo em seguida, foi convidado por Luiz de Castro Faria, então naturalista do Museu Nacional, para trabalhar na Divisão de Antropologia daquela instituição que já havia consolidado a tradição de pesquisa na área. Cardoso de Oliveira encontrou no

¹²³ O que só ocorreria em 1966, na USP, sob orientação de seu antigo mestre Florestan Fernandes. A tese defendida tornou-se o livro *Urbanização e Tribalismo: A Integração dos Terêna numa Sociedade de Classe*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

¹²⁴ Até então não havia, no Rio de Janeiro, um sistema de trabalho de dedicação exclusiva de docência e pesquisa na universidade.

¹²⁵ No ano seguinte, o curso se repetiu, depois se transferiu para o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE, vinculado ao INEP, onde mais dois outros cursos aconteceram.

Museu Nacional o ambiente estimulante para alargar a vocação antropológica já despertada e construiu sua carreira acadêmica de forma independente da figura de Darcy Ribeiro¹²⁶, alcançando o reconhecimento acadêmico como antropólogo. Foi nessa instituição que, em 1960, deu início a uma série de cursos anuais de pós-graduação *lato sensu* em Antropologia Social¹²⁷, nos quais todos os alunos foram engajados em trabalhos de campo, numa época em que a associação ensino-pesquisa, salvo raros esforços, era praticamente inexistente.

Publicou seu primeiro livro, *O processo de assimilação dos Terêna*, em 1960¹²⁸, resultado de suas pesquisas de campo, depois disso, elaborou um projeto mais amplo destinado a comparar algumas sociedades indígenas chamado “Estudo comparativo das sociedades indígenas do Brasil”¹²⁹, entre 1961-1964. Deste derivou-se outro projeto: “Áreas de fricção interétnica no Brasil”, entre 1962-1965¹³⁰, ambos os projetos absorveram muitos alunos dos cursos de especialização, que passaram a estudar as relações de sociedades indígenas com as manifestações locais da sociedade nacional¹³¹. Alguns alunos também foram incorporados ao projeto “Harvard Brazil Central research project” dirigido por David Maybury-Lewis, que contava com a participação de seus estudantes de Harvard e de onde viria, de

¹²⁶ Embora os projetos de Darcy fossem bem amplos nunca se concentravam apenas na reprodução de competências especializadas nas ciências sociais que se mostravam o maior foco de Cardoso de Oliveira.

¹²⁷ A escolha do título do curso, antropologia social, em vez de antropologia cultural, causou grande desconforto aos antropólogos mais presos aos cânones da disciplina. De acordo com Laraia, “a acusação mais freqüente era que se tratava de um curso de Sociologia. Nada mais falso. Os temas tradicionais da Antropologia ocupavam a maior parte do tempo dos alunos” (LARAIA, 1992, p. 18-19).

¹²⁸ No entanto, a primeira publicação de Roberto Cardoso de Oliveira data de 1955, ano seguinte ao seu ingresso como etnólogo no SPI. No período de 1955 a 1960, publicou vários artigos, a maioria deles sobre os índios Terêna (AMORIM, 2001).

¹²⁹ Patrocinado pela recém-criada UnB e realizado no âmbito da Divisão de Antropologia do Museu Nacional.

¹³⁰ Recebendo apoio do Centro Latino de Ciências Sociais – CLAPCS, instituição criada em 1957, no Rio de Janeiro, sob o patrocínio da UNESCO.

¹³¹ Participaram Roque de Barros Laraia, com os Suruí; Roberto Da Matta, com os Gavião e, depois com os Apinayé; Alcida Rita Ramos, com os poveiros – imigrantes portugueses – da Ponta do Caju; Edson Diniz Soares, com os Makuxi, de Roraima; Júlio César Melatti, com os Krahó; Marcos Magalhães Rubinger e Maria Stella de Amorim, com os Maxakali; Silvio Coelho dos Santos, com os Xokleng; Cecília Helm, com os Kaingang (AMORIM, 2001).

acordo com Mariza Corrêa (1995), uma intensa renovação para os estudos indígenas brasileiros.

Estes e outros empreendimentos definitivamente abriram caminhos para a formação de tantas gerações de antropólogos brasileiros. O mestre empenhava-se para obter recursos e bolsas integrais e sempre conseguia engajar na profissão os discípulos em fase de formação avançada. Os estudantes trabalhavam sob a coordenação de Cardoso de Oliveira e suas pesquisas em alguns casos foram publicadas, graças aos esforços do professor junto as várias publicações nacionais e internacionais e instituições de pesquisa.

A partir de 1968, Roberto Cardoso de Oliveira passou a ser sujeito histórico no processo institucional da implantação dos PPGAS no Brasil. O desenvolvimento dos vários projetos, citados anteriormente, executados conjuntamente com os cursos de especialização no decorrer dos anos sessenta, na Divisão de Antropologia¹³² do Museu Nacional, colaboraram para a criação de um ambiente bastante favorável para abrigar o primeiro Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social brasileiro, que contava com o mestrado *strictu sensu*¹³³.

Criador e diretor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Diretor da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, membro do Conselho Diretor do Instituto de Ciências Sociais (1962-1967) e seu vice-presidente, administra, ajuda a administrar, multiplica as atividades, mas o objetivo é um só – conseguir para si próprio e proporcionar aos seus alunos condições de pesquisa, de execução de projetos, de publicação de trabalhos. É a prática intelectual como devoção, a devoção antropológica (CASTRO FARIA, 1992, p. 12-13).

Deixou o Museu Nacional, no final de 1971, partindo para a Universidade de Brasília a convite de seu ex-aluno e ex-colega de departamento Roque de Barros Laraia, levando idéias, experiências vivenciadas, com visão acurada e entusiasmo

¹³² Mais tarde, se tornaria Departamento de Antropologia.

¹³³ O doutorado em antropologia social foi criado em 1977, na gestão de Otávio Velho, o qual sucedeu Da Matta.

criativo. Assumiu como professor-titular a tarefa de criar e coordenar o PPGAS, e sucessivamente a chefia do Departamento e a direção do Instituto de Ciências Humanas. Também teve a oportunidade de trabalhar com uma nova experiência: a de professor de graduação, na qual se responsabilizou por diversas disciplinas, algumas delas criadas por sua iniciativa.

Novos projetos o acompanharam nessa nova fase: “A construção do objeto em Antropologia: horizontes epistemológicos”, no período de 1975 a 1984; “Índios citadinos: identidade e etnicidade em Manaus”, entre 1980 e 1981 e “Etnicidade na Amazônia urbana”, de 1983 a 1984.

Mas em 1985, foi a Universidade de Campinas que o atraiu para um novo desafio, onde continuou a sua carreira de pesquisador e de educador, além de coordenador do programa de doutorado. Também desenvolveu novos projetos como “Conhecimento antropológico e tradições intelectuais” e “Projeto L. Lévi-Bruhl: as categorias de representação e de afetividade nas origens de pensamento sociológico francês”.

Mesmo com tantas funções administrativas, de orientação, aulas, projetos e pesquisas, sempre publicou abundantemente¹³⁴. De acordo com Maria Stella de Amorim (2001),

A característica mais marcante de seus trabalhos é que foram escritos nas instituições a que pertencia e em meio a todas as interferências decorrentes do conjunto de suas obrigações acadêmicas. Seus escritos não seguem uma trajetória linear, pois os temas com que se preocupou entrecortam muitos de seus trabalhos de épocas diferentes (AMORIM, 2001, p. 37).

Roberto Cardoso de Oliveira aposentou-se na UNICAMP, mas nessa condição, tornou-se professor titular convidado e depois professor emérito, o que garantiu sua presença como membro permanente do Departamento de Antropologia

¹³⁴ Mais de uma centena de artigos no Brasil e no exterior e mais de 20 livros publicados.

e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Além disso, o professor Roberto é um aposentado atípico, pois, é pesquisador visitante do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa sobre América Latina e Caribe – CEPPAC, da UNB, no qual ministra disciplinas, orienta teses e atende aos alunos que o procuram.

Desde o tempo em que a antropologia brasileira começou a se desenvolver institucionalmente com identidade própria através dos PPGAS, Roberto Cardoso de Oliveira contribuiu, como pudemos constatar de uma maneira substantiva, objetivando atribuir um significado especial: o da meta atingida, através do esforço e do comprometimento profissional ao exercício da antropologia.

De toda a obra desse autor, talvez a mais significativa para esta dissertação seja um livro publicado em 1988 intitulado *Sobre o Pensamento Antropológico*, que reúne vários ensaios, discutindo a formação da antropologia social e cultural enquanto uma disciplina autônoma, focalizando a questão do conhecimento antropológico e de sua constituição nos espaços acadêmicos. Um dos artigos, chamado *O Que é isso que Chamamos de Antropologia Brasileira?*, discute a questão relativa à disciplina na periferia, ou nas palavras do antropólogo, “[...] às antropologias existentes nos centros não-metropolitanos e, muitas vezes, por eles satelizadas [...]” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 10). O que está em análise é o exercício da disciplina no país, seja pelo exame de suas tradições e de suas categorias mais relevantes, seja pela consideração de seu conjunto institucional, especificamente ordenado por um breve apanhado histórico de sua trajetória.

Ao tratar da antropologia no Brasil, Cardoso de Oliveira optou inicialmente por fazer um apanhado geral da disciplina no seu contexto central – Estados Unidos e Europa – e para tanto começou uma discussão acerca de dois conceitos: estrutura e cultura na antropologia norte-americana, britânica e francesa. Por conseguinte tem-

se que o conceito de cultura foi mais bem desenvolvido pela Escola Norte-Americana enquanto que o de estrutura pelas Escolas francesas e britânicas. O autor situou cada conceito dentro dessas escolas, mas a tendência dentro da antropologia é de haver maiores trocas entre elas, não considerando cada conceito protegido por uma redoma de vidro, na verdade, eles se mesclariam.

O desenvolvimento das correntes antropológicas, de acordo com Cardoso de Oliveira, aconteceu por meio da identificação da relação entre termos como sincronia e diacronia – para assinalar o valor da dimensão histórica dentro da disciplina – com escolas de formações intelectualistas e empiristas cujos resultados foram: 1) o intelectualista/sincronia – domínio racionalista desenvolvido na França onde originou a corrente racionalista da antropologia social de Mauss e Lévi-Strauss; 2) no domínio empirista/sincronia tem-se o paradigma estrutural-funcionalista da escola britânica de antropologia social; 3) no domínio empirista/diacronia tem-se o paradigma culturalista na escola histórico-cultural norte-americana; 4) no domínio intelectualista/diacronia foi identificado o paradigma hermenêutico – a antropologia interpretativa observada em algumas universidades norte-americanas.

Para Roberto Cardoso de Oliveira, esses domínios são nada mais que “subculturas de uma cultura científica global chamada de antropologia, ou ainda – se se preferir a metáfora da linguagem – dialetos do ‘idioma’ antropológico” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 110). O que notamos é o modo como a disciplina se desenvolve em seus parâmetros universais para daí, partir para a antropologia desenvolvida mais tarde em diferentes partes do mundo, como é o caso do Brasil.

Inicialmente, a antropologia no Brasil, desenvolveu com maior evidência a etnologia. Esse termo passou a ser aplicado inclusive como sinônimo da disciplina. Mas há uma outra tradição percebida que é a da antropologia da sociedade

nacional. Dentre as duas tradições o conceito que predomina é o de cultura, no período que Cardoso de Oliveira chama de heróico – e que situa mais ou menos nas décadas de 1920 e 1930. Como representantes típicos temos, respectivamente, Curt Nimuendaju e Gilberto Freyre¹³⁵. Nos anos seguintes – 1940 e 1950 – o conceito de estrutura passa a ser empregado na antropologia brasileira devido, particularmente, a Florestan Fernandes e a Darcy Ribeiro, entre outros – o período chamado carismático – portanto temos em um primeiro momento maior ênfase ao conceito de cultura, que recebeu a influência germânica e norte-americana, denominada escola cultural-funcionalista, enquanto que o conceito de estrutura, empregado por Florestan Fernandes pertence à corrente estrutural-funcionalista. Ao longo do desenvolvimento da antropologia no Brasil, o autor observa que o conceito de estrutura não era bem-vindo dentro da etnologia, pois pertencia e era melhor empregado na sociologia. Portanto, o termo cultura era utilizado pelos etnólogos e estrutura pelos sociólogos, não havendo praticamente nenhuma articulação entre eles. Mas, aos poucos com o amadurecimento da disciplina,

O caráter antagônico da relação cultura/estrutura é substituído por uma relação mais solidária entre os conceitos, como que refletindo o amadurecimento da disciplina no país pelo exercício intenso da pesquisa entre nós, pela maior vigência da reflexão teórica e pela absorção crítica de uma multiplicidade de influências provenientes dos maiores centros de antropologia da Europa e dos Estados Unidos, onde os limites entre os domínios da matriz disciplinar original já tendiam a uma irreversível permeabilidade e prenunciavam uma crescente tensão entre os paradigmas, aliás, altamente frutífera para a modernização da disciplina naqueles mesmos centros em que ela se originou (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 116).

O momento é chamado pelo autor de período burocrático, chegando a disciplina a um amadurecimento com a criação dos cursos de pós-graduação, de institutos de pesquisa, de organizações e associações científicas. No Brasil, alguns

¹³⁵ Outros nomes importantes percorreram esse período como o de Baldus, Roquete Pinto, Arthur Ramos, Heloísa Alberto Torres, Carlos Estevão de Oliveira e Estevão Pinto.

trabalhos mais recentes fogem a esta temática, buscando outras perspectivas e Roberto Cardoso de Oliveira considera que existia uma tendência de se privilegiar o sistema de representações, permeando as diferentes formas de abordagem antropológicas. Em se tratando dos conceitos de cultura e estrutura, algumas modificações ocorreram a partir dessa outra fase da antropologia, pois até então ambos se excluíam mutuamente, e de acordo com o autor pode-se dizer que, outrora, os mesmos conceitos encontravam-se voltados para a apreensão holística ou totalizadora do real.

Ao final do seu texto pude perceber que o autor, ao menos nesta fase em que escreve o texto, parece influenciado pela antropologia hermenêutica, considerando o conceito de cultura que passa a ser empregado dentro da antropologia como a noção de *bildung*, a qual “implica a consideração da dimensão subjetiva, a da construção do espírito e de sua educação” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 118). Desta forma a antropologia passa a ser entendida como na hermenêutica, ao considerar a noção de *bildung* como:

As representações [...] vistas como sistemas simbólicos, cabendo ao pesquisador compreendê-los na interioridade de campos semânticos identificáveis nas dimensões não de uma exclusiva subjetividade, mas de uma intersubjetividade (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 119).

Ainda neste texto, Cardoso de Oliveira privilegia as pesquisas que abordam as representações e que parece ser a tendência da antropologia como um todo, não importando qual o conceito a ser utilizado – cultura ou estrutura –, mas o mérito dos trabalhos resultantes se mesclando os dois conceitos.

Creio também que essas categorias serão tanto mais fecundas ao pensar antropológico quanto mais estiverem justapostas, e algumas vezes articuladas, exercitando outro tipo de tensão que, a se julgar por opiniões de autores como o mesmo Ricoeur (1969), será extremamente promissoras ao desenvolvimento dos estudos sobre representação (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 119).

Considerações Finais

Após esta breve exposição sobre os textos de Peirano, Corrêa e Cardoso de Oliveira, e a partir da contextualização da trajetória da antropologia no Brasil, podemos considerar que os autores discutem acerca dessa história inserida em um contexto universal da disciplina, mas preservando a especificidade nacional, uma vez que iniciam, expondo as condições históricas em que a disciplina foi formada. Podemos pensar, abordando a antropologia como idioma, que apresentam, primeiro a estrutura para então localizar a origem daquilo que denominam antropologia periférica, estando fora do centro de criação.

Mariza Peirano nos aponta que, embora estejamos inseridos em uma antropologia universal/matricial é possível, também, desenvolvermos uma antropologia com estilo próprio, criando novas abordagens, mas nunca se distanciando de sua raiz ou linhagem e os clássicos da disciplina reconhecidos por todos. Na verdade o que a autora está considerando é o peso do contexto social/nacional no qual está o pesquisador, conforme nos exemplificou em relação a Norbert Elias e Louis Dumont. Portanto, é possível afirmar quase sem nenhuma dúvida a possibilidade de ser holista, sendo ao mesmo tempo singular, em se tratando de desenvolver a nossa própria antropologia.

Em relação a Cardoso de Oliveira, as suas considerações giram em torno do emprego dos conceitos matriciais na origem da antropologia brasileira – os conceitos de cultura e de estrutura. Sobre tudo se pergunta qual antropologia fazemos, e responde mostrando as tendências e as produções que mais proliferaram no país.

Mariza Corrêa demonstra em sua obra a relevância de se evidenciar como os contextos sociais e políticos de uma nação podem influenciar, diretamente, nas contradições existentes em determinado campo intelectual influenciando singularmente o processo de construção do pensamento social no Brasil.

Em suma, o que propõem os autores é pensar a disciplina fora do seu espaço central, de tal forma que, refletindo sobre as antropologias – no plural – que vêm sendo construídas em outros países. Mesmo tendo características universais, esse campo do conhecimento traz consigo a sua diversidade, que precisa ser levada em consideração, até mesmo pela própria especificidade da disciplina. Essa diversidade cada vez mais contribui para o seu desenvolvimento como ciência buscando um diálogo criativo entre antropologias periféricas e antropologias centrais. Os textos aqui abordados apresentam, como sugere os autores, uma discussão acerca da antropologia da antropologia para que efetivamente possamos questionar-nos a respeito de nossas práticas e, posteriormente, lançar novas luzes sobre esse emaranhado de teorias antropológicas e de antropólogos.

Qualquer consideração definitiva sobre este trabalho seria inútil, pois um autor nunca entende que sua obra está concluída. No entanto, o que consegui visualizar até o momento é que não existe em nossa disciplina o receio, imposto pelo método – como ocorre em outros campos do saber – de transformação dos planos iniciais da pesquisa ou de mudança da metodologia empregada. Partimos sempre do diálogo entre o eu e o outro, e somos formados dentro deste pensamento caracterizando a antropologia, que parte de um referencial plural – ao contrário do que acontece com as demais ciências sociais – e leva a uma reflexão constante de si mesma, a qual complementa a cumplicidade entre o trabalho de campo e pensamento

antropológico, gerando um enriquecimento constante do campo da antropologia no Brasil.

Referências

AMORIM, Maria Stella de. **Roberto Cardoso de Oliveira, um artífice da antropologia**. Brasília: Paralelo 15, CAPES, 2001.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “Escola Paulista”. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1995. (Volume 2).

BOMENY, Helena & BIRMAN, Patrícia (org.). **As Assim Chamadas Ciências Sociais** - Formação do Cientista Social no Brasil. Rio de Janeiro/Relume-Dumará, 1991.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (org.) **Pierre Bourdieu**. São Paulo, Ática, 1983b.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Papirus Editora, Campinas. 1996.

BRIOSCHI, Lucila Reis & TRIGO, Maria Helena. Relatos de Vida em Ciências Sociais: Considerações Metodológicas, São Paulo: **Revista Ciência e Cultura**, 39 (7), p.631-637, julho de 1987.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o Pensamento Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/MCT/CNPq, 1988.

_____. O Movimento dos Conceitos em Antropologia. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, n. 36, 1994.

_____. **Estilos de Antropologia**. Campinas: UNICAMP, 1999.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Antropologia do Brasil**: Mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO FARIA, Luiz de. Egon Schaden (1913-1991). **Anuário Antropológico 91**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

_____. Devoção Antropológica – as quatro estações de uma via triunfal. In: CORRÊA, Mariza & LARAIA, Roque de Barros (orgs.). **Roberto Cardoso de Oliveira** – Homenagem. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1992.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Currículo: um campo de possibilidades (?). In: PESSANHA, Elina & VILLAS BOAS, Gláucia (org.). **Ensino e Pesquisa na Graduação**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1995.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1982.

COLOGNESE, Silvio Antônio. **Formação Acadêmica e Produção de Conhecimento nos Mestrados em Sociologia no Brasil**. Rio Grande do Sul: UFRGS. Tese (Doutorado em Sociologia) UFRGS, 1997.

CORRÊA, Mariza. A Antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. (Volume 2).

_____. **História da Antropologia no Brasil: 1930-1960, testemunhos**. São Paulo: Editora Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Campinas: Editora UNICAMP, 1987.

_____. Traficantes do Excêntrico: Antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V.3, nº 6, p. 79-98, 1988.

_____. **Antropólogas e Antropologia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, v.1, 278p.

_____. Antropologia e Medicina Legal: variações em torno de um mito. In: Mariza Corrêa. (Org.). **Caminhos Cruzados – Linguagem, Antropologia e Ciências Naturais**. São Paulo, 1982, p.53-63.

_____. **As Ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: Editora Universidade São Francisco, 2001.

_____. & LARAIA, Roque de Barros (orgs.). **Roberto Cardoso de Oliveira – Homenagem**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1992.

DEBERT, Guita Grin. A Iniciação Científica nos Cursos de Ciências Sociais. In: PESSANHA, Elina & VILLAS BOAS, Gláucia (org.). **Ensino e Pesquisa na Graduação**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1995.

DILTHEY, Wilhelm. **La Esencia de La Filosofia**, Buenos Aires: Editorial Losada, 1952.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi & GRUPIONI, Maria Denise Fajardo. Depoimento de Darcy Ribeiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: nº 44, p. 03-30, 2º sem. 1997.

IANNI, Octávio. **Sociologia da Sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LARAIA, Roque de Barros. O Ensino de Ciências Sociais, Hoje. In: BOMENY, Helena & BIRMAN, Patrícia (org.). **As Assim Chamadas Ciências Sociais: Formação do Cientista Social no Brasil**. Rio de Janeiro/Relume-Dumará, 1991.

_____. A Morte e as Morte de Curt Nimuendajú. **Série Antropologia**. Brasília. Nº 64, 1988.

_____. A Comunidade de Origem. In: CORRÊA, Mariza & LARAIA, Roque de Barros (orgs.). **Roberto Cardoso de Oliveira – Homenagem**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1992.

LIMONGI, Fernando. Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: IDESP/Editora Vértice/FINEP, 1989. V.1, p.

_____. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: IDESP/Editora Vértice/FINEP, 1989b. (Volume 1).

MAGGI, Yvone. Apresentação In: PESSANHA, Elina & VILLAS BOAS, Glaucia (org.). **Ensino e Pesquisa na Graduação**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1995.

MASSI, Fernanda Peixoto. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: IDESP/Editora Vértice/FINEP, 1989. (Volume 1).

MELATTI, Júlio Cezar. A Antropologia no Brasil: Um Roteiro. **Boletim Informativo em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: nº 17, p. 3-52, 1º sem. 1984.

MENDOZA, Edgar Salvador Gutierrez. **Uma “Aldeia” de Antropólogos: A Antropologia em Brasília**. Brasília: UNB. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) DAN/UNB, 1994.

MICELI, Sérgio. Por uma Sociologia das Ciências Sociais no Brasil. In: _____ (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: IDESP/Editora Vértice/FINEP, 1989. (Volume 1).

_____. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. In: _____ (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: IDESP/Editora Vértice/FINEP, 1989b. (Volume 1).

_____. O Cenário Institucional das Ciências Sociais no Brasil. In: _____ (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. (Volume 2).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A Institucionalização do Ensino de Ciências Sociais. In: BOMENY, Helena & BIRMAN, Patrícia (org.). **As Assim Chamadas Ciências Sociais: Formação do Cientista Social no Brasil**. Rio de Janeiro/Relume-Dumará, 1991.

PEIRANO, Mariza. Por um Pluralismo Renovado. In: BOMENY, Helena & BIRMAN, Patrícia (org.). **As Assim Chamadas Ciências Sociais: Formação do Cientista Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1991.

_____. **Uma Antropologia no Plural: Três Experiências Contemporâneas.** Brasília, DF: Editora UNB, 1992.

_____. Os antropólogos e suas linhagens. In: CORRÊA, Mariza & LARAIA, Roque (orgs.). **Roberto Cardoso de Oliveira: Homenagem.** Campinas: UNICAMP/IFCH, 1992b.

_____. Antropologia no Brasil (Alteridade Contextualizada) In: MICELI, Sérgio (org.). **O Que ler na ciência social brasileira.** São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999. (Volume 1).

_____. "In This Context": As várias histórias da antropologia. In: PEIXOTO, Fernanda, PONTES, Heloísa, SCHWARCZ, Lília (orgs.). **Antropologias, Histórias, Experiências.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PEIXOTO, Fernanda, PONTES, Heloísa, SCHWARCZ, Lília (orgs.). **Antropologias, Histórias, Experiências.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: Editores, Editoras e "Coleções Brasileiras". In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil.** São Paulo: IDESP/Editora Vértice/FINEP, 1989. (Volume 1).

_____. Círculos de Intelectuais e Experiência Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 12, nº 34, jun. 1997.

_____. **Destinos Mistos: Os Críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968).** São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

_____. Elias, renovador da ciência social. In: WAIZBORT, Leopoldo (org.). **Dossiê Norbert Elias**, São Paulo: Edusp, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". São Paulo: **Revista Ciência e Cultura**, 39 (3), p. 272-286, março de 1987.

RAEDERS, Georges. **O Conde de Gobineau no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

REIS, Elisa Pereira & REIS, Fábio Wanderley & VELHO, Gilberto. As Ciências Sociais nos Últimos 20 Anos: três perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol 12, nº 35, out. 1997.

RODRIGUES, José Albertino. Introdução In: **Durkheim**. São Paulo: Ática, 1993.

RUBEN, Guillermo. A Teoria da Identidade na Antropologia: um exercício de etnografia do pensamento moderno In: CORRÊA, Mariza & LARAIA, Roque (orgs.). **Roberto Cardoso de Oliveira: Homenagem**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1992.

RUBIM, Christina de Rezende. **Antropólogos Brasileiros e a Antropologia no Brasil: A Era da Pós-Graduação**. Campinas: Unicamp. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) IFCH/Unicamp, 1996.

_____. **Banco de Teses e Dissertações em Ciências Sociais**. Campinas, 1996b (mimeo).

_____. Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: nº 44, p. 31-72, 2º sem. 1997.

_____. Os Programas de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/PPGAS, ano 3, n. 7, 1997b, p. 97-128.

RUBINO, Silvana. Clubes de Pesquisadores: A Sociedade de Etnologia e Folclore e a Sociedade de Sociologia. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. (Volume 2).

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Para Que Lado é a Esquerda (Ou Será a Direita)?. In: BOMENY, Helena & BIRMAN, Patrícia (org.). **As Assim Chamadas Ciências Sociais: Formação do Cientista Social no Brasil**. Rio de Janeiro/Relume-Dumará, 1991.

SCHWARCZ, Lília. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870–1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____. O Nascimento dos Museus Brasileiros 1870-1910. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. V. 1, São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1989.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da Comunidade Científica no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional/FINEP, 1979.

_____. As Ciências Sociais nos Anos 90. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 6, nº 16, p. 51-60, jul. 1991.

SIGAUD, Lígia. As Vicissitudes do “Ensaio Sobre o Dom”. In: **Mana: Estudos de Antropologia Social**, volume 5, nº 2, out, 1999.

SOARES, Luiz Eduardo. Faça a Coisa Certa: O Rigor da Indisciplina. In: BOMENY, Helena & BIRMAN, Patrícia (org.). **As Assim Chamadas Ciências Sociais: Formação do Cientista Social no Brasil**. Rio de Janeiro/Relume-Dumará, 1991.

SORJ, Bernardo. Estratégias, Crises e Desafios das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1995. (Volume 2).

VILLAS BÔAS, Gláucia. A Tradição Renovada. In: BOMENY, Helena & BIRMAN, Patrícia (org.). **As Assim Chamadas Ciências Sociais: Formação do Cientista Social no Brasil**. Rio de Janeiro/Relume-Dumará, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel (org.). COMISSÃO CALOUSTE GULBENKIAN: **Para Abrir as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.